

Reprodução não autorizada, sem autorização expressa da CCDR Algarve

Os conceitos da capa, correspondem ao tratamento via Wordle, da base do texto da Estratégia de Especialização Inteligente do Algarve 2014-2020. A dimensão dos termos apresentados, corresponde à dimensão de ocorrência. (texto simplificado de ocorrências de designação comum).

NOTA INTRODUTÓRIA

A estratégia Europeia para o próximo período de programação 2014-2020 impõe às Regiões Europeias, a necessidade de elaboração de um documento estratégico autónomo centrado no contexto da sua Especialização Inteligente.

O objetivo, como se explica adiante, é identificar os setores de afirmação regionais, no cruzamento entre o conhecimento e o mercado, reforçando a captura de valor centrada nos recursos endógenos e na dimensão internacional das produções regionais.

O Algarve, fruto da sua sobre especialização no conjunto de atividades que gravitam em torno do Turismo, apresenta constrangimentos típicos de *lock-in* cognitivo e produtivo. Esta concentração em torno do setor turismo, provocou *crowding-out* sobre outras atividades económicas e sobre os recursos humanos, limitando a capacidade de inovação regional, restringindo a disponibilidade de investimento e investidores em outros setores e expondo a região a choques externos. Paralelamente, não se desenvolveu a densidade institucional necessária à consolidação de um sistema regional de inovação, existindo fragmentação e desarticulação entre atores e entre iniciativas. Estas fragilidades implicam menor eficiência e eficácia na inovação.

Estas debilidades em termos do desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (C&T) e Inovação, foram no entanto atenuadas pela capacidade demonstrada pelo tecido empresarial local, suportada sobretudo num relativamente robusto modelo DUI (*Doing, Using, Interacting* - Fazendo, Usando, Interagindo) suportado fundamentalmente por processos de inovação “*in-house*”.

A Região do Algarve, enquanto Região de Transição, deverá (por obrigações regulamentares) afetar 60% do seu envelope financeiro, aos **objetivos temáticos 1** (*Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação*), **2** (*Melhorar o acesso às tecnologias da informação, bem como a sua utilização e qualidade*) e **3** (*Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas*), dando prioridade à transferência do conhecimento para o mercado/empresas, visando a obtenção de resultados, previamente definidos. Por sua vez, o processo de encerramento do Programa Operacional, quer na dimensão de programação, quer na lógica de ajustamento aos compromissos negociais com a Comissão Europeia, conferiu a este documento da RIS3 Regional, um papel estruturante, quer nos domínios “tradicional” da Ciência, do I&DT e da Inovação, quer em áreas mais transversais da formação, empreendedorismo ou da criação de emprego. Este novo papel, obriga a que a RIS3 Regial, mais do que um documento estratégico, seja um referencial das opções e das escolhas Regionais e um instrumento de apoio para a concretização dos resultados desejados.

Esta nova dimensão de fatores críticos, em conjugação com as orientações impostas pelo novo paradigma estratégico proposto pela Comissão Europeia, que se estabeleça uma plataforma alargada e parcerias comprometidas, para assegurar a definição das melhores soluções para os desafios que a Região tem que enfrentar no horizonte 2020.

É nosso entendimento, que a **Especialização Inteligente** que somos desafiados a alcançar, parte do princípio de que a inovação e a competitividade das regiões se deve fundar nas respetivas **características e ativos existentes no seu território**, concentrando os recursos nos domínios e atividades económicas em que exista ou se possa reunir **massa crítica relevante**, tendo como objetivo a criação **de valor e emprego**. Esta abordagem das Estratégias de Especialização reforça a necessidade das regiões reavaliarem o seu **posicionamento competitivo** em função do mercado global e da sua capacidade de afirmação internacional, num contexto de desenvolvimento baseado na sua capacidade de se **afirmarem**, diferenciando-se.

Neste contexto, a **Estratégia Regional de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente do Algarve (RIS3 Regional)**, deve ser a nossa capacidade de sermos inteligentes, na definição das prioridades para o futuro. Neste sentido devemos considerar que:

- A parceria real entre empresas, universidades, instituições e utilizadores¹ (a hélice quadrupla como preconiza a Especialização Inteligente), na busca de consensos e na definição de novas prioridades, já não é um desejo, **tem que ser o caminho**;
- A ambição de diversificação da base económica, não é mais um horizonte distante, **é a solução**;
- A afirmação da cadeia de valor dos recursos endógenos, não pode ser mais um objetivo estratégico, **tem que ser o foco dos resultados**;

Assim, **apostar no que a região faz bem e “Fazer Novo com o Velho”**, passa por apostar nos principais setores e nos recursos da Região (naturais e construídos) de forma a assegurar uma Região mais competitiva e que **funciona todo o ano**, sem que se perca a sua capacidade de continuar territorialmente e paisagisticamente atrativa.

O presente documento, resulta assim de todos os contributos recolhidos e recebidos no âmbito da participação ativa de mais de 140 entidades (empresas, entidades públicas e associativas, centros de conhecimento, sociedade civil, e de cidadãos a título individual), que numa abordagem multinível e multiescala se envolveram num debate dinâmico (mais de 40 *fóruns* e 17 *comunidades de inovação*) em torno dos objetivos regionais e da Estratégia Regional de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente (RIS3) da Região.

Trata-se **de um documento dinâmico** (como decorre da metodologia definida para este processo pela Comissão Europeia). Esta estratégia, deve ser enriquecida por todos quantos pretenderem remeter os seus contributos e comentários. Este deverá ser um documento em evolução ao longo do período 2014-2020 e só atingirá a plenitude dos resultados se for apropriado por todos os envolvidos (empresas, associações, centros de conhecimento, entidades públicas), e se se encontrarem mecanismos ágeis e simplificados de responder às necessidades da Região.

Acreditamos convictamente, que superar os atuais constrangimentos do Algarve, implica capacitar a Região, as suas empresas e os seus recursos humanos para os desafios que temos que enfrentar. Este processo obriga a um esforço concertado de todos e à definição de novos paradigmas de envolvimento, centrados na captura de valor gerado a partir dos recursos endógenos e na capacidade de criar empregos mais qualificados. **Este é um desafio de todos e para todos.**

Contamos consigo!

David Jorge Mascarenhas dos Santos



(Presidente da CCDR Algarve/ Gestor do CRESC Algarve 2020)

¹Destaca-se neste âmbito os protocolos assinados com as principais Associações Empresarias da Região (ACRAL, AECOPS, AHETA, AIHSA, ANJE, CEAL e NERA), com a Associação de Municípios e com a Universidade do Algarve.

Este documento destaca os elementos críticos para a RIS3 do Algarve - Estratégia de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente.

A equipa técnica que preparou o documento inclui membros da Universidade do Algarve e da CCDR Algarve. O processo de preparação incorporou análise documental estratégica, revisão da literatura de estudos académicos sobre a inovação regional, e reuniões com partes interessadas e especialistas e o envolvimento dos centros de Conhecimento, das Empresas, das Associações empresariais e das entidades públicas, num processo *bottom up* com coordenação *top down*.

O documento está organizado em seis secções. As secções 1 e 2 destacam as noções relevantes para a política regional de inovação e apresentam sumariamente as estruturas europeias de referência. A Secção 3 apresenta a região do Algarve, destacando o seu contexto socioeconómico e o desempenho inovador. A secção 4 identifica e discute as prioridades da RIS3 (Turismo, Mar, Agroalimentar, Energias Renováveis, Saúde e Ciências da Vida, TIC e Atividades Criativas). Por fim, a secção 5, estabelece um quadro para a estratégia, os seus instrumentos de política, o modelo de governação, instrumentos de monitorização e avaliação e a secção 6 com observações gerais.

CCDR ALGARVE

David Santos
António Ramos
Manuel Carvalho
Paulo Bota

Especialista Externo

Jorge Graça

Universidade do Algarve

João Guerreiro
Hugo Pinto

Consultoria Especializada

Sigma Team Consultig

Página propositadamente em branco

CONTEÚDO

1. A IMPORTÂNCIA DA INOVAÇÃO	9
1.1. DEFINIÇÃO DE INOVAÇÃO	9
1.2. DEFINIÇÃO DE SISTEMA DE INOVAÇÃO	11
1.3. DEFINIÇÃO DE SISTEMA REGIONAL DE INOVAÇÃO	12
1.4. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA INOVAÇÃO REGIONAL	14
1.5. A ABORDAGEM DAS "FALHAS SISTÉMICAS" NAS POLÍTICAS DE INOVAÇÃO	16
1.6. EXPLORANDO OS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA DE INOVAÇÃO	19
2. PROGRAMAS EUROPEUS DE REFERÊNCIA:	21
EUROPA 2020 E RIS3.....	21
2.1. EUROPA 2020	21
2.2. O QUE É A RIS3 - ESTRATÉGIA REGIONAL DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO PARA A ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE?	26
3. O CONTEXTO REGIONAL	29
3.1. UM RETRATO DO ALGARVE.....	29
3.2. CONTEXTO SOCIOECONÓMICO.....	31
3.3. DINÂMICA EMPRESARIAL.....	35
3.4. INVESTIMENTO.....	41
3.5. COMÉRCIO INTERNACIONAL.....	44
3.6. CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO	46
4. POTENCIAL DE INOVAÇÃO: AREAS PARA A ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE.....	55
4.1. SELEÇÃO DE PRIORIDADES.....	57
4.1.1. A VARIEDADE RELACIONADA	63
4.2. SETORES CONSOLIDADOS	66
4.2.1. TURISMO.....	66
4.2.2. MAR - AS ATIVIDADES MARÍTIMAS	73
4.3. SETORES EMERGENTES	82
4.3.1. AGROALIMENTAR	82
4.3.2. ECONOMIA VERDE.....	88
4.3.3. SAÚDE E CIÊNCIAS DA VIDA	91
4.3.4. TIC E ATIVIDADES CRIATIVAS.....	95
5. QUADRO ESTRATÉGICO PARA O ALGARVE	99
5.1. RUMO À RIS3 ALGARVE.....	100
5.1.1. A EXPERIÊNCIA DO PLANO REGIONAL DE INOVAÇÃO 2007	101
5.1.2. METODOLOGIA DA RIS3.....	102
5.2. RUMO À RIS3 ALGARVE: VISÃO.....	106
5.3. MODELO DE GOVERNANÇA PARA A RIS3.....	109
5.3.1. Descrição do Modelo de Governança.....	117
5.4. OBJETIVOS E ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS	116
5.5. ARTICULAÇÃO COM OS MECANISMOS DAS RIS3 DO ALENTEJO E DA ÁNDALUZIA	131
5.6. ARTICULAÇÃO COM OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DA UNIÃO EUROPEIA.....	134
5.7. INTEGRAÇÃO DE MECANISMOS DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	136
6. OBSERVAÇÕES FINAIS	141
6.1. NOTAS FINAIS.....	142
6.2. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA	148

Página propositadamente em branco

1. A IMPORTÂNCIA DA INOVAÇÃO



1.1. DEFINIÇÃO DE INOVAÇÃO

"A inovação é o principal motor do crescimento económico e do emprego."
Comissão Europeia

A inovação promove o desenvolvimento e o emprego através da melhoria da eficácia dos processos económicos e amplia o conjunto de oportunidades num território específico. A inovação induz a diferenciação e estimula a produção de maior valor acrescentado. Numa perspetiva geral, a inovação pode ser dirigida para os desafios sociais, respondendo a desafios globais em setores como a energia ou a saúde, por exemplo.

É crucial para o desenvolvimento das regiões em convergência positiva, uma conceção ampla de inovação. Inovação refere-se a criações com relevância económica, e não apenas aquelas que são disruptivas e radicais, mas também aquelas que são incrementais, com base na absorção de conhecimento codificado, tácito e de tecnologia já existente. A inovação está frequentemente relacionada com a construção de competências e a aprendizagem ao invés da mera introdução de novos produtos no mercado. Os mecanismos baseados na procura e ancorados no fazer, usar e interagir (DUI) são modos de aprendizagem tão relevantes para a dinâmica de inovação como os fatores comuns do lado da oferta com foco na Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI). O conhecimento tradicional estabelecido, pode ser um catalisador para a inovação.

As empresas são atores centrais na dinâmica da inovação. Elas desenvolvem produtos novos ou melhorados, bens materiais ou serviços intangíveis, implementam processos tecnológicos e organizacionais novos ou melhorados e trazem os benefícios da inovação para os utilizadores através da colocação no mercado. Existem outros agentes relevantes no processo de inovação, mesmo não introduzindo diretamente produtos ou processos no mercado, mas que atuam através da sua influência sobre o contexto em que as empresas operam (por exemplo, órgãos do governo).

O contexto inovador compreende todos os fatores que moldam processos inovadores. As contribuições da literatura sobre sistemas de inovação sublinham o papel dos determinantes da inovação na capacidade de inovação. A política de inovação refere-se às ações específicas desenvolvidas pelas organizações públicas para melhorar o contexto para a inovação.

Quadro 1.1. - Questões-chave para a inovação

A experiência da inovação analisada nos países membros da OCDE destaca uma série de questões-chave:

A inovação é mais do que I&D. A inovação é composta por uma gama de ativos complementares, além de Investigação e Desenvolvimento, tais como software, capital humano e novas estruturas organizacionais.

Modos mistos. Termos como inovação "tecnológica" ou "não tecnológica" são simplificações e podem ser enganadoras. A maioria das empresas introduz simultaneamente, inovações de produto e de processo, muitas vezes juntamente com inovações de marketing ou organizacionais. Isto é verdade tanto para empresas industriais como de serviços.

Diferenças entre as empresas. As empresas diferem em tamanho e de sector para sector. Por exemplo, uma maior proporção de empresas em serviços irá introduzir apenas inovações de marketing ou organizacionais quando comparado com empresas de produção de bens.

Networking. As empresas que colaboram são propensas a inovar mais do que aquelas que não o fazem e a colaboração com parceiros externos é pelo menos tão importante quanto a cooperação interna. A colaboração é usada em processos de inovação sempre e em tudo em que as empresas precisem de realizar alguma I&D. A este respeito, as políticas que estimulem iniciativas de redes terão impacto sobre um espectro mais amplo de empresas inovadoras.

Produção de conhecimento científico. Este está a mudar dos indivíduos para os grupos, a partir de instituições simples para relações múltiplas e a partir do anfiteatro nacional para os palcos internacionais.

Transdisciplinaridade. A inovação é conseguida através da convergência de diferentes áreas científicas e tecnologias. Isso requer a criação de espaços de interação e fertilização cruzada de diferentes áreas do conhecimento. Por exemplo, a nano ciência surgiu a partir da interação da física e da química. A investigação ambiental é um exemplo de um campo de investigação multidisciplinar.

Adaptado de: OECD (2010) Measuring Innovation: A New Perspective, OECD Publishing, Paris.

1.2. DEFINIÇÃO DE SISTEMA DE INOVAÇÃO

O objetivo principal de cada sistema de inovação é acelerar a dinâmica da inovação. Num nível mais amplo, os sistemas de inovação podem ser vistos como ferramentas de políticas que visam promover a convergência e um desenvolvimento regional mais sustentável e resiliente ancorado no conhecimento.

O conceito de sistema de inovação incide tanto sobre as componentes internas como sobre as ligações dos sistemas. As componentes referem-se aos atores (organizações públicas e privadas), bem como às instituições envolvidas em processos de inovação, aos estrangimentos e facilitadores que orientam a ação individual e o comportamento coletivo e às regras do jogo.

O que acontece dentro de um sistema de inovação pode ser entendido como atividades inovadoras. Essas dinâmicas de inovação têm impacto direto nas atividades, e determinam o desempenho da inovação do sistema. Uma explicação satisfatória de inovação será, portanto, multicausal, integrando a importância relativa e inter-relacional de diferentes fatores determinantes.

Os sistemas de inovação podem assumir diferentes níveis, (nacional, regional ou local) e ser de âmbito sectorial ou tecnológico e transversal. Diferentes tipos de sistemas de inovação coexistem e complementam-se. A conceção mais adequada de um sistema de inovação depende em grande medida das questões que carecem de resposta e dos instrumentos de políticas disponíveis.

Quadro 1.2. - Principais atividades num Sistema de Inovação (SI)**I. Fornecimento de inputs de conhecimento para o processo de inovação**

Fornecimento de I&D e, por isso, criação de novos conhecimentos.

Desenvolvimento de competências, por exemplo, através da ação individual (educação e preparação da força de trabalho para as atividades de I&D e Inovação) e aprendizagem organizacional.

II. Atividades do lado da procura

Criação de novos mercados de produtos.

Articulação dos requisitos de qualidade que emanam do lado da procura em relação aos novos produtos.

III. Fornecimento de componentes aos SI's

Criando e alterando as organizações necessárias para o desenvolvimento de novos campos de inovação. A título de exemplo, fomentar o aumento do empreendedorismo para criar novas empresas, ativas e empreendedoras na diversificação das atividades das empresas já existentes e na criação de novas organizações de investigação, agências de política, etc.

Networking através dos mercados e outros mecanismos, incluindo a aprendizagem interativa entre as diferentes organizações (potencialmente) envolvidas nos processos de inovação. Isto implica integrar novos elementos de conhecimento, desenvolvidos em diferentes esferas do SI e vindos do exterior com elementos já disponíveis nas empresas inovadoras.

Criação e alteração das instituições - por exemplo, legislação de patentes, fiscal, ambiental e de segurança, rotinas de I&D, normas culturais, etc. - que influenciam as organizações inovadoras e os processos de inovação, fornecendo incentivos e removendo obstáculos à inovação.

IV. Serviços de apoio para empresas inovadoras

Atividades de incubação, como o fornecimento de acesso às instalações e apoio administrativo para os esforços de inovação.

Processos de inovação, financiamentos e outras atividades, que podem facilitar a comercialização do conhecimento e a sua adoção.

Prestação de serviços de consultoria relevantes para os processos de inovação, por exemplo, transferência de tecnologia, informações comerciais e aconselhamento jurídico.

Fonte: Edquist, C. (2005) "Systems of Innovation: Perspectives and Challenges" in Fagerberg, J.; Mowery, D. and Nelson, R. R. (eds.), *The Oxford Handbook of Innovation*. New York: Oxford University Press, 181-208.

1.3. DEFINIÇÃO DE SISTEMA REGIONAL DE INOVAÇÃO

A intervenção política no que respeita às atividades de investigação e inovação a nível regional é relevante, pois os processos de inovação não se disseminam uniformemente entre os países e entre as regiões. Geralmente concentram-se em certas áreas, apesar de alguns ultrapassarem essa dinâmica. As diferenças de desempenho são acompanhadas por diferenças nas estruturas de governança².

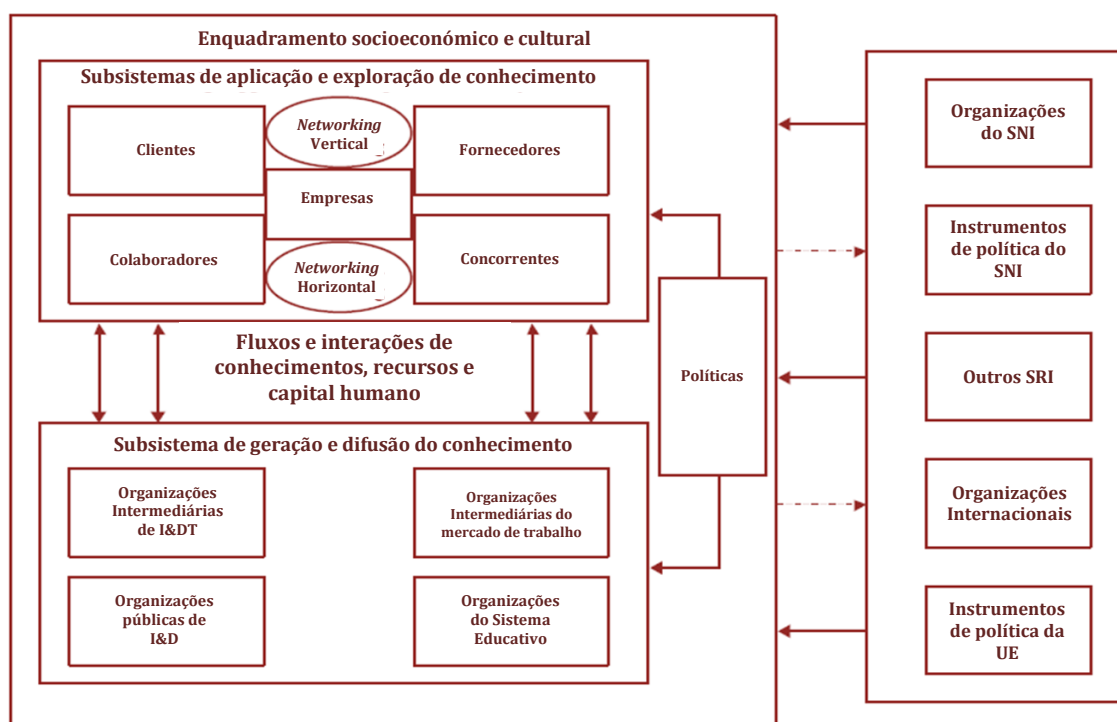
A abordagem sistémica para as regiões pode ser aplicada em termos de: (1) componentes do sistema; (2) ligações do sistema e (3), limites do sistema³ (ver figura 1.1).

Conforme salientado anteriormente, os componentes referem-se aos atores (por exemplo, empresas, universidades, centros tecnológicos) e instituições. As ligações do sistema referem-se às relações entre os componentes. Os limites referem-se à delimitação do sistema em causa, sobrepondo-se as relações com atores extrarregionais, as redes e instituições.

² Howells, J. (2005) "Innovation and regional development: A matter of perspective?" *Research Policy*. 34, 1220-1234.

³ Bjørn Asheim, Markus M. Bugge, Lars Coenen, Sverre Herstad (2013) "*What Does Evolutionary Economic Geography Bring To The Policy Table? Reconceptualising regional innovation systems*", Paper no. 2013/05, CIRCLE Electronic Working Papers, Lund University, CIRCLE - Center for Innovation, Research and Competences in the Learning Economy.

Figura 1.1 - Sistema Regional de Inovação



Fonte: Tödtling e Tripl (2005: 1206)

A expressão "*Sistema Regional de Inovação*" entrou em uso no início dos anos 90 do século passado, na sequência de informação de investigação em profundidade em algumas regiões industriais europeias⁴. Essas regiões foram percebidas como estando a funcionar em sistemas de inovação, ou seja, numa "*combinação apoiada administrativa e geograficamente, em redes e instituições definidas como inovadoras, que interagem regular e fortemente para melhorar os outputs inovadores das empresas dessas regiões*"⁵.

A tensão dos sistemas regionais de inovação exige uma dinâmica de inovação acelerada através de mecanismos baseados no mercado e de uma forte governança com base numa diversidade de combinações⁶. A abordagem regional é particularmente útil para compreender a natureza contingente da inovação e intervenção política. Não há uma política "*one size fits all*", ou uma combinação de instrumentos de política, disponíveis e aplicáveis de igual forma a todos os casos, porque as regiões e países são muito diversas⁷.

Os sistemas regionais de inovação podem ser instrumentos normativos para a construção de vantagens regionais⁸ num contexto em que as condições pré-existent, definam os objetivos de intervenção necessários e também os conjuntos de oportunidades e complementaridades.

O foco regional dos sistemas de inovação é particularmente relevante porque a aglomeração e diferentes tipos de proximidade são dimensões cruciais, acelerando a aprendizagem institucional e o

⁴ Uyarra, E. and K. Flanagan, (2012). "*Reframing Regional Innovation Systems: evolution, complexity and public policy*", in P. Cooke (ed) *Reframing Regional Development*, Routledge, Abingdon.

⁵ Cooke, P. and G. Schienstock, (2000). "*Structural Competitiveness and Learning Regions*". *Enterprise and Innovation Management Studies*, 1(3), 265-280.

⁶ Cooke, P. (2001) "*Regional Innovation Systems, Clusters, and the Knowledge Economy*" *Industrial and Corporate Change*. 10(4), 945-974.

⁷ Tödtling, F. and Tripl, M. (2005) "*One size fits all? Towards a differentiated regional innovation policy approach*" *Research Policy*. 34(8), 1203-1219.

⁸ Cooke, P. and Leydesdorff, L. (2005) "*Regional development in the knowledge-based economy: the construction of advantages*" *The Journal of Technology Transfer*. 31(1), 5-15.

capital social⁹. Essas discussões estão associadas à "variedade relacionada" num delicado equilíbrio entre proximidade e a distância cognitiva entre os setores de uma região em que é necessário saber como se espalhar o conhecimento de forma eficaz entre os setores. As empresas locais têm maiores oportunidades de aprendizagem, maior variedade em todos os setores relacionados numa região e maior conexão com os setores¹⁰.

O conceito de inovação sistémica a nível regional está a recuperar a ênfase nas empresas como locais de inovação, e reduzindo o papel das universidades e outras organizações públicas de investigação como agentes ativos na inovação. A visão estabelecida havia consolidado a abordagem da tripla hélice e o quadro da "universidade empreendedora", elevando as expectativas e colocando as universidades e os atores da ciência académica como pontos focais para promover a inovação¹¹, uma visão que está a ser revista, reavaliando o que pode ser realisticamente esperado das universidades e dos organismos de investigação.

1.4. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA INOVAÇÃO REGIONAL

O desempenho da inovação refere-se à análise e avaliação de indicadores estatísticos em blocos fundamentais para avaliar o comportamento comparativo dos sistemas de inovação. As variáveis em análise referem-se muitas vezes à medição do que acontece no núcleo do sistema, às atividades de inovação e também às estruturas institucionais regionais e nacionais, por exemplo, à concorrência do produto no mercado, ao mercado de trabalho, ao sistema de investigação, ao nível económico e de crescimento ou ao nível de educação. Há várias análises, com base em indicadores estatísticos para criar medidas compostas e facilitar a comparação de desempenhos regionais de inovação¹².

Um exercício recente da OCDE¹³, que utiliza o mercado de trabalho e indicadores de inovação de base tecnológica, encontra evidências de três categorias de regiões exibindo um comportamento comum em termos de especialização, mas onde cada uma enfrenta desafios estratégicos específicos: "**centros de conhecimento**", "**zonas de produção industrial**" e "**regiões não focadas na Ciência e Tecnologia**".

Os "centros de conhecimento" contam com cerca de 30% do PIB das amostras e vinte e 25% da população. Estes encontram-se em países mais intensivos em conhecimento, localizadas principalmente nos Estados Unidos, Finlândia, Alemanha, Suécia e Reino Unido, mas também incluem as capitais dos países mais periféricos e têm, de longe, o mais alto investimento em I&D e a mais elevada intensidade de patenteamento de qualquer grupo.

As "zonas de produção industrial" abrangem cerca de 60% do PIB e da população das amostras. Para se manterem competitivas, elas podem precisar de diversificar e reestruturar as suas economias.

As "regiões não focadas na Ciência e Tecnologia", representam apenas 14% da população e cerca de oito por cento do PIB. Estas regiões têm baixa intensidade em patentes e I&D, sendo esta última impulsionada principalmente pelo setor público. Esta categoria apresenta um subgrupo de "inércia estrutural ou regiões em desindustrialização", com pior desempenho da inovação em relação à média nacional, com maiores taxas de desemprego e geralmente, baixa valorização económica. Outro subgrupo é o das "regiões intensivas do setor primário", muitas vezes com importantes extensões rurais e uma participação notavelmente maior do emprego em atividades do sector primário. Estas

⁹ Boschma, R. A. (2005) "Proximity and innovation. A critical assessment" *Regional Studies*. 39(1), 61-74.

¹⁰ Boschma, R., A. Minondo and M. Navarro (2012) Related variety and regional growth in Spain, *Papers in Regional Science*, 91 (2), 241-256.

¹¹ Asheim et al. (2013).

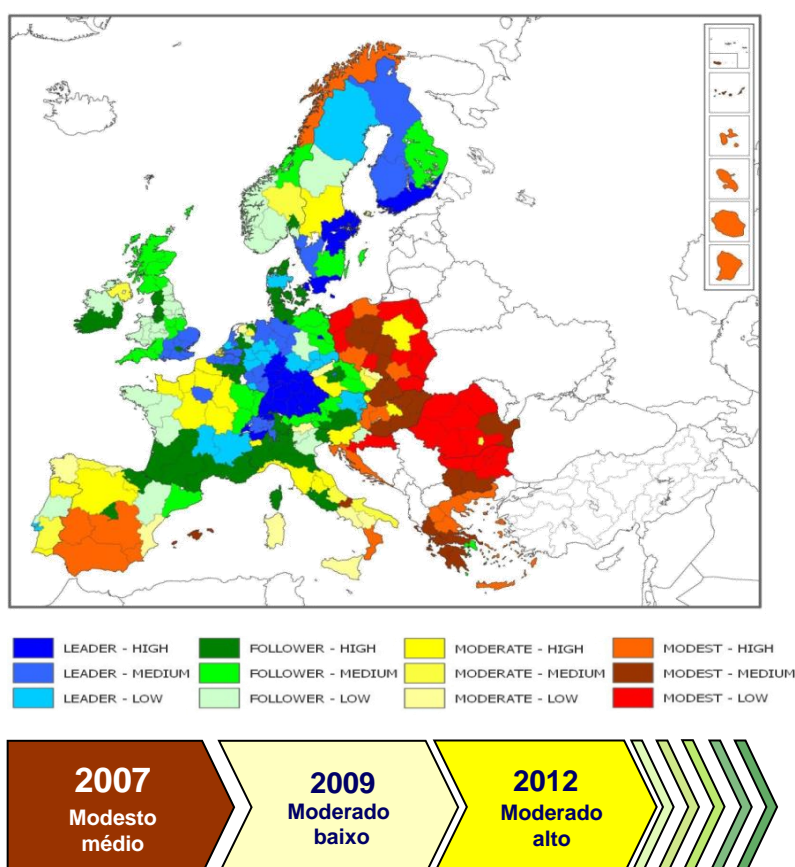
¹² Para uma revisão sobre essas comparações e aplicação, verificar Pinto, H. (2009) "The Diversity of Innovation in the European Union: Mapping Latent Dimensions and Regional Profiles" *European Planning Studies*. 17(2), 303-326.

¹³ OECD (2011) *Regions and Innovation Policy*, OECD Reviews of Regional Innovation, OECD Publishing.

regiões têm níveis significativamente mais baixos de riqueza e nos indicadores relacionados com tecnologia. Todas as regiões portuguesas estão incluídas neste subgrupo, com exceção de Lisboa, que é um “Centro de Conhecimento”.

Outro exemplo importante de comparação da inovação é o exercício do Painel Europeu da Inovação Regional (*The Regional Innovation Scoreboard*). O Scoreboard 2014¹⁴ organiza 190 regiões da UE, num primeiro grupo de 34, as “líderes em inovação”, num segundo grupo de 57, as “seguidoras da inovação”, num terceiro grupo de 68 como “inovadoras moderadas” e num quarto grupo de 31, as “inovadoras modestas”. A maioria dos Estados-Membros da União Europeia tem regiões com diferentes níveis de desempenho da inovação, porque este varia mais a nível regional do que a nível nacional. Um exemplo evidente é Portugal: varia entre regiões seguidoras de inovação (Lisboa) e inovadoras modestas (Madeira). O Algarve é uma região inovadora moderada, identificada no grupo das regiões que quadro 2007-2013 apresentaram reduzida capacidade de absorver fundos estruturais para as dimensões prioritárias da Inovação, Investigação e Desenvolvimento Tecnológico.

Figura 1.2 - Painel da Inovação Regional



Fonte: European Regional Innovation Scoreboard 2012

No entanto, e apesar desta evolução, o contexto de Inovação e Investigação no Algarve e a capacitação dos seus recursos, continua a apresentar várias limitações, que são maioritariamente sistémicas.

¹⁴ O relatório completo e os detalhes metodológicos estão disponíveis on-line em:

http://ec.europa.eu/enterprise/policies/innovation/files/ris/ris-2014-summary_en.pdf

As falhas de "mercado" impedem os agentes privados de investirem em I&D e fazerem uma utilização adequada dos mecanismos de propriedade industrial. As falhas de infraestrutura dificultam a promoção da inovação e articulação de agentes públicos e privados em C&T, impedindo a existência na região de vários tipos de agentes da inovação que devem preencher um sistema regional de inovação dinâmico. Por outro lado, a falta de conexão interna entre os atores, especialmente a falta de cooperação entre as empresas e as ligações limitadas entre os produtores de conhecimento e as empresas também não favorece a dinâmica do sistema.

1.5. A ABORDAGEM DAS "FALHAS SISTÉMICAS" NAS POLÍTICAS DE INOVAÇÃO

A política de inovação engloba um conjunto de ações por parte de organizações públicas que influenciam o contexto da inovação e os processos inovadores. A política de inovação aborda a solução de problemas que reduzem o desempenho do sistema de inovação¹⁵.

A lógica tradicional de intervenção política é a existência de "falhas de mercado", onde os decisores políticos devem intervir quando o mercado não pode, por si só, alocar recursos de forma eficiente no processo de inovação. A principal linha de argumentação é que as características do conhecimento científico como um bem público, a incerteza, os limites de apropriabilidade e indivisibilidade, levam à falta de investimento em I&D por parte das empresas e outros atores privados, justificando incentivos públicos para o investimento em I&D¹⁶. Esta visão pressupõe que haja uma relação sequencial entre a I&D e o crescimento económico e que se sobrestimem incentivos económicos para atividades e instrumentos para lidar com problemas na propriedade de ativos intangíveis baseados em investigação.

No entanto, o conceito de "falha de mercado" é bastante vago e não é suficiente para proporcionar uma justificação política suficientemente forte para medidas regionais de apoio à inovação. Não só os mercados não conseguem produzir os melhores resultados, como também pode existir um contexto frágil para a inovação, que pode ser referido como "falha sistémica"¹⁷.

A "falha sistémica" é amplamente definida como a incapacidade do sistema para apoiar a criação, absorção, retenção, utilização e difusão de conhecimento economicamente útil através da aprendizagem interativa ou investimentos para I&D em casa. Para além de tratar as falhas de mercado que levam à falta de investimento em I&D e inovação, a abordagem da "falha sistémica" facilita a compreensão de como o sistema regional de inovação pode trabalhar de forma mais eficaz como um todo, através da remoção de bloqueios na conexão dos seus componentes.

As falhas sistémicas podem referir-se a problemas nos componentes do sistema e problemas na dinâmica do sistema.

Os problemas relacionados com os componentes do sistema, consideram questões diferentes e inter-relacionadas, associadas às competências e capacidades das organizações do sistema, estruturas institucionais e às interações entre os atores organizacionais. No sistema podem faltar alguns tipos de atores, como instituições de investigação, empresas ou organizações intermediárias. Estes são frequentemente chamados problemas de infraestrutura.

¹⁵ Edquist, C. (2008) "Design of Innovation Policy through Diagnostic Analysis: Identification of Systemic Problems (or Failures)", Paper no. 2008/06, CIRCLE Electronic Working Papers, Lund University, CIRCLE - Center for Innovation, Research and Competences in the Learning Economy.

¹⁶ Arrow, K. J. (1962) "Economic welfare and the allocation of resources for invention" in Nelson, R. R. (ed.), The Rate and Direction of Inventive Activity. New Jersey: Princeton University Press, 609-625.

¹⁷ European Commission (2009) Making Public Support for Innovation in the EU More Effective: Lessons Learned from a Public Consultation for Action at Community Level, Luxembourg: Publications Office of the European Union.

Podem ainda existir os atores, mas eles podem estar ausentes ou não terem competências humanas organizacionais e tecnológicas suficientes, o que se reflete numa limitação à capacidade para aprender, adotar ou produzir inovação ao longo do tempo. A falta de competências pode também restringir a capacidade de se envolverem em aprendizagem interativa com outros atores, causando problemas na rede. A interação também pode ser limitada por problemas institucionais informais, por exemplo, a ausência de confiança entre os agentes, ou problemas institucionais formais, como um quadro regulamentar deficiente.

Os problemas relacionados com a dinâmica do sistema referem-se principalmente às dificuldades que podem surgir quando as empresas e outros atores registam problemas tecnológicos ou enfrentam as mudanças nos paradigmas técnico-económicos vigentes que excedem as suas capacidades atuais¹⁸. Estes podem ser chamados problemas de transição. Geralmente estes problemas aparecem quando os atores são confrontados com mudanças de trajetória imprevistas ou inovações disruptivas que exigem certas capacidades que o sistema carece naquele momento.

Os sistemas regionais de inovação emergentes podem sofrer de ligações intersectoriais fracas, da ausência de entidades de interface e de universidades especializadas, principalmente na oferta de força de trabalho. As formas de aprendizagem ciência-tecnologia-inovação (CTI), podem ser frágeis devido ao baixo nível ou à reduzida capacidade de investigação nas universidades e nas empresas. As formas de aprendizagem fazendo-utilizando-interagindo (DUI), são problemáticas quando as competências dos utilizadores são limitadas e falta confiança nas relações¹⁹. Nos sistemas com estas características, geralmente as empresas e outros componentes ainda não são capazes de produzir inovações radicais, mas acumulam competências e capacidades que são necessárias para se envolverem em diferentes formas de aprendizagem. As políticas de inovação também tendem a ser restringidas pela capacidade limitada dos decisores políticos, em parte em função das culturas políticas internas e dos recursos e exigências impostas externamente²⁰.

Diferentes falhas do sistema podem ser encontradas em diferentes tipos de regiões. Os problemas sistémicos estão relacionados com a "fragilidade organizacional" e são frequentemente detetados em regiões periféricas, associados aos problemas de "bloqueio" tecnológico, uma característica de antigas regiões industriais e, finalmente, aos problemas relacionados com a fragmentação do sistema interno, normalmente detetado em regiões metropolitanas.

A variedade de problemas sistémicos requer apoio político adaptado para além do tradicional "*one-size-fits-all*"²¹. Um problema num sistema específico pode não ser um problema noutra sistema de inovação. Assim, falhas sistémicas precisam ser identificadas tendo em conta as características específicas do seu sistema, da evolução e do contexto socioeconómico em que ele está inserido.

¹⁸ Chaminade, C. and Edquist, C. (2006) "From theory to practice: The use of the systems of innovation approach in innovation policy" in Hage, J.; De Meeus, M. (Eds) Innovation, Learning and Institutions. Oxford, Oxford University Press.

¹⁹ Jensen, M. B.; Johnson, B.; Lorenz, E. and Lundvall, B. A. (2007) "Forms of knowledge and modes of innovation", Research Policy. 36, 680-693.

²⁰ Chaminade, C., Lundvall, B.Å., Vang-Lauridsen, J. and Joseph, K.J., (2010) "Innovation policies for development: towards a systemic experimentation based approach", Paper No 2010/1, CIRCLE Electronic Working Papers, Lund University, CIRCLE - Center for Innovation, Research and Competences in the Learning Economy.

²¹ Tödtling and Trippel (2005).

Quadro 1.3. – Enquadramento das falhas do sistema na política de inovação**I. Falhas de infra-estrutura**

Questões relativas à infra-estrutura física na relação com a inovação.

II. Falhas institucionais

Falhas institucionais fortes. Estes são os mecanismos institucionais formais que podem dificultar a inovação, e pode ser uma parte do quadro de regulação que consiste em normas técnicas, leis laborais, regras de gestão de risco, regulamentos de saúde e segurança, etc., ou o sistema jurídico geral em matéria de contratos, emprego, direitos de propriedade intelectual dentro do qual os atores operam.

Falhas institucionais suaves. A sua origem é o contexto mais amplo de valores políticos, culturais e sociais, que molda objectivos de política pública, o ambiente da política macroeconómica e a forma "de fazer negócios". Estas falhas institucionais suaves ou informais incluem normas e valores sociais, a cultura, a vontade de partilhar recursos e associar-se com outros atores, o espírito empresarial dentro das organizações, indústrias, regiões ou países.

III. Falhas de interação

Falha Forte de rede. A intensa cooperação entre os atores pode ser muito produtiva como fonte de sinergia, *know-how* complementar, resolução criativa de problemas, partilha de capacidades, etc. Quando existe uma falha de rede forte, os atores individuais são guiados por outros atores da rede na "direção errada" e, conseqüentemente, não conseguem entre si os conhecimentos necessários. Isto é consequência da falta de troca de informações com os atores que desempenham um papel de ligação. Isto pode potencialmente bloquear a renovação vinda de fora. Causas para a falha forte na rede: (i) miopia devido à orientação interna, (ii) a falta de laços fortes ou laços fracos, e (iii) a dependência de parceiros dominantes.

Fraca falha de rede. A inovação é cada vez mais o resultado de uma estreita interação entre os conhecimentos complementares, tecnologias e atores. Quando a conectividade entre esses elementos é pobre, os ciclos frutíferos de aprendizagem e inovação podem ser prevenidos.

IV. Falhas de capacidades

Empresas e outros atores-chave da inovação carecem de competências, capacidade e recursos para inovar.

Baseado em: Woolthuis, R., Lankhuizen, K., and Gilsing, V. (2005) "A system failure framework for innovation policy design", *Technovation*, 25(6), 609-619.

1.6. EXPLORANDO OS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA DE INOVAÇÃO

Em geral, os instrumentos de política de inovação estão relacionados com²²:

- Instrumentos de regulação

O uso de instrumentos legais para a regulação das interações sociais e de mercado.

- Instrumentos económicos e financeiros

Prestação de incentivos específicos (ou desincentivos) e apoio às atividades sociais e económicas específicas. Pode envolver meios económicos em dinheiro ou em espécie, e com base em incentivos positivos (Incentivar, promover, determinadas atividades) ou desincentivos (desanimadores, restringindo certas atividades).

- Instrumentos suaves

Estes instrumentos são voluntários e não coercitivos e, portanto, aqueles que são "governados" não estão sujeitos a medidas obrigatórias, sanções, incentivos diretos ou desincentivos por parte do governo ou dos seus órgãos públicos. Em vez disso, os instrumentos suaves fornecem recomendações, fazem apelos normativos ou oferecem acordos voluntários ou contratuais.

Quadro 1.4. – Ferramentas da política de inovação

As regiões enfrentam três tipos principais de opções (que correspondem às configurações estratégicas), dependendo do seu perfil de inovação:

Aproveitar as vantagens atuais ("science push", "technology-led", ou um mix);

Apoiar a transformação socioeconómica (reconversão ou a identificação de uma nova fronteira) e;

Recuperar o atraso no sentido da criação de capacidades baseadas no conhecimento.

Exemplos de instrumentos específicos para as regiões de convergência são:

Agências regionais de desenvolvimento de negócios;

Cursos de formação e de aprendizagem ao longo da vida (provisão pública, incentivos para as empresas);

Programas de intercâmbio de estudantes e programas de atração de talentos;

Incentivos regionais para a melhorar os programas de competências nas empresas;

Incentivos para a contratação de pessoal qualificado para as empresas;

Criação de centros de conhecimento em áreas tradicionais (por exemplo, agricultura, turismo), e filiais de organizações nacionais de investigação;

Programas de apoio à inovação para inovações incrementais;

Ligação das organizações de apoio às empresas (por exemplo, câmaras de comércio) a redes mais amplas;

Financiamento de projetos experimentais e inovadores nos sectores tradicionais;

Promoção da ligação de atores regionais às redes de produção nacional e internacional;

Programas de apoio à inovação (intermediários de inovação), suporte ao desenvolvimento de negócios (delegações de agências nacionais), a ligação com as câmaras de comércio e exportação;

Atrair investimentos nacionais em educação e formação profissional;

Promover a formação nacional, sistemas de aprendizagem ao longo da vida para empresas e particulares;

Proteger investimentos nacionais de infra-estrutura para melhorar a conectividade.

Fonte: OCDE (2011).

²² Borrás, S., and Edquist, C. (2013) "The Choice of Innovation Policy Instruments", Paper No 2013/04 CIRCLE Electronic Working Papers, Lund University, CIRCLE - Center for Innovation, Research and Competences in the Learning Economy.

Página propositadamente em branco

2. PROGRAMAS EUROPEUS DE REFERÊNCIA: EUROPA 2020 E RIS3



2.1. EUROPA 2020

"Num mundo em mudança, queremos que a UE se torne numa economia inteligente, sustentável e inclusiva. Estas três prioridades, que se reforçam mutuamente, devem ajudar a UE e os Estados-Membros, proporcionando altos níveis de emprego, produtividade e coesão social."

José Manuel Barroso - Presidente da Comissão Europeia

A União Europeia está a esforçar-se para superar a crise económica e criar condições para uma economia mais competitiva e com mais emprego no período 2014-2020. Depois de uma estratégia de Lisboa de largo espectro e do seu relançamento, que falhou na ambição de transformar a União Europeia numa "economia baseada no conhecimento, mais competitiva e dinâmica do mundo, capaz de um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e maior coesão social" (Conclusões da Presidência, Conselho Europeu de Lisboa, 23 e 24 de Março de 2000), a União Europeia está agora a dar ênfase à seletividade e foco de objetivos políticos.

Portanto, a Europa 2020 é uma estratégia para garantir um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo:

- **Inteligente**, investindo de forma eficaz na educação, investigação e inovação;
- **Sustentável**, movendo-se em direção a uma economia de baixo carbono;
- **Inclusivo**, enfatizando a criação de emprego e a redução da pobreza.
- A estratégia Europa 2020 define metas nas áreas do emprego, da inovação, da educação, da redução da pobreza, do clima e da energia:
- **Emprego** - aumentar a taxa de emprego na faixa etária dos 20-64 anos para 75%;
- **I&D** - aumentar o investimento da UE em I&D para 3% do PIB;
- Alterações climáticas e sustentabilidade energética;
- Reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 20% (ou em 30%, se forem reunidas as condições necessárias) relativamente aos níveis registados em 1990;
- Obter 20% da energia a partir de fontes renováveis;
- Aumentar a eficiência energética em 20%;
- Educação;
- Reduzir a taxa do abandono escolar precoce para menos de 10%;
- Aumentar a percentagem da população na faixa etária dos 30-34 anos que possui um diploma do ensino superior para, pelo menos, 40%;
- **Luta contra a pobreza e a exclusão social** - reduzir o número de pessoas em risco ou em situação de pobreza ou de exclusão social, pelo menos, em 20 milhões.

Os objetivos da UE são traduzidos em metas nacionais que cada Estado-membro deve alcançar para o seu próprio progresso em direção a essas ambições (ver tabela 2.1).

Tabela 2.1 – Metas Europa 2020

Indicadores Europa 2020	Unid.	Situação atual				Meta Portugal	Meta UE
		Ano	Algarve	Portugal	UE		
Taxa de emprego (20 - 64 anos)	%	2012	66,3	66,5	68,5	75	75
Homens			nd	69,9	74,6		
Mulheres			nd	63,1	62,4		
Despesa em I&D em % do PIB	%	2010	0,45	1,6	2,0	2,7- 3,3	3
Setor público (PNR)						1,0 - 1,2	-
Setor privado (PNR)						1,7 - 2,1	-
Taxa de abandono precoce de educação e formação	%	2012	*20,2	20,8	12,8	10	10
Homens			22,9	28,2	14,5		
Mulheres			17,3	14,3	11,0		
População dos 30-34 anos com ensino superior ou equiparado	%	2012	22,8	27,2	35,8	40	40
Homens			nd	24,3	31,6		
Mulheres			nd	30,1	40,0		

* Algarve 2012: desvio do padrão de qualidade / coeficiente de variação elevado

Fonte: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/europe_2020_indicators/headline_indicators - ww.ine.pt

O Algarve apresenta, nestes quatro indicadores, um desempenho inferior à média nacional e, na maioria dos casos, o seu posicionamento é dos menos satisfatórios, comparativamente às restantes regiões do Continente.

Nos anos mais recentes a taxa global de emprego diminuiu em todas as regiões portuguesas, sendo a região algarvia a que apresenta a descida contínua mais prolongada (desde 2007). Importa também referir que o Algarve apresenta normalmente nesta variável (para a classe 15 e mais anos e desde 1998), valores abaixo da média do país.

Crescimento inteligente, traduz-se em melhorar o desempenho da UE no domínio da educação, incentivando as pessoas a aprender, estudar e atualizar as suas competências, na investigação e inovação, através da criação de novos produtos e serviços que gerem crescimento e emprego, para enfrentar os desafios sociais e com a plena integração na sociedade digital, utilizando tecnologias de informação e comunicação.

O crescimento inteligente está a ser implementado ao nível da UE através de **três iniciativas emblemáticas**:

1. Agenda Digital para a Europa - A criação de um mercado único digital baseado na Internet rápida e ultrarrápida e em aplicações interoperáveis, até 2013; acesso à banda larga para todos, até 2020; acesso de todos à velocidades de internet de 30 Mbps ou superior, até 2020; 50% ou mais das famílias europeias com ligações de internet acima de 100 Mbps.

2. União da Inovação - Reorientação da I&D e inovação para os principais desafios da sociedade, como a mudança climática, energia e eficiência dos recursos, a saúde e a evolução demográfica, fortalecendo todos os elos da cadeia de inovação, desde a investigação “*azul*” até à comercialização.

3. Juventude em movimento - Ajudar os estudantes e estagiários a estudar no exterior, preparando melhor os jovens para o mercado de trabalho, melhorando o desempenho / a capacidade de atração internacional das universidades europeias, e melhorando todos os níveis de educação e formação (excelência académica e igualdade de oportunidades).

A especialização inteligente é uma abordagem estratégica para o desenvolvimento económico através do apoio específico à investigação e inovação focada no mercado. Este é um pilar importante para os investimentos dos fundos estruturais, como parte da contribuição da política de coesão da agenda para a Europa 2020.

As anteriores estratégias regionais de inovação na UE sofreram muitas vezes de uma ou mais das seguintes deficiências²³:

- Falta de uma perspetiva internacional e trans-regional - a inovação regional e o sistema económico foram muitas vezes considerados isoladamente;
- Falta de sintonia com o tecido industrial e económico da região - envolvimento excessivo do setor público em I&D que não era orientado para o mercado;
- Análise frágil dos ativos das regiões;
- Síndrome da “Escolha do vencedor”;
- Imitação de regiões com melhor desempenho e “melhores práticas”, sem considerar o contexto local.

Como resultado, as políticas regionais de inovação têm sido menos eficazes na seleção de prioridades e concentrando-se em áreas-chave. O assunto é ainda mais crítico hoje em plena turbulência económica, com escassez de recursos financeiros públicos e privados para a inovação. A especialização inteligente é, portanto, uma maneira de resolver esses problemas, promovendo o uso eficiente, eficaz e sinérgico dos investimentos públicos para apoiar os Estados-membros e as suas regiões a reforçar a capacidade de inovação, apoiar o crescimento económico e a prosperidade, concentrando os recursos humanos e financeiros em áreas globalmente competitivas.

²³ Guia RIS3 disponível em: <http://s3platform.jrc.ec.europa.eu/s3pguide>

Quadro 2.1. – Princípios da especialização inteligente

Os princípios da especialização inteligente são baseados em quatro C's:

Escolhas e massa crítica: número limitado de prioridades, com base nos seus pontos fortes e especialização internacional. Evitar a duplicação e fragmentação do Espaço Europeu de Investigação. Concentrar-se as fontes de financiamento que garantam a gestão orçamental mais eficaz;

Vantagem Competitiva: mobilizar talento, combinando as capacidades de I&DT + I e as necessidades de negócio através de um processo de descoberta empresarial;

Conectividade e Clusters: desenvolver clusters de craveira mundial e disponibilizar plataformas para a variedade relacionada e intersetorial, ligações internas na região e externas, conduzindo à diversificação tecnológica especializada. Coincidir o que a região tem com o que o resto do mundo tem;

Liderança colaborativa: sistemas eficientes de inovação, com o esforço colectivo, baseados em parcerias público-privadas.

Fonte: Guia RIS3

2.2. O QUE É A RIS3 - ESTRATÉGIA REGIONAL DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO PARA A ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE?

A especialização inteligente requer o desenvolvimento de uma visão, identificando as vantagens competitivas, a definição de prioridades estratégicas e fazendo uso de políticas para maximizar o potencial de uma região, baseando o desenvolvimento no conhecimento, seja forte ou fraco, de alta ou baixa tecnologia.

As estratégias de investigação e inovação para a especialização inteligente (RIS3), são agendas integradas de base local, de transformação económica, desenvolvidas a nível nacional e regional, que abordam cinco domínios:

Fornecer e focar as políticas de apoio e os investimentos nas prioridades nacionais e regionais, selecionadas tendo em conta os desafios e necessidades para o desenvolvimento do conhecimento;

Desenvolver as forças de cada território, vantagens competitivas e potencial de excelência;

Apoio Tecnológico, bem como à inovação, estimulando o investimento do setor privado com base na investigação aplicada;

Envolvimento das partes interessadas, fomento da inovação e da experimentação;

Devem ser suportadas em evidências e incluir mecanismos de monitorização e avaliação.

A criação de estratégias de investigação e inovação para a especialização inteligente envolve seis aspetos inter-relacionados (ver Figura 2.1).

Figura 2.1 - Passos para a criação da RIS3



Fonte: Guia RIS3

Quadro 2.2. – Passos para o desenvolvimento de uma RIS3**1. Análise do contexto regional e potencial de inovação**

A análise deve abordar três dimensões: (i) os ativos regionais, tais como infraestruturas tecnológicas, (ii) as ligações com o resto do mundo e a posição da região na economia europeia e mundial, e (iii) a dinâmica do ambiente empresarial.

2. Criação de uma estrutura de governança sólida e inclusiva

Assegurar que as partes interessadas apropriam e compartilham a estratégia. Os sistemas de governança devem permitir liderança colaborativa, ou seja, que as hierarquias na tomada de decisões devem ser flexíveis o suficiente para permitir que cada ator tenha um papel e, eventualmente, assuma a liderança em fases específicas do projeto, de acordo com as características de fundo e com as capacidades dos atores. Quando os atores são muitos e diferentes, pode ser muito difícil para eles encontrar a sua própria maneira de colaborar e gerir potenciais conflitos. Para resolver este potencial problema, os órgãos de governança devem incluir limites gerais, pessoas ou organizações com conhecimento interdisciplinar e comprovada capacidade de traduzir os interesses em compromissos.

3. Produção de uma visão compartilhada sobre o futuro da região

A principal qualidade de uma visão é o seu poder de mobilização: deve atrair atores regionais em torno de um projeto ousado comum, um sonho, que muitos sentem que podem contribuir e de que podem beneficiar. Vai ser mais fácil de executar este passo quando uma “grande figura” regional (por exemplo, um político, um empresário, um líder académico, um artista bem conhecido) empurra a visão para a frente. Os tempos de crise, muitas vezes oferecem uma boa oportunidade para gerar essas novas visões, a partir da necessidade, bem reconhecida para superar a crise. A principal dificuldade para a visão é ser ambiciosa, mas credível: algumas regiões ainda podem realmente afirmar que se querem tornar a “região mais inovadora da UE”. Afirmações demasiado ambiciosas podem prejudicar a estratégia desde o início, se a visão não poder ser levada a sério pelos atores regionais. O “sonho” deve ser ousado e grande o suficiente para acomodar as prioridades realistas e os caminhos específicos do desenvolvimento. A visão deve apontar caminhos possíveis para a renovação económica e transformação da região.

4. Seleção de um número limitado de prioridades para o desenvolvimento regional

O estabelecimento de prioridades no contexto da estratégia implica uma correspondência efetiva entre um processo *top-down* de identificação dos grandes objetivos alinhados com as políticas da UE e um processo *bottom-up* de surgimento de nichos candidatos à especialização inteligente, áreas de experimentação e desenvolvimento futuro decorrente da atividade de descoberta de atores empresariais. É fundamental que os órgãos de governança RIS3 se concentrem num número limitado de prioridades de investigação e inovação, em linha com o potencial para a especialização inteligente, detetadas na fase de análise e ancorada na descoberta empreendedora. Estas prioridades serão as áreas onde a região pode realisticamente esperar sobressair.

5. Estabelecimento de uma adequada mistura política

A estratégia deve ser implementada através de um roteiro, com um plano de ação eficaz, permitindo um grau de experimentação através de projetos-piloto. O plano de ação deve detalhar e organizar todas as regras e ferramentas que uma região precisa para atingir as metas priorizadas e fornecer a informação abrangente e consistente sobre os objetivos estratégicos, prazos para implementação, identificação de fontes de financiamento e alocação do orçamento preliminar.

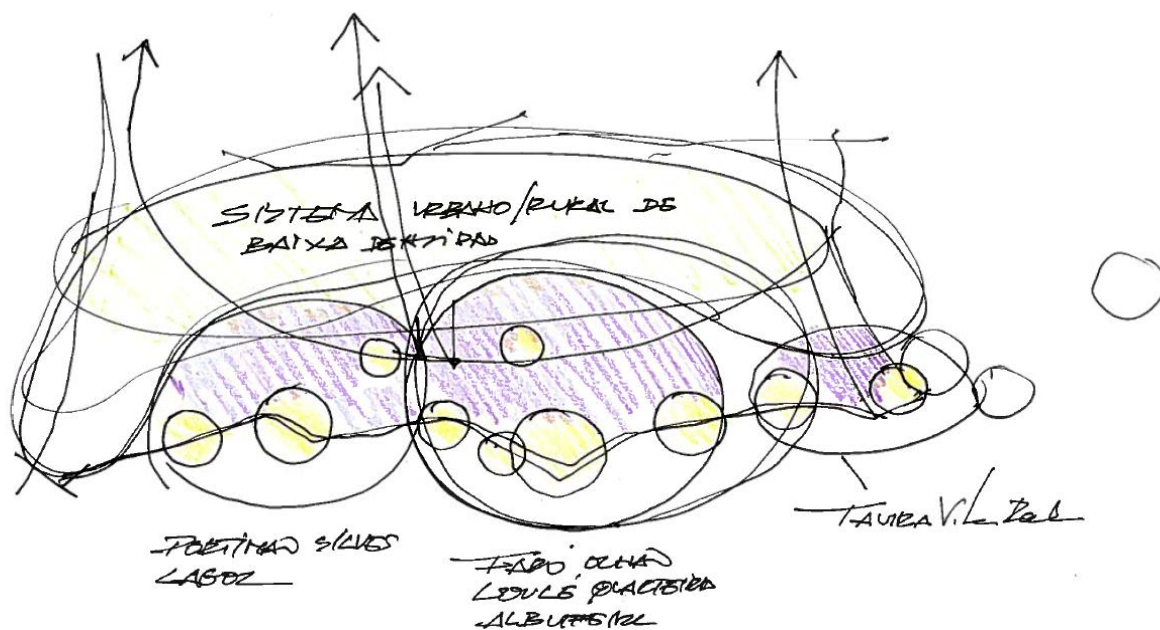
6. Integração de mecanismos de monitorização e avaliação

Monitorização refere-se à necessidade de acompanhar o progresso da implementação. A avaliação refere-se a verificar se e como os objetivos estratégicos são verificados. Para realizar a avaliação, é essencial que os objetivos estejam claramente definidos na estratégia em termos mensuráveis para cada nível de implementação, ou seja, a partir dos objetivos gerais estratégicos com os objetivos específicos de cada uma das suas ações. Devem ser integrados, desde o início, na estratégia e nos seus diferentes componentes, mecanismos de acompanhamento e avaliação. A tarefa central do projeto é identificar um conjunto moderado, mas abrangente de indicadores de produção e de resultados e estabelecer linhas de base para os indicadores de resultados e metas para todos eles.

Baseado em: Guia RIS3

Página propositadamente em branco

3. O CONTEXTO REGIONAL



3.1. UM RETRATO DO ALGARVE

O Algarve é uma das sete regiões NUTS II de Portugal, localizada no sul do país, limitada ao sul e a oeste pelo Oceano Atlântico, a leste pelo Rio Guadiana (que marca a fronteira com a Espanha) e a Norte por uma morfologia montanhosa antes de chegar à NUTS II Alentejo, representando pouco mais de 4% do território nacional. A região registava em 2011 uma população residente de 451 006 habitantes, 4,27% da população Portuguesa (dados do Censos 2011).

Figura 3.1 - A localização do Algarve



O Algarve é muito diferente de outras regiões portuguesas, devido a um forte sentido de pertença regional, enraizado numa identidade comum. Esta característica deriva do processo de construção histórica da região, o território continua a ser o mesmo desde o nascimento de Portugal enquanto nação no início do século XII, e também está fundamentada no caráter periférico do Algarve relativamente ao resto do país. No entanto, os dezasseis municípios da região (Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Monchique, Olhão, Portimão, São Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António), têm características e recursos distintos. A estrutura urbana é centrada sobre a dinâmica de duas áreas principais (Faro-Loulé-Olhão e Portimão-Lagos-Lagoa).

No Algarve, os níveis descentralizados de governança geralmente coincidem com os limites espaciais, o que é raro em Portugal. A nível distrital as NUTS II e III, bem como a área de influência da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento do Algarve (CCDR), a da associação de municípios e outros órgãos, tais como delegações ou representações descentralizadas dos ministérios, entidade regional de turismo, entre outras, são também coincidentes com os limites territoriais da região.

3.2. CONTEXTO SOCIOECONÓMICO

O Algarve é como referimos, uma região de pequenas dimensões em relação às regiões nacionais e europeias, com uma produção de riqueza (PIB) que ronda os 4,5% do total nacional.

No entanto, nas últimas décadas, a região revelou capacidade de atração de população, tendo sido a NUTS II com o maior crescimento, cerca de 14% (entre os censos de 2001 e 2011) e 16% (entre 1991-2001). A região também cresceu rapidamente na perspetiva económica. Este crescimento intenso foi baseado na exploração dos recursos naturais (clima e paisagem), que fez do Algarve o destino turístico mais importante do país e um destino de Referência na Europa, com base essencialmente no produto "sol e mar". Esse crescimento promoveu um sector turístico dinâmico, baseado fundamentalmente em PME's.

O turismo tem sido o principal motor económico da região, estimulando outras atividades (por exemplo, construção e imobiliário), que foram essenciais para o processo de desenvolvimento da região, em termos de emprego, de criação de riqueza, qualificação, competências e qualidade de vida. Por sua vez, **o foco nestas atividades, condicionou a inovação e a diversificação da economia regional, e também produziu sinais errados sobre o nível de riqueza real da região.**

Durante o período de 2000-2006 (3º Quadro Comunitário de Apoio - QCA III), o Algarve fazia ainda parte do grupo das regiões menos desenvolvidas dos países da UE, no entanto, devido ao processo de desenvolvimento acima mencionado, e ao enviesamento estatístico induzido pela atividade turística, em 2007-2013, o Algarve ultrapassou os 75% do PIB_{pc} médio da UE, tornando-se uma região em "**phasing-out**". Este novo enquadramento, resultou numa diminuição significativa das transferências dos fundos estruturais. O Programa Operacional Regional do Algarve POAlgarve21 (2007-2013) integrou regionalmente apenas FEDER e teve um orçamento global cerca de 1/3 do que havia beneficiado no período anterior.

De entre as regiões mais desfavorecidas da Europa Ocidental na década de sessenta, o crescimento do Algarve nos últimos 30 anos, trouxe-o para mais perto dos padrões das economias desenvolvidas, em boa parte por força dos investimentos do FEDER (particularmente relevante ao nível das infraestruturas públicas como: saneamento, rede escolar, saúde, reabilitação urbana e ligações rodoviárias).

A atividade económica beneficiou em larga medida do aumento do turismo. No entanto, o turismo tornou-se a atividade dominante focada no "sol e mar" levando a uma especialização da base económica regional. Esta forte especialização acabou por criar restrições noutros setores da economia, alguns deles com vitalidade, como foi o caso da agricultura e do mar, uma vez que o turismo absorveu a maior parte da atenção dos decisores políticos e "capturou" a maioria dos investimentos e da capacidade de mobilização e de empenhedorismo dos atores privados.

Essa especialização que permitiu ao Algarve sustentar o crescimento (baseado fundamentalmente no turismo e na imobiliária), teve como consequência uma forte concentração do emprego (sendo de acordo com a Eurostat²⁴ a 11ª Região da Europa (entre 268) com maior concentração nos cinco principais setores de atividade) e a um investimento residual nos setores transformadores e tecnológicos (sendo a 5ª região da Europa com menor taxa de emprego Industrial²⁴).

²⁴ **Concentração Regional de Emprego em 2010** (% acumulada do peso dos cinco principais setores (divisões NACE) emprego em setores não financeiros) Fonte: Eurostat, Maio 2014

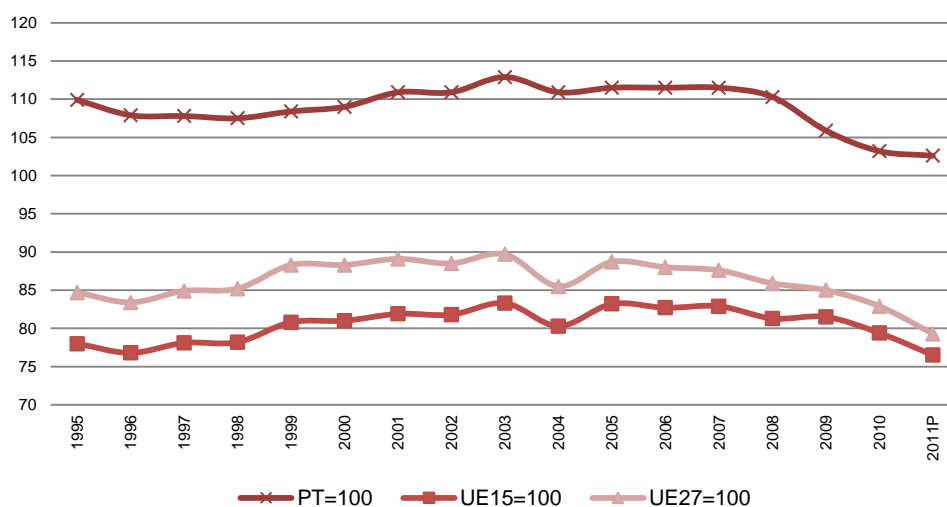
Neste contexto, a economia da Região, apresenta um perfil altamente dependente de sectores de baixa intensidade tecnológica e a população empregada, representa no sector primário (agricultura e pescas) apenas 8,1%, na indústria 14,4% e nos serviços 77,5%.

Uma análise interessante, mostrando a relação entre o crescimento económico e a evolução das despesas em I&D em várias regiões da Europa durante os anos oitenta e na primeira metade da década de noventa, mostrou que o Algarve, ao contrário de outros casos, revelou uma fraca associação entre esses dois fenómenos. O Algarve cresceu independentemente da criação de condições dinâmicas de competitividade²⁵.

Apesar dos anos 1990 e 2000 terem sido décadas prósperas, os últimos anos têm revelado a falta de resiliência do Algarve. A crise económica a partir de 2008, juntamente com os défices da estrutura económica regional, a falta de instrumentos públicos para estimular a economia, a redução substancial dos fundos comunitários, e as medidas de austeridade, tiveram um forte impacto negativo na região. Além disso, o turismo na região é uma atividade altamente sazonal, pouco diversificada, dependente dos mercados externos e com centros de decisão fora da região. As atividades económicas relacionadas como o imobiliário também foram severamente afetadas.

A recessão económica no Algarve atingiu níveis sem precedentes e o produto tem vindo a diminuir de forma consistente (ver Figura 3.2).

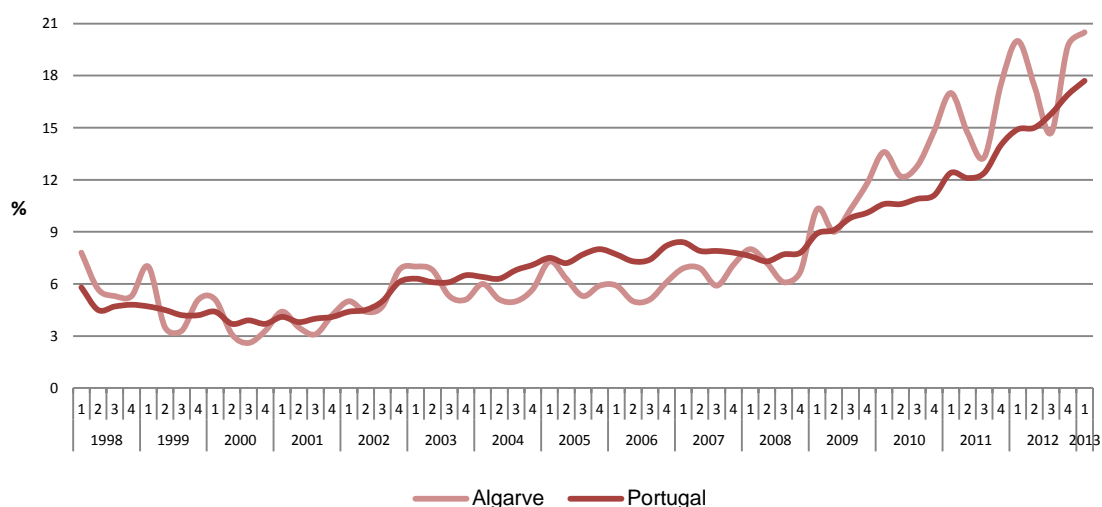
Figura 3.2 - Produto Interno Bruto por habitante (índice; 1995-2011) (Algarve)



O desemprego, que durante vários anos esteve ao nível da sua "taxa natural", em pouco mais de três anos atingiu níveis antes impensáveis e regista atualmente um nível sem paralelo no contexto nacional (ver Figura 3.3). A natureza cada vez mais estrutural que o problema do desemprego adquiriu nos últimos anos, faz com que esta seja a principal questão social a ser resolvida e, portanto, uma questão que deve estar sempre presente nesta estratégia.

²⁵ Rodriguez-Pose, A. (2001) Is R&D in lagging areas of Europe worthwhile? Theory and empirical evidence, Papers in Regional Studies, 80, pp. 275-295.

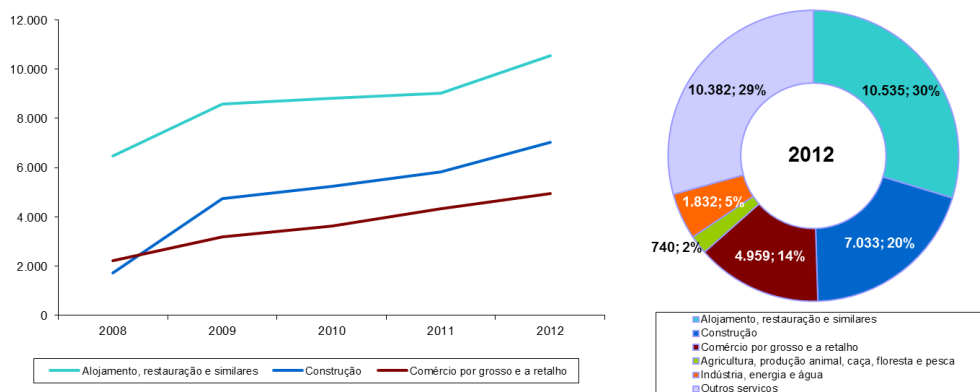
Figura 3.3 - Taxa de desemprego (% trimestral) (1998-2013) (Algarve, Portugal)



Fonte: CCDR Algarve, dados – INE

Também os setores que tradicionalmente eram âncoras do emprego regional registam um aumento de forma consistente nos números de desemprego, contribuindo assim de forma negativa para a situação presente (Figura 3.4).

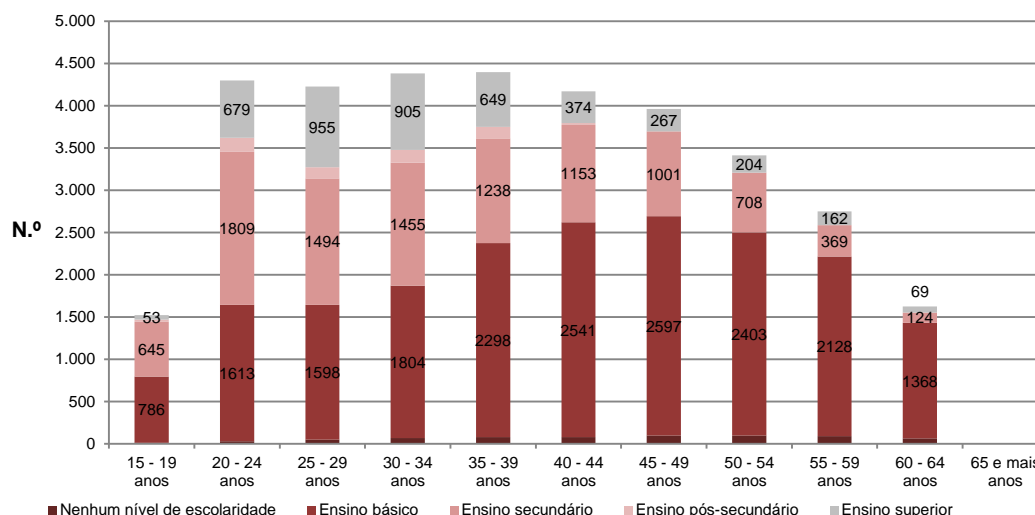
Figura 3.4 - Desemprego por atividade económica (Algarve) – Situação no final do ano (n.º)



Fonte: CCDR Algarve, dados – IEFP

A maioria da população desempregada é composta por pessoas em idade ativa (até 64 anos) (ver Figura 3.5), e destas, a grande maioria não possui o ensino superior. Por outro lado, há uma proporção relativamente maior de jovens desempregados com ensino superior, especialmente nas primeiras faixas etárias ativas - o desemprego dos jovens aumentou de 14,1% em 2004 para 37,7% em 2012.

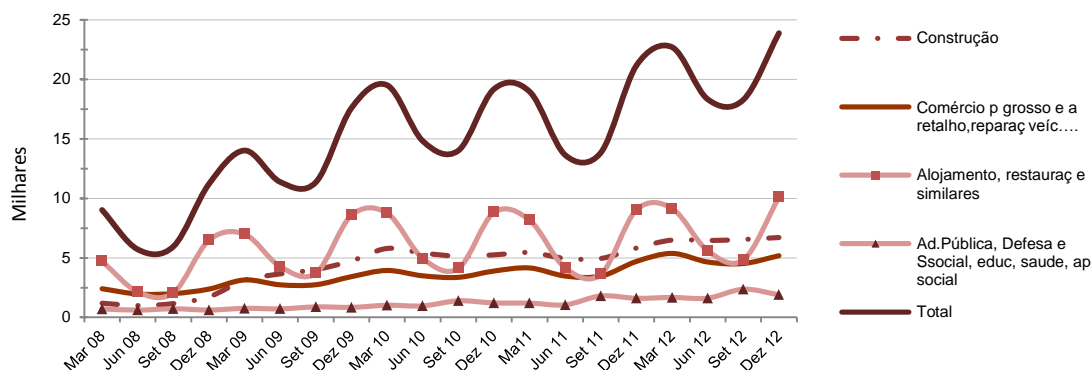
Figura 3.5 - População desempregada por faixa etária e nível de escolaridade (2011, Algarve)



Fonte: CCDR Algarve, dados – INE

Além disso, devido à especialização em atividades ligadas ao turismo, o desemprego na região é tradicionalmente sazonal (Figura 3.6).

Figura 3.6 - População desempregada à procura de um novo emprego (trimestral, por sector, Algarve)



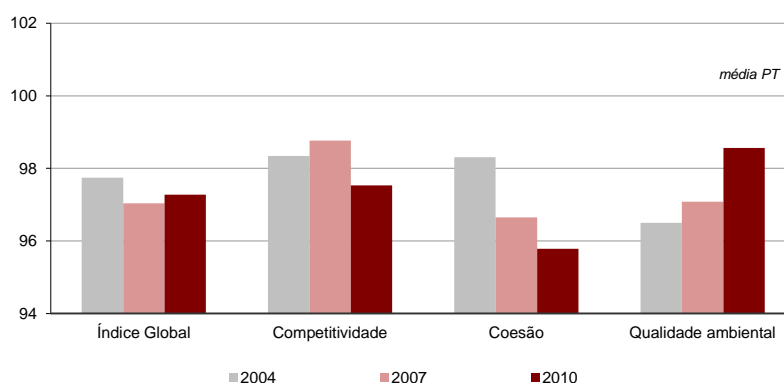
Fonte: CCDR Algarve, dados – INE

A falta de capacidade para superar o problema reside na redução da densidade, tamanho e resiliência do sector produtivo. Além disso, os centros de decisão (tanto no setor público como no privado) estão muitas vezes localizados fora da região, o que dificulta uma abordagem baseada em políticas *bottom-up*, voltada para as especificidades da região. Finalmente, a excessiva dependência de Turismo desviou investimentos e recursos de outras atividades económicas tradicionais na região (por exemplo, da pesca e da agricultura), que poderiam ter alavancado a recuperação económica. A combinação desses fatores, com investimentos insuficientes na região, em particular no que diz respeito à aplicação comercial e exploração de conhecimentos e de I&DT, resultou na situação que a região regista atualmente.

Estas restrições tornaram-se especialmente relevantes no contexto do período de programação 2007-2013. O Algarve é hoje uma região em "phasing-out" e portanto, os mecanismos financeiros utilizados em anteriores períodos de programação para atrair investimentos já não estão disponíveis. Por outro lado, as perspetivas futuras a este respeito também não são favoráveis, uma vez que o Algarve será em 2014-2020 a única região Portuguesa no grupo das regiões "transição".

O Algarve regista agora um período de ajuste recessivo, partindo para o próximo período, de trajetórias nacionais com evolução negativa em vários indicadores. O Índice Composto de Desenvolvimento Regional, ilustra as limitações económicas e sociais que a região tem vindo a sofrer ao longo dos últimos anos, representando a perda de competitividade e coesão do Algarve perante as outras regiões portuguesas (ver Figura 3.7). Este cenário está a assumir características estruturais e, portanto, os investimentos seletivos para o Horizonte 2020 terão de ser dirigidos a fatores críticos de sucesso, para contrariar as tendências atuais.

Figura 3.7 - Evolução do Índice Composto de Desenvolvimento Regional por componentes - Algarve (2004, 2007, 2010) (Portugal = 100)

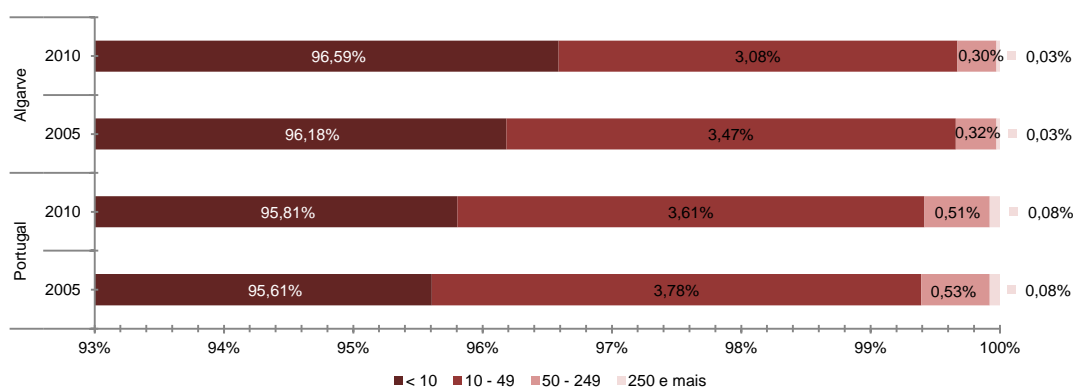


Fonte: Elaboração própria, dados do Índice Composto de Desenvolvimento Regional - INE.

3.3. DINÂMICA EMPRESARIAL

A estrutura empresarial do Algarve é composta essencialmente por microempresas com menos de 10 empregados (ver Figura 3.8). A situação tornou-se mais acentuada ao longo do período 2005-2010, resultando numa participação de 96,6% de micro empresas no total do tecido empresarial da região, acima da média do país. A estratégia de especialização inteligente deve, portanto, ser "amiga das PME's", e ter em particular atenção a estrutura atomizada do setor empresarial, uma situação que deve ser sublinhada na análise de cada um dos sectores abaixo. Tal está relacionado com o facto de um número significativo de empresas ser de carácter individual, mais uma vez numa proporção mais elevada no Algarve do que no resto do país (ver Tabela 3.1).

Figura 3.8 - Empresas (%) por classe de tamanho de emprego (2005, 2010) (Portugal e Algarve)



Fonte: CCDR Algarve, dados - INE.

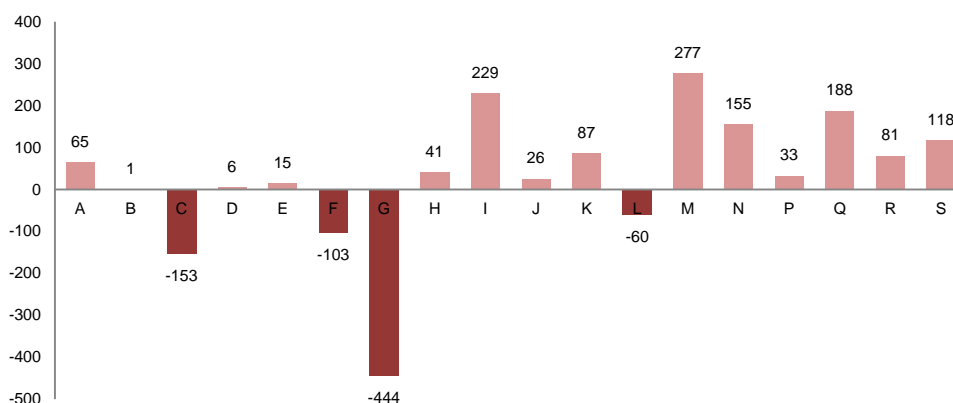
Tabela 3.1 - Proporção de empresas individuais (%) (2005, 2010) (Portugal e Algarve)

Território / Ano	2005	2010
Portugal	69,33%	68,51%
Algarve	71,69%	70,74%

Fonte: CCDR Algarve, dados - INE.

Apesar da crise económica, a criação líquida de pessoas coletivas e entidades equiparadas, no período 2008-2012 tem sido positiva, com exceção das atividades de Construção (F), do comércio por grosso e a retalho (G) e das Atividades imobiliárias (L), onde o impacto negativo da crise económica resultou na destruição líquida de empresas (ver Figura 3.9). Um indicador positivo para a renovação da base empresarial da Agricultura, uma atividade tradicional na região, que perdeu força em detrimento do Turismo, é o aumento da criação líquida de empresas nesta atividade.

Figura 3.9 - Criação líquida (formação - dissolução) das pessoas coletivas e entidades equiparadas por atividade económica (Secção - CAE Rev. 3) (2008-2012) (Algarve)

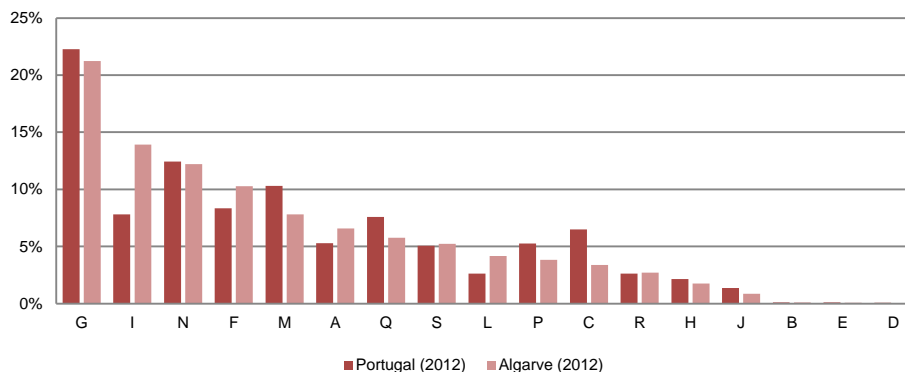


Fonte: CCDR Algarve, dados - INE.

Como mencionado nas secções anteriores, o "processo empresarial de descoberta" do passado levou a uma especialização nos setores G (Comércio por grosso e a retalho), I (Atividades de alojamento, restauração e similares), N (Atividades administrativas e dos serviços de apoio) e F (construção), ou seja, para uma especialização em atividades de alguma forma relacionadas com o Turismo. Isso é confirmado na análise da distribuição das empresas por atividade económica (ver Figura 3.10). A análise dos níveis de emprego, do volume de negócios e do VAB apresenta um quadro semelhante, como se verá a seguir.

É de notar a concentração de empresas na secção A (agricultura, produção animal, caça e silvicultura), acima do nível do país. Do lado negativo, as Indústrias transformadoras (C) são menos representativas no Algarve, quando comparado com o conjunto do país. A indústria tem vindo, de facto, a perder a sua dinâmica ao nível do país, mas a um ritmo mais rápido no Algarve no período 2004-2010. Em geral, a evolução da especialização da região, como pode ser visto através do número de empresas, tem acompanhado a dinâmica do país durante todo o período. No entanto, a crise económica tem afetado negativamente as atividades de serviços de alojamento e alimentação, que são o núcleo do turismo.

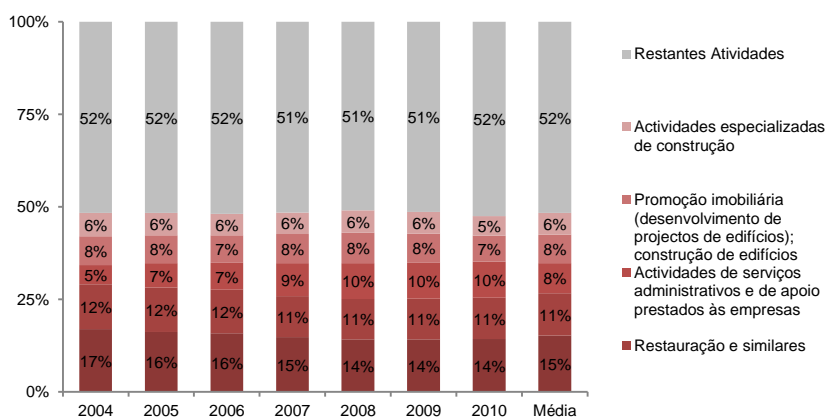
Figura 3.10-Distribuição das empresas (% do total) por atividade económica (Secção - CAE Rev. 3) (2012) (Portugal e Algarve)



Fonte: CCDR Algarve, dados - INE.

A análise ao número de empresas enfatiza o fato das cinco principais atividades estarem diretamente relacionadas com o Turismo, representando cerca de metade das empresas da região (ver Figura 3.11).

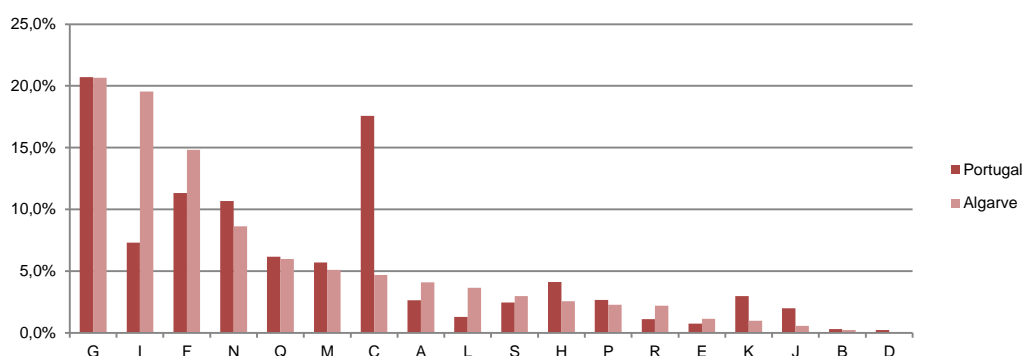
Figura 3.11 - Distribuição das empresas das cinco principais atividades económicas (Subclasse - CAE Rev. 3) (2004-2010) (Algarve)



Fonte: CCDR Algarve, dados - INE.

A importância económica das atividades relacionadas com o turismo é novamente manifestada nos níveis de emprego (ver Figura 3.12). Destacam-se as atividades das secções G (comércio por grosso e a retalho) e I (Atividades de alojamento, restauração e similares) uma vez que cada uma absorve cerca de um quinto das pessoas ao serviço nas empresas e ainda porque a secção I tem um peso no emprego do Algarve quase três vezes acima da média nacional. As atividades relacionadas com a construção (secção F), por estarem na região intimamente ligadas ao turismo, são responsáveis por cerca de 18% do emprego nas empresas. Por outro lado, a maior proporção de empresas que operam no comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos (G) compensa o menor número de pessoas empregadas em cada empresa desta área. Destaca-se ainda o forte défice de emprego no Algarve, face ao país, nas Indústrias Transformadoras (secção C), reflexo do elevado défice de empresas deste tipo na região.

Figura 3.12 - Distribuição das pessoas ao serviço das empresas por atividade económica (% do total) (Secção - CAE Rev. 3) (2010) (Portugal e Algarve)

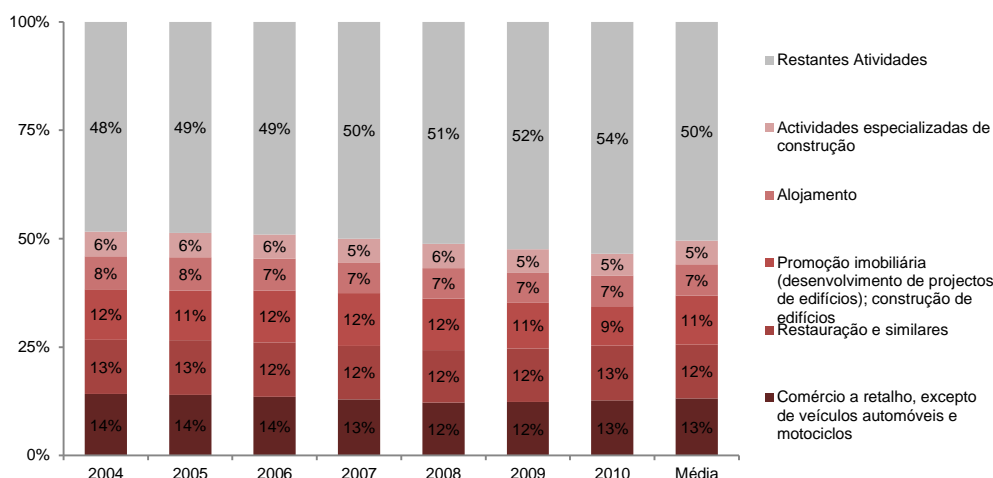


Fonte: CCDR Algarve, dados - INE.

Em geral, o número de pessoas empregadas nas empresas no Algarve aumentou ligeiramente ao longo do período 2004-2010, ainda que abaixo da média nacional. Os impactos negativos da crise económica são expostos essencialmente na diminuição do nível de emprego na construção (F), no comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos (G) e nas atividades de serviços de alojamento e alimentação (I). A proporção de pessoas que trabalham na agricultura também diminuiu no período analisado, contrariando a tendência ao nível do país.

Mais uma vez, a análise ao número de pessoas ao serviço, mostra que as cinco principais atividades estão diretamente relacionadas com o turismo (ver Figura 3.13). Embora essas atividades respondam por cerca de metade do emprego na região, a proporção tem vindo a diminuir de 52% em 2004 para 46% em 2010.

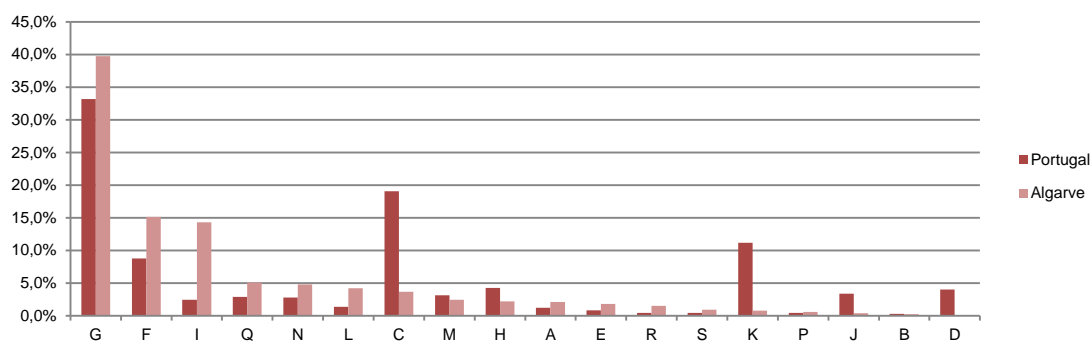
Figura 3.13 - Distribuição de pessoas ao serviço das empresas nas cinco principais atividades económicas (Subclasse - CAE Rev. 3) (2004-2010) (Algarve)



Fonte: CCDR Algarve, dados - INE.

Cerca de 70% do volume de negócios total gerado pelas empresas do Algarve está concentrado no comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motocicletas (G), na Construção (F), e nas atividades de alojamento e alimentação (I), exibindo uma especialização mais pronunciada, quando comparado com a média do país, especialmente os setores I e F (ver Figura 3.14).

Figura 3.14 - Distribuição do volume de negócios das empresas (% do total) por atividade económica (Secção - CAE Rev. 3) (2010) (Portugal e Algarve)



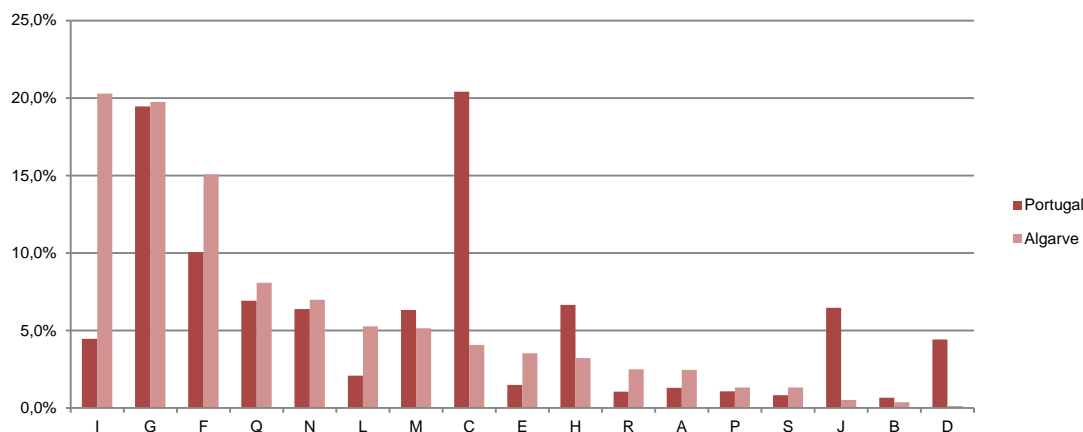
Fonte: CCDR Algarve, dados - INE.

O volume de negócios das empresas da região tem diminuído ao longo do período 2004-2010, contrariando o crescimento ao nível do país. Embora alguns setores tenham mostrado dinâmica positiva na região acima do desempenho nacional (D, E, O), a análise revela que, neste período, o núcleo do Turismo - Atividades de alojamento e alimentação - não foi gravemente afetado pela crise económica, no entanto, os setores relacionados, especialmente a Construção (F) e as atividades imobiliárias (L), foram os mais afetados, com um impacto muito acima dos níveis nacionais.

Mais de 50% do VAB total gerado pelas empresas do Algarve está concentrado nos serviços de Alojamento e restauração (I), no comércio por grosso e a retalho (G), e na Construção (F), novamente com uma especialização mais acentuada quando comparada com a média do país, especialmente no

setor I (ver a Figura 3.15). As atividades do núcleo de Turismo (I) criam valor na proporção correspondente a cinco vezes os níveis nacionais. No geral, o Algarve em 2010 representava apenas 2,6% do valor acrescentado bruto criado em Portugal.

Figura 3.15 - Distribuição do valor acrescentado bruto das empresas não financeiras (% do total) por atividade económica (Secção - CAE Rev. 3) (2010) (Portugal e Algarve)

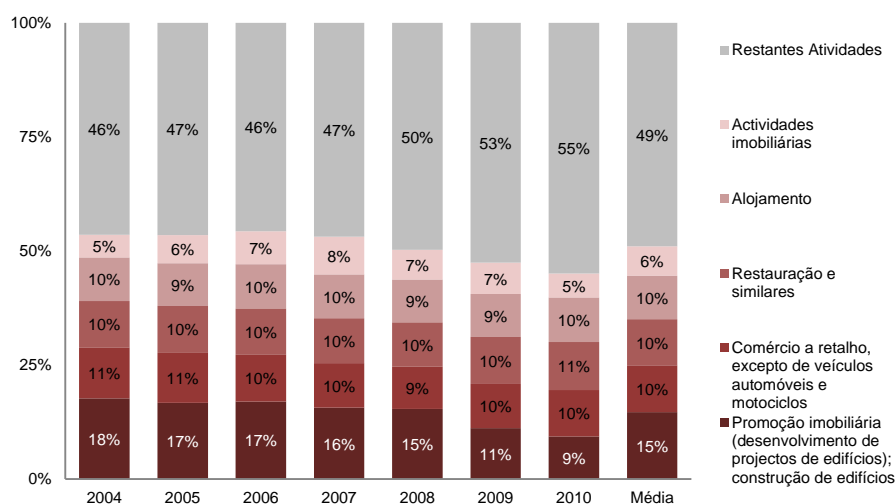


Fonte: CCCR Algarve, dados - INE.

O impacto da crise económica na Construção (F) e Atividades imobiliárias (L) também pode ser visto na diminuição do VAB gerado no período de 2004-2010. Mais problemático é o fato de que, em geral, o Algarve perdeu a capacidade de acrescentar valor neste período, embora ao nível do país tenha havido um aumento.

A análise do VAB das empresas no mesmo período, mostra um desempenho negativo das cinco principais atividades, novamente todas relacionadas diretamente com o Turismo (ver Figura 3.16). As atividades imobiliárias tiveram um bom desempenho neste indicador, embora não estejam no top 5 para o número de empresas nem de emprego.

Figura 3.16 - Distribuição do valor acrescentado bruto das empresas nas cinco principais atividades económicas (Subclasse - CAE Rev. 3) (2004-2010) (Algarve)



Fonte: CCCR Algarve, dados - INE.

3.4. INVESTIMENTO

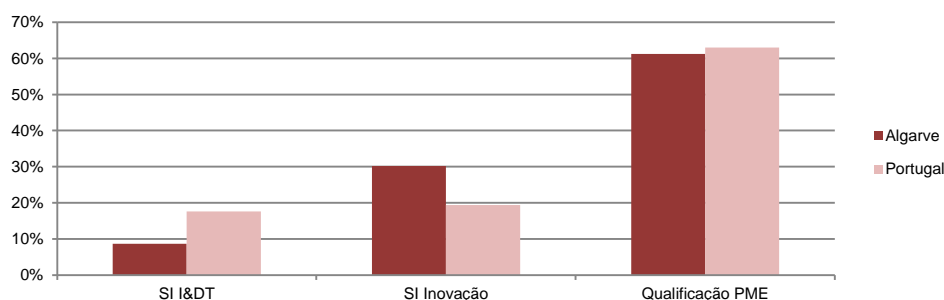
A dinâmica moderada da economia regional do Algarve nos últimos anos também pode ser vista pela dinâmica de investimentos feitos com cofinanciamento dos três principais programas públicos disponíveis para as empresas:

- QREN - I&D, Inovação e (ações imateriais) fatores de competitividade;
- PRODER - agricultura e zonas rurais;
- PROMAR - pesca e aquicultura, atividades marítimas e zonas costeiras.

No geral, o Algarve é a região com menor protagonismo, o que é explicado, em parte, devido ao número de empresas (representando menos de 5% do país), e também com o fato do estatuto de “*phasing-out*” atribuído para o período 2007-2013, que reduziu os fundos disponíveis para a região.

Quanto ao QREN, o Algarve conta apenas com 2,7% do número total de projetos aprovados (ver a Figura 3.17), e 2,2% do valor do investimento total. A situação agrava-se quando se trata de investimento em investigação e desenvolvimento: apenas 1,3% de todos os projetos aprovados estão no Algarve, que representam metade dos projetos em termos relativos, quando comparado com o nível nacional (8,6% no Algarve 17,6% no total).

Figura 3.17 - Projetos aprovados (%) no âmbito do QREN (em 2013/06/04)

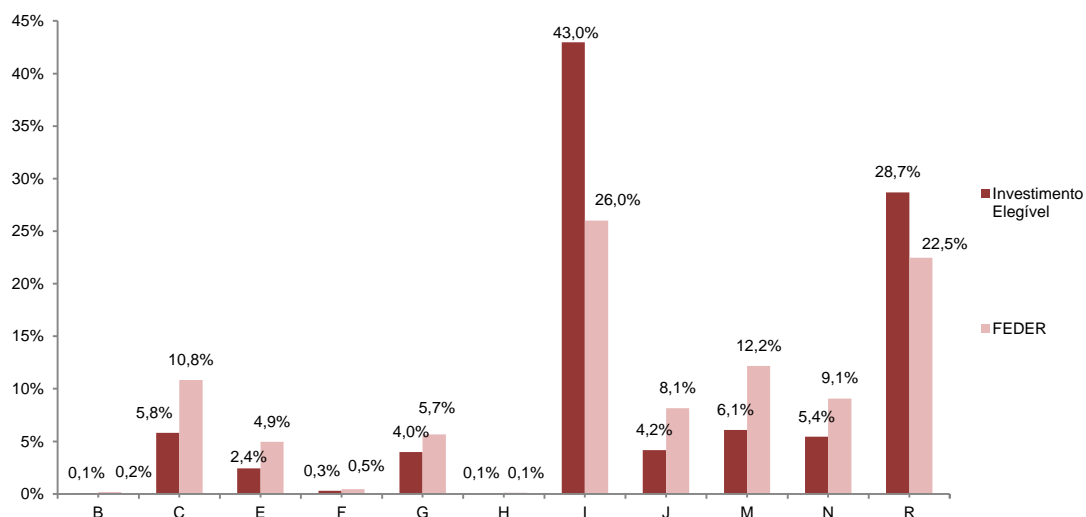


Fonte: CCDR Algarve, dados - www.pofc.qren.pt

Esta situação pode estar relacionada com a composição da estrutura produtiva apresentada na secção anterior, porque as empresas de serviços são geralmente menos propensas a envolver-se e desenvolver atividades de I&D. Pese embora o notável progresso que se tem registado nos últimos anos, devido à existência do CRIA - Divisão de Empreendedorismo e Transferência de Tecnologia da Universidade do Algarve, a situação atual exige o reforço da promoção de projetos conjuntos entre as empresas e as Universidades, de modo a incorporar mais valor nos produtos e serviços das empresas.

O Turismo (I), é responsável por 43% do investimento total (ver Figura 3.18). Além disso, a maioria dos projetos pertencentes ao setor R (Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas) relacionam-se com o apoio às atividades do turismo, o que significa que a atividade principal do Algarve tem absorvido a maior parte dos fundos disponíveis durante o período analisado. Embora tal pudesse ser esperado, este não é um indicador favorável para a diversificação da base económica da região.

Figura 3.18 - Investimentos e incentivos aprovados (%) por atividade económica (CAE Rev. 3) no âmbito do QREN (em 2013/06/04) Algarve



Fonte: CCDR Algarve, dados - www.pofc.qren.pt

A dinâmica do investimento na agricultura e nas zonas rurais é apresentada na Tabela 3.2. O número de projetos aprovados para o Algarve representa apenas 4,6% do total, e 3,8% do valor do país. Um aspeto positivo reside no fato de que cerca de 30% de todos os projetos respeitarem à instalação de jovens agricultores, uma boa indicação para a grande necessidade de renovação do setor que sofre de envelhecimento dos seus agentes, como será mencionado na Secção 4.3.1.

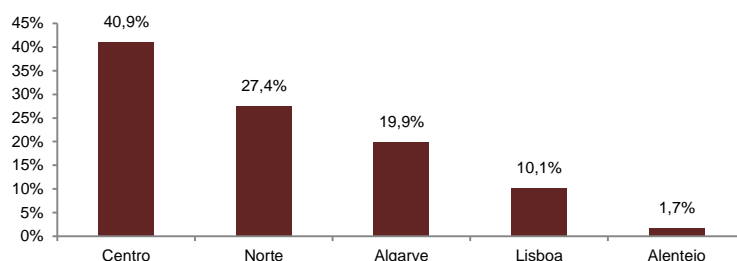
Tabela 3.2 - Projetos aprovados (N.º e %), no PRODER (até 2013/04/05) (NUT II)

NUTS II	Projetos Aprovados		Investimento		Investimento médio por projeto
	No	%	Mil €	%	Mil €
Norte	11.146	39,4%	1.252.283	23,2%	112,4
Centro	8.456	29,9%	1.743.825	32,4%	206,2
Lisboa	630	2,2%	203.442	3,8%	322,9
Alentejo	6.767	23,9%	1.983.342	36,8%	293,1
Algarve	1.306	4,6%	203.704	3,8%	156,0
Total	28.305	100,0%	5.386.596	100,0%	190,3

Fonte: CCDR Algarve, dados - www.proder.pt

No que diz respeito à pesca e aquicultura, o Algarve foi capaz de absorver 20% do financiamento executado até o final de 2012 (ver Figura 3.19).

Figura 3.19 - Pagamentos ao abrigo do PROMAR - Fundo Europeu das Pescas, por NUT II (01.01.2007 a 30.11.2012)



Fonte: CCDR Algarve, dados - www.promar.gov.pt

Cerca de um quinto do investimento feito no Algarve relaciona-se com a cessação (definitiva e temporária) das atividades de pesca, o que não contribui para estimular a dinâmica do setor, e não encontra racionalidade económica, uma vez que o país é um importador líquido de peixe para atender ao elevado consumo, como será visto na secção 4.2.2 (ver Tabela 3.3). No entanto, cerca de metade do investimento na região do Algarve é canalizado para investimentos produtivos no sector das pescas, aquicultura e atividades relacionadas (Ex: processamento), um indicador positivo para a expansão dessas atividades.

Tabela 3.3 - pagamentos de projetos realizados pelo PROMAR (€ e %) por Eixo e Medida (01.01.2007 a 30.11.2012) (Algarve)

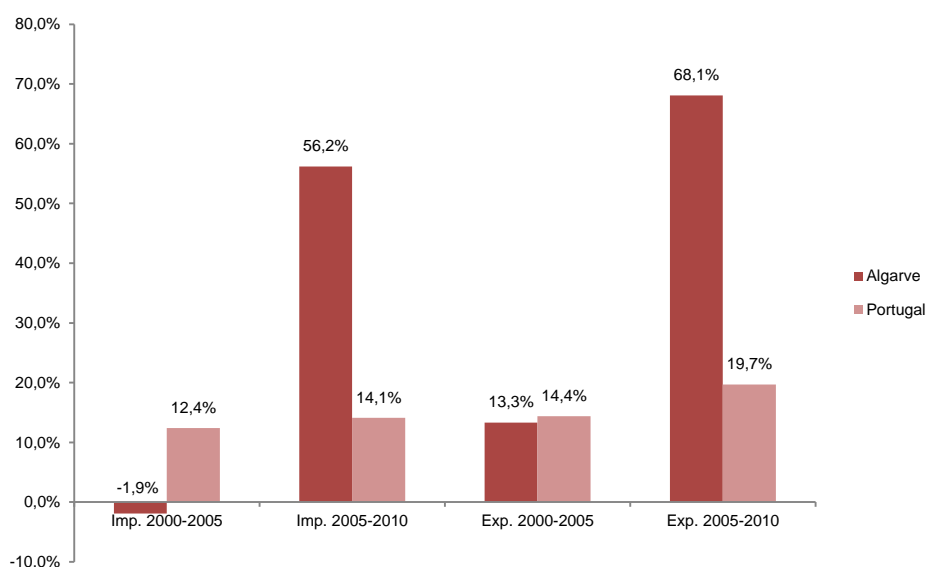
Eixo	Medida	Investimento	
		€	%
1 – Adaptação do esforço de pesca	Cessação definitiva de embarcações de pesca	325.000	1,8%
	Cessação temporária das atividades de pesca	3.775.378	20,7%
	Investimentos a bordo e seletividade	1.620.524	8,9%
	Pequena pesca costeira	1.050.592	5,8%
	Compensações socioeconómicas	135.627	0,7%
2 – Aquicultura, transformação e comercialização dos produtos da pesca e aquicultura	Investimentos produtivos na aquicultura	5.263.038	28,9%
	Transformação e comercialização de produtos da pesca	3.635.917	19,9%
3 – Medidas de interesse geral	Ações coletivas	807.453	4,4%
	Portos de pesca, locais de desembarque e de abrigo	249.697	1,4%
	Projetos piloto e transformação de embarcações de pesca	739.352	4,1%
4 – Desenvolvimento sustentável das zonas de pesca	Desenvolvimento sustentável das zonas de pesca	630.377	3,5%
Total		18.232.956	100,0%

Fonte: CCDR Algarve, dados - www.promar.gov.pt

3.5. COMÉRCIO INTERNACIONAL

Tem havido uma ênfase crescente sobre a necessidade de reforçar a competitividade externa da economia Portuguesa, devido à contração do mercado interno. Por isso, as empresas têm feito esforços significativos para melhorar a internacionalização das suas atividades. Como resultado, o comércio externo tem melhorado muito ao longo do período 2000-2010, tanto a nível do país como da região (ver Figura 3.20). O crescimento das exportações no Algarve superou o crescimento das importações, em especial no período 2005-2010.

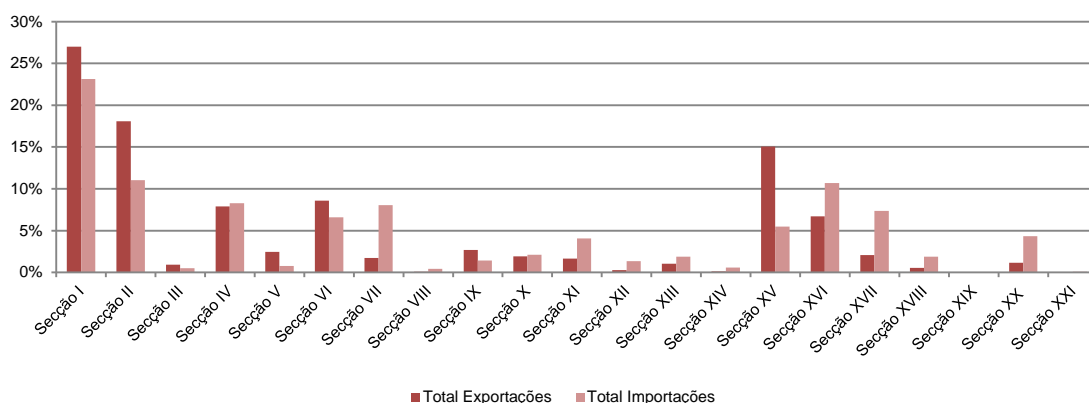
Figura 3.20 - As taxas de crescimento das importações e das exportações (2000, 2005, 2010) (Algarve e Portugal)



Fonte: CCDR Algarve, dados - INE.

As principais categorias de exportações da região são de produtos animais e hortícolas (secções I e II respetivamente), que representam uma variação nas exportações superior a 40% no período 2005-2010, embora a sua importância relativa tenha diminuído neste período (ver a Figura 3.21). Os produtos químicos e metais também são importantes. Isto pode estar relacionado com o fato de que estes são os dois segmentos mais representativos da indústria transformadora da região, como será visto na secção 4.3.1. No geral, exceto a arte, as exportações aumentaram em todas as categorias de produtos no período 2005-2010.

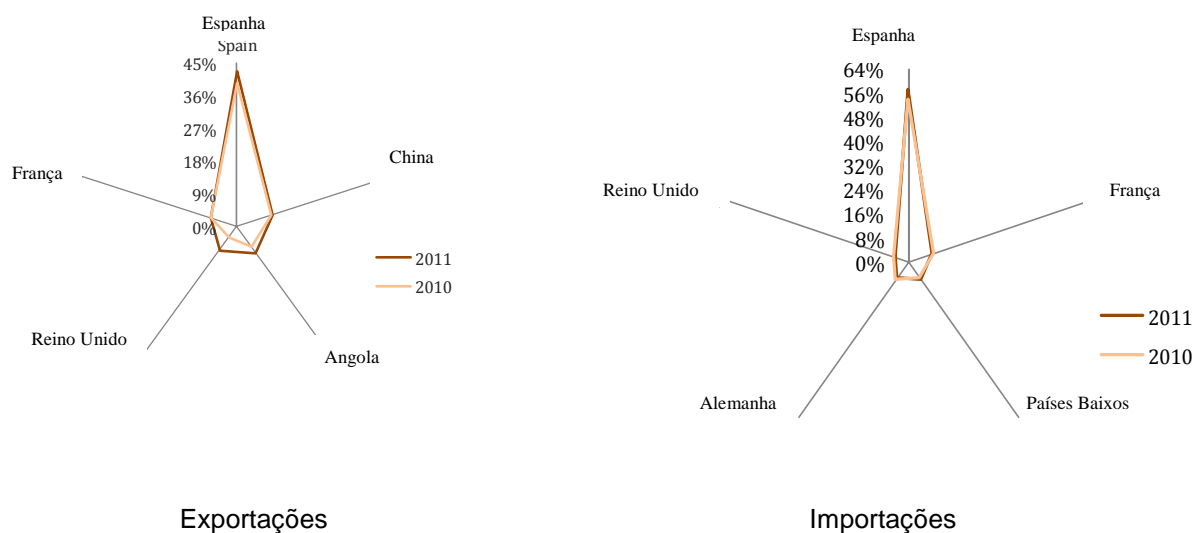
Figura 3.21 - Exportações e Importações em % do total (2011), por tipo de produto (secção)



Fonte: CCDR Algarve, dados - INE.

Os principais mercados para as exportações das empresas sediadas no Algarve são Espanha, China, França, Reino Unido e Angola (ver Figura 3.22). A importância que a China ganhou nos últimos anos, representando no mercado a 41ª posição em 2009 (0,3%) e passando para a 2ª posição em 2010 e 2011, deve ser enfatizada, uma vez que absorve cerca de 10% do total das exportações da região. Espanha é o principal mercado de importação e exportação para as empresas do Algarve (ver novamente a Figura 3.22).

Figura 3.22 - Top 5 dos mercados para as exportações / importações das empresas sediadas no Algarve (2010, 2011)



Fonte: CCDR Algarve, dados - INE.

3.6. CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO

A literatura sobre as “falhas” da inovação é útil para analisar o contexto no Algarve. Os problemas são visíveis e relevantes, sublinhando várias limitações da região, que são maioritariamente sistémicas (ver Quadro 1.3.). As falhas de “mercado” impedem os agentes privados de investirem em I&D e fazerem uma utilização adequada dos mecanismos de propriedade industrial.

Mas a **principal falha do lado do mercado refere-se às “Capacidades”** e está relacionada com a limitada cultura empreendedora, especialmente de conhecimentos baseados nas empresas. As empresas locais têm capacidade limitada para absorver e beneficiar da investigação e a população residente carece de competências avançadas.

A **segunda falha refere uma limitação de infraestrutura**. A região carece de infraestruturas tecnológicas de promoção da inovação e articulação de agentes públicos e privados em C&T. Isso impede a existência de vários tipos de agentes da inovação que devem preencher um sistema regional de inovação dinâmico, como agências de inovação, animadores de cluster, serviços de incubação, entre outros. Aqui, o papel da Universidade é particularmente importante, mas muitas vezes difícil de coordenar. A limitada atratividade fora das fronteiras nacionais exige uma estratégia regional de investigação clara para a Universidade e a identificação de áreas de interesse comum, para que esta não esteja tão dependente do financiamento do orçamento geral da universidade²⁶.

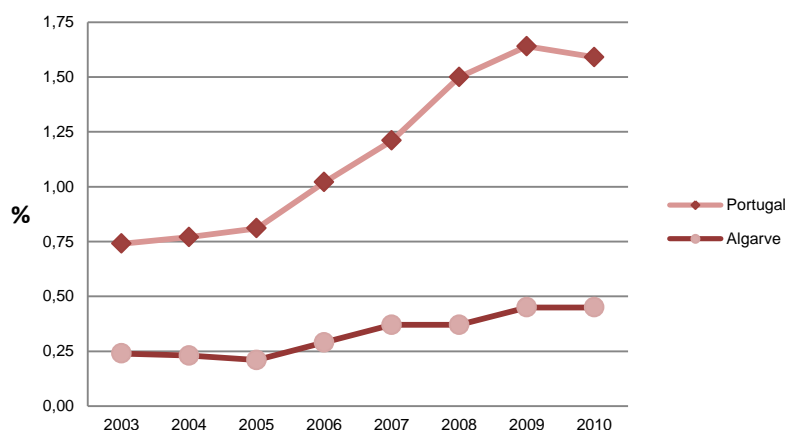
A terceira limitação é a **falta de conexão interna entre os atores**, especialmente a falta de cooperação entre as empresas e as ligações limitadas entre os produtores de conhecimento, nomeadamente a Universidade do Algarve e as empresas, em especial as do turismo, o principal setor de especialização da região. Externamente, os diferentes tipos de atores estão relativamente bem conectados e têm ligações e redes internacionais relevantes.

Também é relevante destacar que o excesso de especialização da estrutura económica do Algarve no turismo **é um obstáculo à inovação**, pois o setor, não está geralmente conotado com uma perspetiva de inovação tecnológica (testemunho desse facto, no atual quadro 2007-2013, não tivemos nenhuma candidatura do setor turismo ao financiamento do I&DT).

A evolução dos gastos em I&D, comumente considerado um bom indicador para os esforços de investigação e um início da inovação, mostra-nos que o Algarve, em relação a este indicador, parte de um nível bem abaixo da linha de base nacional e muito longe das ambições da UE de 3% (Figura 3.23). Em paralelo, o baixo nível de I&D é acompanhado, por uma taxa de crescimento menor em comparação com a média nacional nos últimos anos. Se somarmos a esta situação duas características adicionais das despesas de I&D no Algarve, a concentração da execução das despesas no sector do Ensino Superior, em especial, na Universidade do Algarve, e o facto do financiamento ser maioritariamente proveniente de fontes públicas, entendemos que a região ainda está numa fase inicial em relação à produção do conhecimento e à dinâmica de inovação.

²⁶ Como apoiada pela posição sobre as universidades regionais em: Bonaccorsi, A. (2010), “Unbundling Regional Innovation Policies”, background report for the OECD.

Figura 3.23 - Evolução da proporção de despesa bruta em I&D em % do PIB (2003 - 2010) Algarve e Portugal

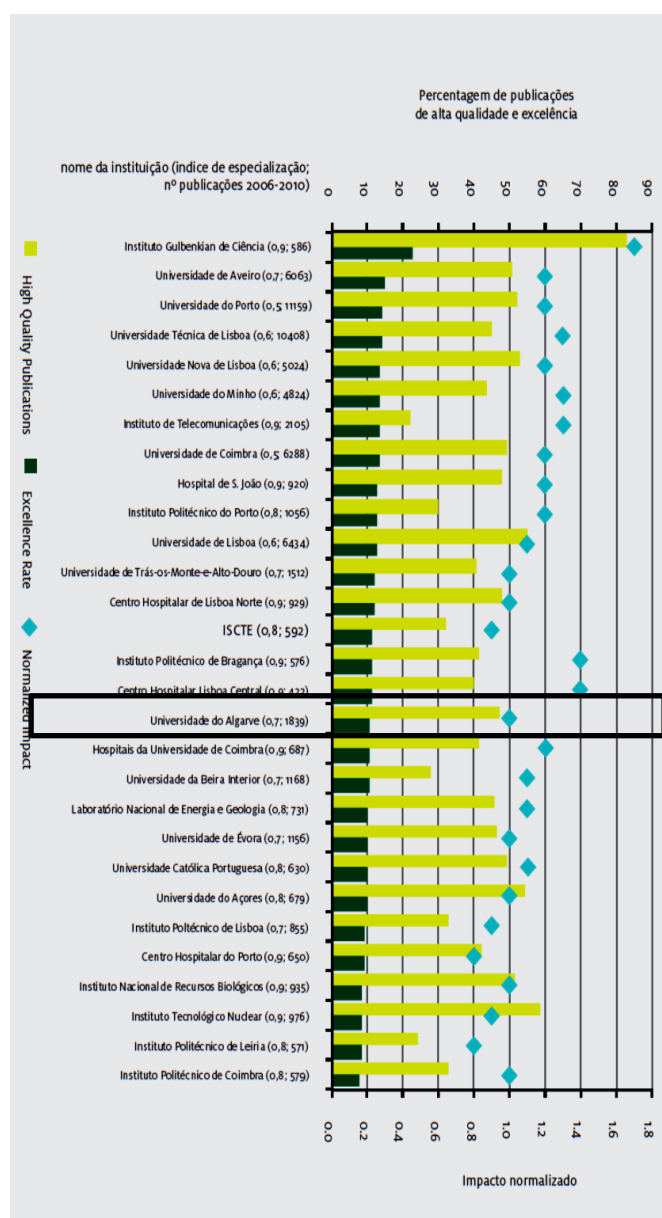


Fonte: CCCR Algarve, dados - INE.

Não obstante esses problemas, em termos de produção de conhecimento, se levarmos em consideração o quadro de pessoal permanente, a Universidade do Algarve está a produzir relativamente bem. Um exemplo ilustrativo do bom desempenho da Universidade do Algarve é apresentado pela FCT²⁷, onde esta Instituição de Ensino Superior (IES) aparece na lista de 29 instituições portuguesas incluídas no *SCImago Institutions Rankings* (SIR), como entidades com pelo menos uma centena de publicações na Scopus. Esta universidade aparece no primeiro terço da lista nacional, relativamente à percentagem de publicações de alta qualidade e no meio, se considerarmos a taxa de excelência (Figura 3.24).

²⁷ FCT (2013) Diagnóstico do Sistema de Investigação e Inovação: desafios, forças e fraquezas rumo a 2020, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, disponível em: http://www.fct.pt/esp_inteligente/index.phtml.en

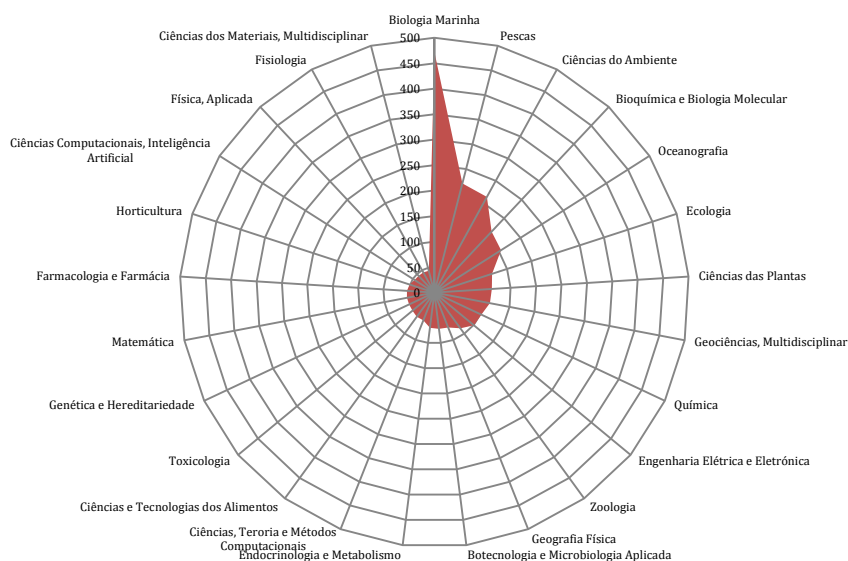
Figura 3.24-instituições portuguesas incluídas no SCImago Institutions Rankings (SIR)



Fonte: FCT (2013, p 160).

O desempenho da Universidade do Algarve também pode ser avaliado, usando dados do *Web of Science*, para as áreas de produção de conhecimento, o qual revela que a especialização regional está ligada aos recursos naturais existentes. Os conhecimentos científicos do Algarve são principalmente nas áreas relacionadas com o mar: Biologia Marinha e de água doce, pesca, ciências ambientais, bioquímica e biologia molecular, oceanografia, ecologia, ciências das plantas, geociências, química, engenharia elétrica e eletrônica, e zoologia (Figura 3.25).

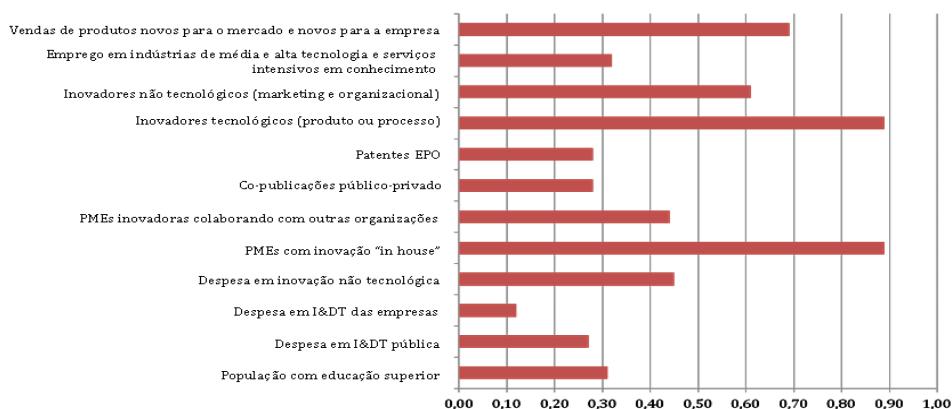
Figura 3.25 - Número de Publicações do Algarve (dados de abril de 2013)



Fonte: FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia / DGECC - Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência /
Ministério da Educação e Ciência

Se levarmos em consideração os indicadores utilizados pelo *Regional Innovation Scoreboard 2012*, são evidentes outros défices da região nas atividades de inovação²⁸. Os índices revelam particularmente uma capacidade limitada em termos dos gastos privados em I&D, baixos níveis de emprego na indústria e serviços de média-alta e alta tecnologia, de conhecimento intensivo, de patentes EPO e copublicações público-privadas (ver Figura 3.26). Como aspetos positivos destaca-se o aumento relevante no produto tecnológico e inovação de processo, nas PME a inovar em casa, e nas vendas de produtos novos para o mercado ou para a empresa.

Figura 3.26 - Pontuação do Algarve em atividades de inovação (2011)

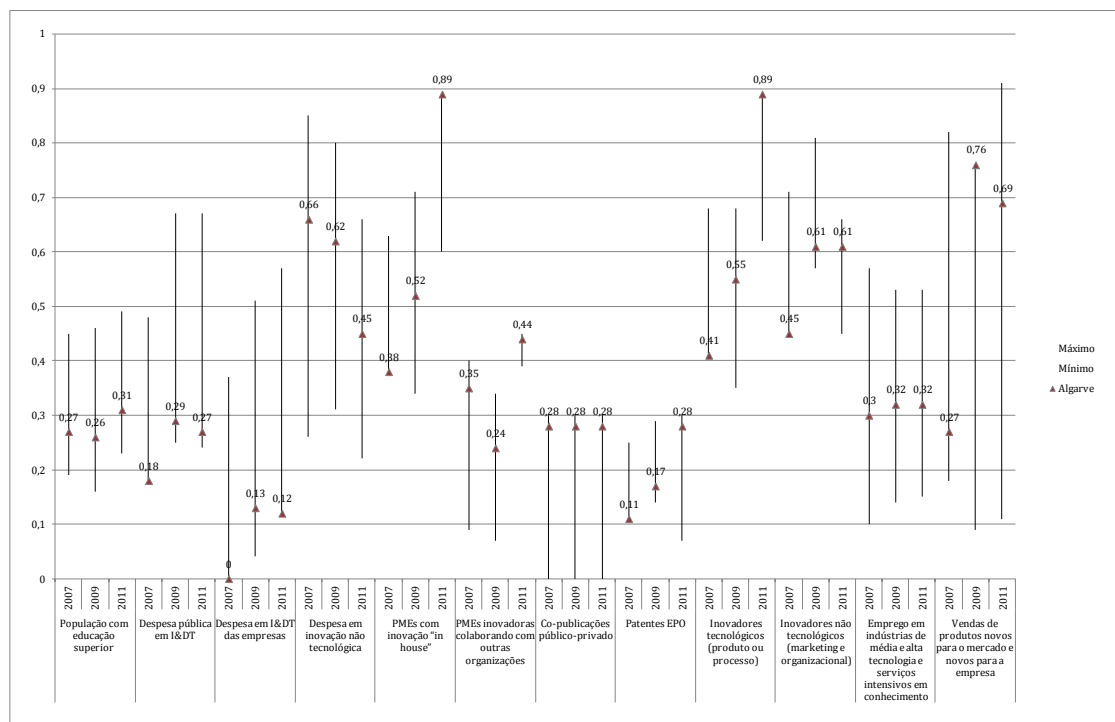


Fonte: Fonte: CCDR Algarve, dados - Regional Innovation Scoreboard 2012

A figura 3.27 compara a evolução recente dos mesmos indicadores de inovação no Algarve com as outras regiões portuguesas NUTS II.

²⁸ Os índices variam entre 0 (pior desempenho) e 1 (melhor desempenho).

Figura 3.27 - Pontuação do Algarve, em comparação com o desempenho em atividades de inovação das melhores e piores regiões portuguesas (2007, 2009, 2011)



Fonte: Fonte: CCDR Algarve, dados - Regional Innovation Scoreboard 2012

Apesar do baixo investimento em I&D, os resultados das consultas às empresas sobre inovação, revelam que o Algarve tem executado ao nível do país (ver Tabela 3.4).

Tabela 3.4 - Indicadores de inovação empresarial por NUTS II e de acordo com as atividades económicas (2006-2008, 2008-2010)

Indicador	Atividade Económica	Período	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Empresas com atividades de inovação	Total	2006-2008	58,1	51,5	62,6	67,1	52,4	61,9	57,8	58,3
		2008-2010	60,8	53,1	64,4	72,0	60,8	54,3	70,6	47,8
	Indústria	2006-2008	54,4	48,5	63,5	63,5	50,9	54,7	58,1	46,7
		2008-2010	56,3	49,5	63,8	68,5	61,8	58,3	66,3	51,9
	Construção	2006-2008	81,4	87,2	39,1	88,9	100,0	x	50,0	100,0
		2008-2010	78,6	86,4	80,0	71,3	100,0	x	100,0	x
	Serviços	2006-2008	63,8	60,1	61,0	68,8	54,3	66,4	57,7	67,0
		2008-2010	67,0	62,4	65,5	73,5	59,1	51,8	72,7	45,1
Empresas com financiamento público para a inovação	Total	2006-2008	11,1	11,4	13,9	8,6	7,3	8,8	19,1	10,4
		2008-2010	18,2	20,2	23,0	11,5	17,3	15,9	29,2	18,4
	Indústria	2006-2008	10,9	10,1	13,2	9,1	9,2	8,1	22,1	13,0
		2008-2010	19,7	18,5	25,1	12,1	25,5	6,4	32,0	16,3
	Construção	2006-2008	15,6	21,1	x	17,6	x	x	x	x
		2008-2010	29,5	46,1	50,0	17,5	0,0	x	0,0	x
	Serviços	2006-2008	11,3	14,3	15,4	8,3	4,8	9,2	17,2	9,1
		2008-2010	16,4	23,4	18,8	11,2	4,3	22,6	28,1	19,9
Empresas com cooperação para a inovação	Total	2006-2008	24,8	21,3	28,5	27,3	24,8	17,9	26,9	24,0
		2008-2010	15,2	10,3	18,9	19,8	14,9	8,9	6,2	11,3
	Indústria	2006-2008	23,6	20,2	29,4	21,4	33,5	17,3	20,0	28,9
		2008-2010	14,8	10,7	20,5	18,8	14,1	8,4	13,0	6,4
	Construção	2006-2008	39,6	44,1	x	52,3	x	x	x	x
		2008-2010	30,4	30,4	0,0	41,1	0,0	x	0,0	x
	Serviços	2006-2008	26,4	23,7	26,5	29,8	13,6	18,1	32,7	21,8
		2008-2010	15,6	9,5	16,0	20,1	16,3	9,3	2,6	15,1
Intensidade da inovação	Total	2006-2008	1,3	1,8	3,7	0,9	1,9	0,9	0,9	0,5
		2008-2010	1,3	1,9	2,0	1,1	1,8	0,6	0,6	0,5
	Indústria	2006-2008	1,9	2,6	4,5	0,9	1,9	2,4	1,5	0,4
		2008-2010	1,8	2,8	2,4	1,0	2,1	1,6	0,5	0,7
	Construção	2006-2008	0,3	0,4	x	0,3	x	x	e	x
		2008-2010	0,2	0,1	0,6	0,2	0,0	x	0,2	x
	Serviços	2006-2008	1,0	1,3	1,6	0,9	2,0	0,5	0,4	0,5
		2008-2010	1,1	1,3	1,4	1,1	1,2	0,4	0,8	0,4
Volume de negócios das novas vendas de produtos	Total	2006-2008	22,3	17,6	25,1	23,1	34,3	21,9	33,7	16,0
		2008-2010	20,5	22,2	16,1	21,0	13,0	23,5	7,3	7,0
	Indústria	2006-2008	24,7	24,8	25,4	24,6	15,9	33,4	66,1	7,2
		2008-2010	20,8	24,0	18,3	20,7	12,7	55,9	5,1	3,0
	Construção	2006-2008	45,8	7,3	x	65,6	x	x	x	5,0
		2008-2010	16,1	6,8	17,4	20,1	x	x	x	x
	Serviços	2006-2008	20,7	12,0	23,8	22,0	61,7	17,5	10,2	18,5
		2008-2010	20,4	21,3	11,3	21,1	13,9	5,9	10,2	7,6

x Valor não disponível

Usando a tipologia da OCDE, o Algarve é uma região "non S&T-driven", com uma economia orientada para os serviços e baseada nos recursos naturais, em especial o mar. O foco estratégico deve ser a captura de valor usando o conhecimento, a investigação e inovação regional baseada nos recursos existentes, procurando a maximização das vantagens atuais e apoiando a transformação da economia regional. A estratégia de investigação e inovação deve fortalecer e aprofundar as relações existentes, procurar estender a conectividade entre os setores e dentro de cada cadeia de valor, aproveitando o potencial turístico e de massa crítica reforçada pela procura turística, pela disponibilidade de

infraestruturas, de recursos humanos, de empresas nestas áreas e pelo potencial inexplorado oferecido pelas novas TIC e por outras tecnologias chave (Tabela 3.5).

Tabela 3.5 - Estratégias de inovação para diferentes tipos de regiões

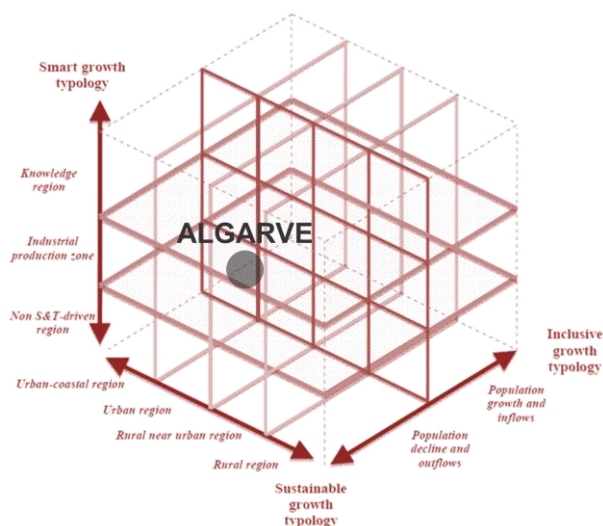
Type of region	Main strategy		
	Building on current advantages (science push/ technology-led or a mix)	Supporting socio-economic transformation	Catching up: towards the creation of knowledge-based capabilities
	Knowledge hubs		
Knowledge and technology hubs	●	⊙	○
Knowledge-intensive city/capital districts	●	⊙	○
	Industrial production zones		
US states with average S&T performance	●	⊙	○
Service and natural resource regions in knowledge-intensive countries	⊙	⊙	●
Medium-tech manufacturing and service providers	⊙	●	○
Traditional manufacturing regions	○	⊙	●
	Non-S&T-driven regions		
Structural inertia or de-industrialising regions	⊙	●	⊙
Primary-sector-intensive regions	○	⊙	●

Notes: ● main priority; ⊙ strategic choice; ○ low priority.

Fonte: OCDE, 2011, p. 88

Se pensarmos para além da tipologia do crescimento inteligente de uma região "non S&T-driven", o Algarve é, essencialmente, uma região urbana e costeira, com uma população crescente, incluindo uma forte dinâmica de imigração. Assim, podemos inserir a região no cubo estratégico em relação às três dimensões da Estratégia Europa 2020 (figura 3.27).

Figura 3.27 - Estrutura do Algarve nas três dimensões da agenda para a Europa 2020



Fonte: Baseado no Guia RIS3 "Guide to Research and Innovation Strategies for Smart Specialisations", p. 47.

Em suma, o Algarve é uma região em progresso²⁹ ao nível da inovação, no contexto nacional e europeu, mas **com elevados défices em:**

- I&D com foco no mercado e nos resultados;

²⁹ Conforme verificado pela melhoria contínua do Algarve no "Innovation Scoreboard", passando de Inovador Modesto Médio em 2007, a Moderado Baixo em 2009, e Moderado Alto em 2011.

- Investimento em I&D em comparação com as outras regiões portuguesas e europeias;
- Condições de suporte para estimular a inovação e o empreendedorismo.

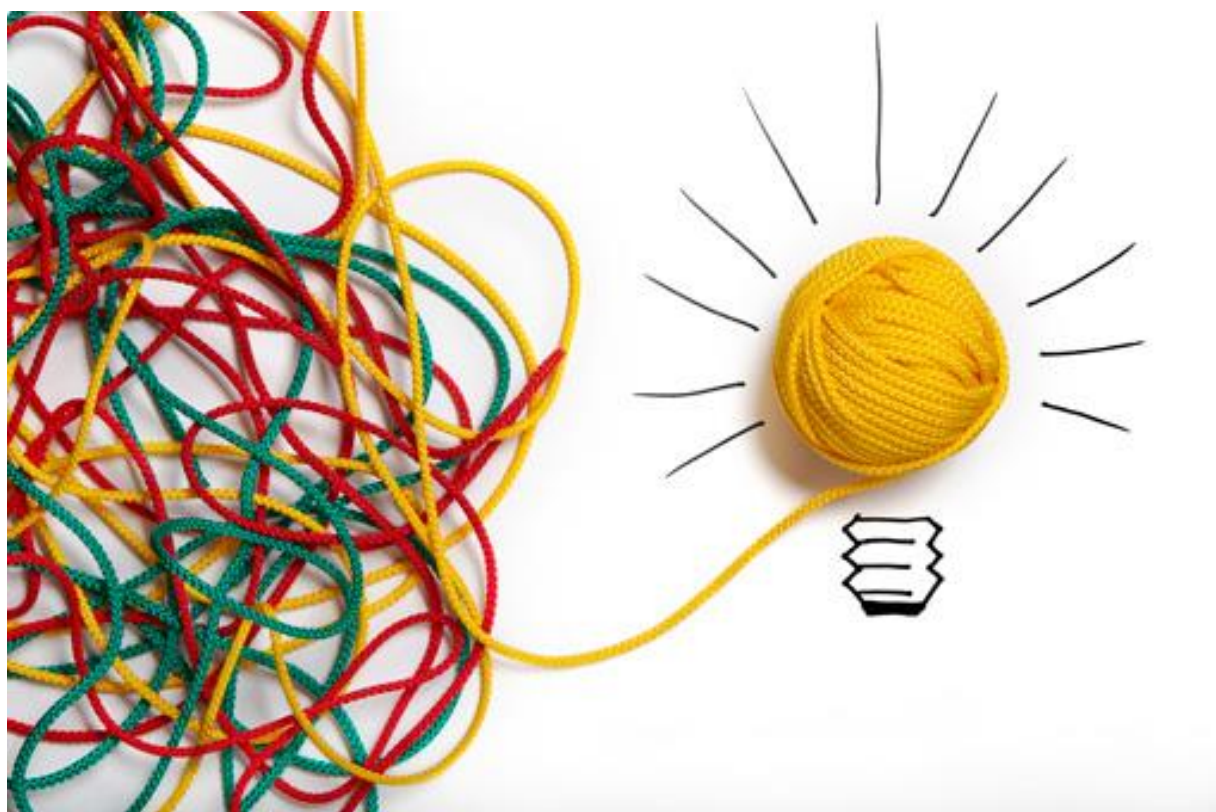
A análise do contexto inovador do Algarve está resumida na matriz SWOT abaixo (Tabela 3.6).

Tabela 3.6 - Análise SWOT da Inovação no Algarve

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Melhorias graduais no comportamento inovador; • Propensão do sector do turismo para a adoção das TIC; • Existência de potencial de consolidação do cluster; • Reputação do destino Algarve com várias unidades de excelência operacional em Turismo e Lazer; • Investigação na Universidade do Algarve, especialmente em nichos relacionados com o mar; • Experiência política de inovação a nível regional, com o Ettirse, o INOVA Algarve e também em Programas Operacionais Regionais; • Boas condições naturais e recursos que podem ser a base para a diversificação da economia regional; • Inserção da região em redes europeias de eventos culturais e desportivos profissionais; • Ligações transfronteiriças e articulações com o Alentejo e Andaluzia, em particular com a província de Huelva; 	<ul style="list-style-type: none"> • Excessiva dependência do turismo; • Elevado nível de desemprego; • Capacidade insuficiente da universidade para gerar conhecimento comercializável; • Baixo nível de despesa atual em I&D (pública e privada); • Baixo nível de emprego em atividades de média / alta tecnologia; • Produtividade do trabalho; • Nível de escolaridade; • Valor acrescentado e exportações em indústrias de alta tecnologia; • Suporte tecnológico insuficiente para as PME; • Escala do Capital de Risco; • Falta de habilidades em tecnologia e marketing internacional; • Inexistência de alguns atores-chave para um sistema regional de inovação; • Centros de decisão das empresas e órgãos públicos localizados fora da região; • Insuficiente ligação entre os atores RIS;
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Consciência da importância crescente da inovação; • Novas atividades e indústrias de base tecnológica e de conhecimento intensivo alavancadas pelo setor do Turismo; • Consolidação das atividades de transferência de tecnologia da Universidade do Algarve; • Abertura de empresas à Sociedade da Informação; • Desenvolvimento do cluster marítimo que tem algum conteúdo inovador; • A crescente procura por produtos turísticos com maior valor acrescentado, associados ao mar, meio ambiente, cultura, património, turismo de saúde e bem-estar; • Introdução de novas tecnologias para revitalizar indústrias tradicionais; • Nivelamento de PME inovadoras internacionais através de contactos com parceiros internacionais; 	<ul style="list-style-type: none"> • A turbulência económica que impede o investimento privado em inovação; • A turbulência económica reduz a participação do setor público nas medidas de inovação; • Dificuldade em reter e atrair recursos altamente qualificados em comparação com os principais concorrentes; • Capital Humano qualificado pode deixar a região por causa do desemprego; • Baixa procura por inovação por parte das empresas regionais; • Restrições à mobilidade Universidade-Indústria enfraquecem empresas privadas; • Situação de afastamento da região; • Dificuldade crescente em atrair IDE; • Desaparecimento de vantagens com base nos preços dos fatores de produção; • As empresas não encontrarem gestores com conhecimento para competir globalmente;

Página propositadamente em branco

4. POTENCIAL DE INOVAÇÃO: AREAS PARA A ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE



Página propositadamente em branco

4.1. SELEÇÃO DE PRIORIDADES

A definição de uma estratégia regional de investigação e inovação para a especialização inteligente (RIS3) implica escolhas e uma seleção de um número limitado de prioridades para o desenvolvimento regional, com base nos pontos fortes da região, nas vantagens competitivas e no potencial de excelência.

A análise dos setores mais dinâmicos, o enquadramento da posição da região na dinâmica empresarial do país, os pontos fortes, as vantagens competitivas e o potencial de excelência da região, resultaram na definição de dois conjuntos de setores que estão a traçar um caminho de crescimento para a região.

Os principais critérios para a definição das áreas prioritárias foram:

- A existência de ativos-chave, as capacidades de cada uma das áreas propostas e o potencial para a "variedade relacionada" dentro dos cruzamentos dos diferentes setores;
- O potencial destas áreas para a diversificação regional;
- A massa crítica existente ou o potencial crítico dentro de cada área, e
- A posição relativa do Algarve como um nó em redes globais.

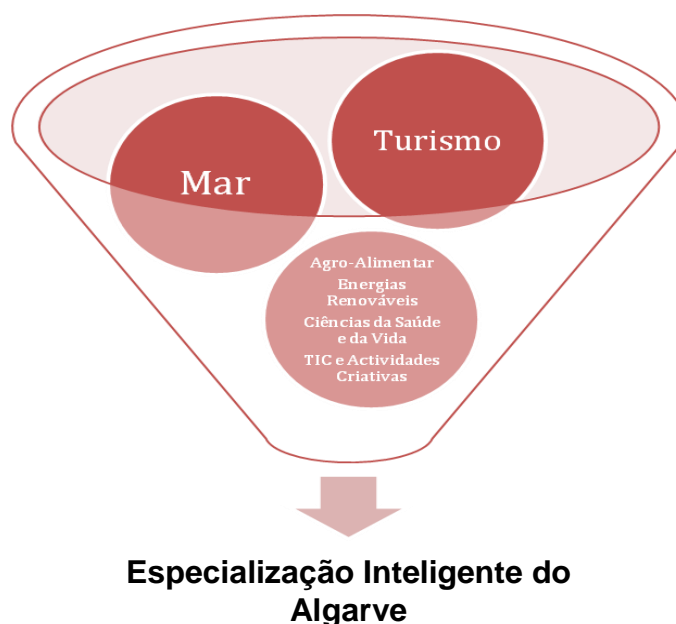
O primeiro conjunto - **os setores consolidados** - inclui o **Turismo e o Mar**. Estes são setores reconhecidos pela sua importância económica, pela capacidade de criar e manter postos de trabalho e por serem setores em que a região possui uma base sólida de I&D e outros recursos importantes (Ex: naturais).

O segundo conjunto de setores – os setores emergentes - inclui o Agroalimentar / Agroindustrial, as TIC e Atividades Criativas, as Energias Renováveis e as Atividades de Saúde e Ciências da Vida. Estes são os setores com algum tipo de potencial a nível regional (por exemplo, recursos naturais, conhecimento corporativo, ou unidades ativas de investigação e desenvolvimento da Universidade do Algarve), exibindo ainda falhas sistémicas que não permitem a prestação de uma forte base económica para o desenvolvimento, e que ainda não têm, por si próprios, capacidade para conduzir uma estratégia de especialização inteligente. Além disso, esses setores são os fornecedores de tecnologias de base (por exemplo, para a “*Blue Biotech*”, ou para apoio ao Turismo), e outros recursos para os setores consolidados e, portanto, devem ligar-se e apoiar-se, uma vez que eles têm também uma natureza transversal, com potencial transformador dos setores consolidados e da economia regional.

Em primeiro lugar, a dinâmica empresarial da região é analisada destacando a importância relativa dos setores económicos. Em seguida são apresentadas as perspetivas da dinâmica da atividade empresarial e capacidades regionais (I&D) e as estimativas de desenvolvimento elaboradas nesta base, que liga os ativos locais para o desenvolvimento de cadeias de valor dentro de cada área.

Para voltar a crescer no período 2014-2020, a região deve procurar recuperar o ímpeto perdido nos últimos anos, promovendo áreas regionais com forte potencial. Essas áreas relacionam-se com a **vocação marítima da região**, como o turismo costeiro, a indústria naval, as pescas, a aquicultura, a produção de sal. Estas áreas têm conhecimento científico acumulado com o crescimento da Universidade do Algarve nos últimos 30 anos, particularmente em biotecnologia azul, ciências da saúde e tecnologias marítimas, que podem ajudar os setores consolidados a serem os condutores de especialização inteligente na região.

Figura 4.1 - Áreas de especialização inteligente no Algarve



Fonte: CCDR Algarve – RIS3 Regional

A seleção das prioridades foi validada por uma análise da dinâmica das cadeias de valor mais relevantes do Algarve, com base em 20 indicadores diferentes³⁰. Algumas atividades foram incluídas na seleção em detrimento de outras, embora possam não ter sido as atividades melhor classificadas, tendo em conta a documentação existente sobre a economia regional, as suas características e o potencial real para estimular a criação de emprego ou promover a diversificação acima referida. As atividades classificadas como mais relevantes e as atividades selecionadas são apresentadas na Tabela 4.1.

³⁰ Incluindo os analisados ao longo dos capítulos anteriores, e outros, sobre a demografia das empresas, dados do mercado laboral e económico-financeiros, entre 2004 e 2010, e excluindo as empresas do setor financeiro. No conjunto foram usados os mesmos indicadores utilizados pelo INE para o seu “Destaque” de 13 de Julho de 2012, sobre a Evolução do Setor Empresarial em Portugal entre 2004 e 2010.

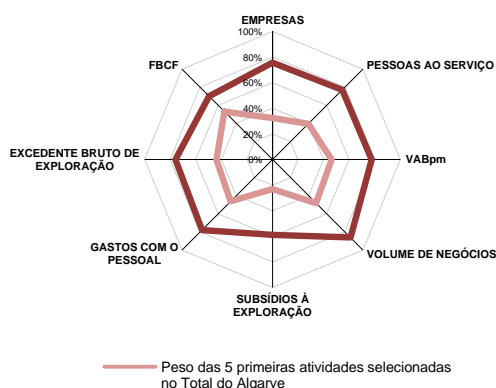
Tabela 4.1 - As atividades mais relevantes (CAE Rev. 3) Algarve

AS ATIVIDADES MAIS RELEVANTES (por ordem crescente de relevância)			AS ATIVIDADES SELECIONADAS		
Designação	Divisão da CAE-Rev.3	Posição Global	Designação	Divisão da CAE-Rev.3	Posição Global
Alojamento	55	1º	Alojamento	55	1º
Promoção imobiliária (desenvolvimento de projectos de edifícios); construção de edifícios	41	2º	Promoção imobiliária (desenvolvimento de projectos de edifícios); construção de edifícios	41	2º
Actividades imobiliárias	68	3º	Actividades imobiliárias	68	3º
Captação, tratamento e distribuição de água	36	4º	Comércio por grosso (inclui agentes), excepto de veículos automóveis e motociclos	46	6º
Actividades desportivas, de diversão e recreativas	93	5º	Actividades de saúde humana	86	7º
Comércio por grosso (inclui agentes), excepto de veículos automóveis e motociclos	46	6º	Comércio a retalho, excepto de veículos automóveis e motociclos	47	9º
Actividades de saúde humana	86	7º	Engenharia civil	42	11º
Transportes terrestres e transportes por oleodutos ou gasodutos	49	8º	Restauração e similares	56	12º
Comércio a retalho, excepto de veículos automóveis e motociclos	47	9º	Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços de reservas e actividades relacionadas	79	13º
Actividades de aluguer	77	10º	Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos	45	14º
Engenharia civil	42	11º	Indústrias alimentares	10	16º
Restauração e similares	56	12º	Actividades especializadas de construção	43	17º
Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços de reservas e actividades relacionadas	79	13º	Outras indústrias extractivas	08	18º
Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos	45	14º	Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	23	19º
Recolha, tratamento e eliminação de resíduos; valorização de materiais	38	15º	Agricultura, produção animal, caça e actividades dos serviços relacionados	01	20º
Indústrias alimentares	10	16º	Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos	25	24º
Actividades especializadas de construção	43	17º	Actividades relacionadas com edifícios, plantação e manutenção de jardins	81	25º
Outras indústrias extractivas	08	18º	Pesca e aquicultura	03	27º
Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	23	19º	Actividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas	82	28º
Agricultura, produção animal, caça e actividades dos serviços relacionados	01	20º	Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário; fabricação de obras de cestaria e de espartaria	16	29º
Actividades jurídicas e de contabilidade	69	21º	Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	33	37º
Actividades de arquitectura, de engenharia e técnicas afins; actividades de ensaios e de análises técnicas	71	22º	Silvicultura e exploração florestal	02	39º

Fonte: CCDR Algarve – RIS3 Regional

O processo resultou na seleção de cinco atividades principais (ver Tabela 4.2), que representavam, cerca de um terço do número de empresas, 40% das pessoas empregadas e cerca de metade do volume de negócios total e do VAB gerado na região entre 2004 e 2010. Os níveis de produtividade bem como o investimento também foram maiores do que nas outras atividades. A análise levou ainda à conclusão de que cerca de 75% da atividade económica baseia-se nas atividades selecionadas na tabela anterior (ver Figura 4.2).

Figura 4.2 - Peso das atividades selecionadas na Economia do Algarve



Fonte: CCDR Algarve, dados - INE.

Tabela 4.2 - Matriz das 5 atividades económicas principais em cada indicador (Algarve)

Atividades (por posição)	EMPRESAS (Nº)	PESSOAS AO SERVIÇO (Nº)	VAB _{ppm} (euros)	PONDERAÇÃO FINAL / ATIVIDADES SELECIONADAS
1º	Comércio a retalho, excepto de veículos automóveis e motociclos	Comércio a retalho, excepto de veículos automóveis e motociclos	Promoção imobiliária (desenvolvimento de projectos de edifícios); construção de edifícios	Alojamento
2º	Restauração e similares	Restauração e similares	Comércio a retalho, excepto de veículos automóveis e motociclos	Promoção imobiliária (desenvolvimento de projectos de edifícios); construção de edifícios
3º	Actividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas	Promoção imobiliária (desenvolvimento de projectos de edifícios); construção de edifícios	Restauração e similares	Atividades imobiliárias
4º	Promoção imobiliária (desenvolvimento de projectos de edifícios); construção de edifícios	Alojamento	Alojamento	Comércio a retalho, excepto de veículos automóveis e motociclos
5º	Actividades especializadas de construção	Actividades especializadas de construção	Atividades imobiliárias	Atividades de saúde humana

Fonte: CCDR Algarve – RIS3 Regional

Este processo, foi depois validado e aferido no contexto regional, com stakeholders do conhecimento, das empresas e do mercado.

Um exercício complementar e paralelo pode ajudar na identificação do peso das prioridades RIS3 (ver Tabela 4.3).

As Figuras 4.3 e 4.4 mostram o posicionamento relativo das várias cadeias de valor identificadas, tendo em conta a sua dimensão atual e o potencial de crescimento, com base no desempenho entre 2004 e 2010³¹.

O turismo é, como seria de esperar, o principal setor, destacando-se como o mais importante nesta análise, portanto, a região deve mantê-lo como setor fundamental, dados os recursos existentes, a capacidade instalada, e o conhecimento acumulado. Este setor domina a economia regional (atualmente tem um peso de 54% das empresas, 65% do emprego e 69% do VAB). Até 2020, estima-se também um crescimento deste cluster, ainda que pequeno (aumento de 1% na participação / peso de empresas, manutenção da participação / peso do emprego e crescimento de 1% no peso do VAB). Este desempenho é esperado devido ao elevado grau de especialização da economia regional, e às perspetivas de melhoria no relacionamento com as outras cadeias de valor para gerar sinergias positivas para todos. No entanto, os dados confirmam a necessidade de ampliar a base económica da região, de modo a reduzir a dependência face a este sector, aumentando a resiliência da região e a sua capacidade de criar e capturar mais valor por outras cadeias de valor.

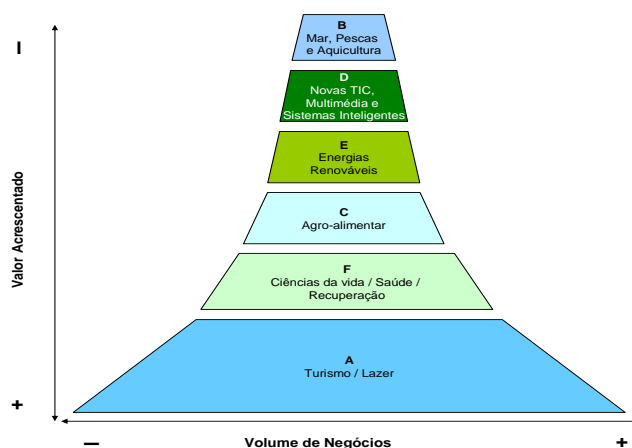
³¹ Ao utilizar-se como referência o valor médio do período, e comparar-se este com o primeiro ano da série, o objetivo foi diluir o efeito de uma maior variabilidade, existente em séries mais curtas (Ex: variações anuais) e aproximar de cenários mais realistas. No entanto, a crise forte e prolongada atualmente vivida na região, no país e até na Europa, e a ausência de dados mais atuais podem ser elementos suficientes para tornar qualquer estimativa irrealista.

Tabela 4.3 - Principais cadeias de valor (Algarve)

Cluster	Divisão da CAE-Rev.3	Designação	EMPRESAS (Nº)	PESSOAS AO SERVIÇO (Nº)	VALOR ACRESCENTADO BRUTO A PREÇOS DE MERCADO (euros)	Cluster's / Setores mais Relacionados	
Turismo / Lazer							
Cluster A	08	Outras indústrias extractivas	56	439	13.032.710	B/E/F	
	41	Promoção imobiliária (desenvolvimento de projectos de edifícios); construção de edifícios	4.748	18.001	374.957.365	E/D	
	42	Engenharia civil	210	2.040	50.750.311	E/D	
	43	Actividades especializadas de construção	3.643	8.726	116.514.195	E/D	
	45	Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos	1.499	4.267	57.697.793	E/D	
	46	Comércio por grosso (inclui agentes), excepto de veículos automóveis e motociclos	2.796	8.725	163.287.508	B/C/D	
	47	Comércio a retalho, excepto de veículos automóveis e motociclos	9.356	20.903	258.245.805	B/C/D	
	55	Alojamento	924	11.540	243.314.618	B/C/D/E/F	
	56	Restauração e similares	7.030	19.836	257.370.578	B/C/D/E/F	
	68	Actividades imobiliárias	2.364	5.588	166.691.577	D/E	
	79	Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços de reservas e actividades relacionadas	207	1.259	31.962.142	B/D	
	81	Actividades relacionadas com edifícios, plantação e manutenção de jardins	627	2.360	28.414.055	E/D/C	
Sub_Total destas atividades			33.461	103.685	1.762.238.657		
Peso na região			54%	65%	69%		
Mar - Pescas e Aquicultura							
Cluster B	03	Pesca e aquicultura	1.446	2.551	20.715.953	C/A/D	
	33	Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	147	315	4.363.093	A/D/E	
	Sub_Total destas atividades			1.593	2.866	25.079.045	
Peso na região			3%	2%	1%		
Agro-alimentar							
Cluster C	01	Agricultura, produção animal, caça e actividades dos serviços relacionados	2.276	3.914	35.013.845	E/A	
	02	Silvicultura e exploração florestal	194	292	3.022.017	E/A	
	10	Indústrias alimentares	481	2.685	32.668.277		
	16	Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário; fabricação de obras de cestaria e de espartaria	293	918	11.885.610	E/D	
	Sub_Total destas atividades			3.244	7.808	82.589.749	
Peso na região			5%	5%	3%		
Novas TIC, Multimédia e Sistemas Inteligentes							
Cluster D	82	Actividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas	5.112	5.504	34.926.528	A/B/C/E/F	
	Sub_Total destas atividades			5.112	5.504	34.926.528	
	Peso na região			8%	3%	1%	
Energias Renováveis							
Cluster E	23	Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	193	1.268	23.229.898	A/F	
	25	Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos	509	1.524	19.613.350	D/A/C	
	Sub_Total destas atividades			702	2.792	42.843.248	
Peso na região			1%	2%	2%		
Ciências da Vida / Saúde / Recuperação							
Cluster F	86	Actividades de saúde humana	2.659	7.051	133.312.540	A/B/C/D/E	
	Sub_Total destas atividades			2.659	7.051	133.312.540	
Peso na região			4%	4%	5%		

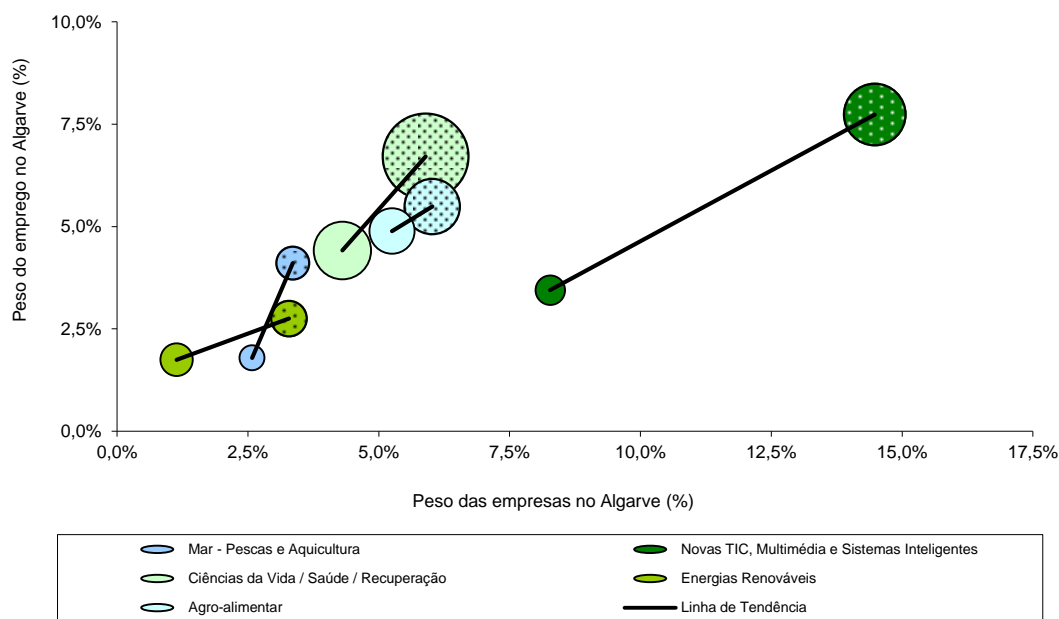
Fonte: CCDR Algarve, dados - INE.

Figura 4.3 - Tamanho atual das cadeias de valor / prioridades da região



Fonte: CCDR Algarve – RIS3 Regional

Figura 4.4 - Tamanho atual e potencial das cadeias de valor / prioridades de menor dimensão na região

**Notas:**

A dimensão das bolhas representa o peso do VABpm do respetivo Cluster no total do VABpm do Algarve.

As bolhas com preenchimento liso representam a posição e dimensão atual, e as bolhas preenchidas com textura (pintas) representam a posição e dimensão potencial em 2020.

Fonte: CCDR Algarve – RIS3 Regional

O potencial de crescimento das cadeias de valor de menor dimensão é relativamente maior, destacando-se as Ciências da Saúde, e as TIC e Criativas. Os setores do Mar e Agroalimentar / agroindustrial parecem ser particularmente úteis para a criação de emprego, especialmente para os grupos etários intermédios e para os trabalhadores menos qualificados, enquanto os demais setores podem ser mais importantes para a criação de emprego junto dos grupos etários mais jovens e/ou com níveis de escolaridade mais elevados.

Finalmente, convém sublinhar que o exercício é baseado em dados históricos, no conhecimento da região, na participação das partes interessadas e pressupõe a adoção de um conjunto de medidas e instrumentos (que será tratado adiante), com vista a estimular o setor produtivo e aumentar as condições de competitividade da região.

4.1.1. A VARIEDADE RELACIONADA

Considerando os principais critérios, acima identificados, para a definição e seleção das áreas prioritárias acima apresentada, a possibilidade de variedade relacionada (intra e intersectorial) e de articulação multinível, na base do modelo da hélice quádrupla foram também fatores constantemente presentes na análise e determinantes na decisão.

A evolução esperada para os diversos setores é baseada numa lógica de **variedade relacionada**³² (Figura 4.5), onde o Turismo será a âncora para os demais.

Figura 4.5 - A articulação intersectorial

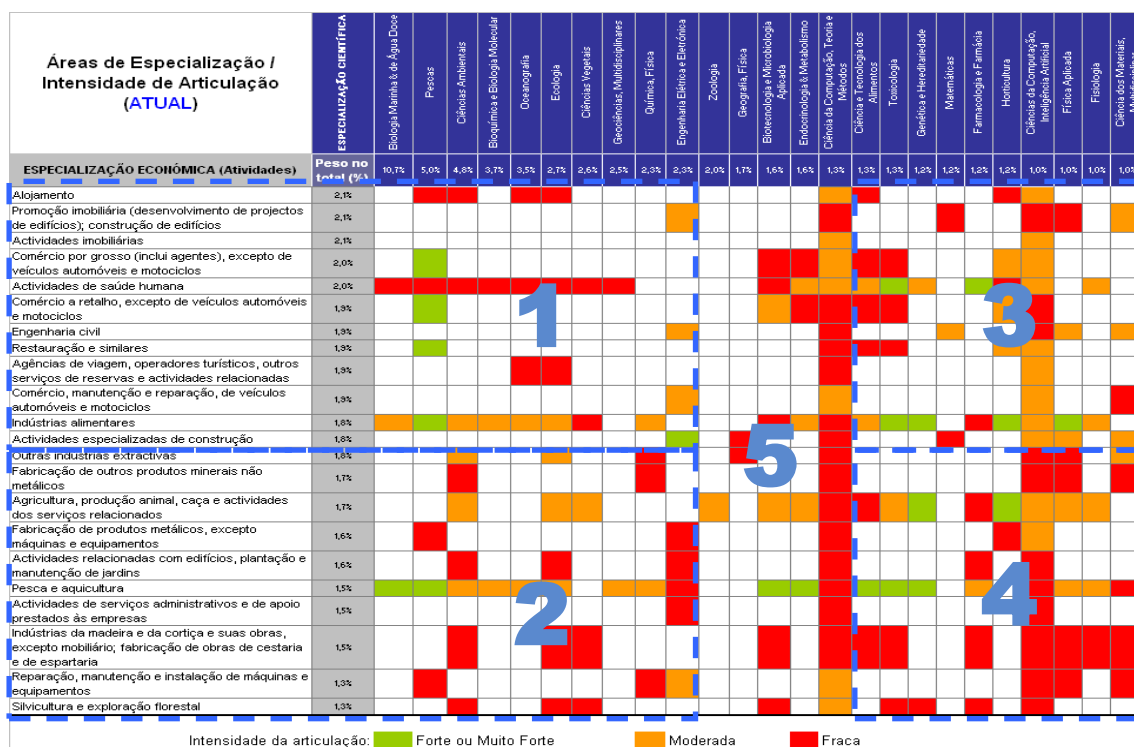


Fonte: CCDR Algarve – RIS3 Regional

Assim, o Turismo e o Mar (os designados setores consolidados) devem ser as áreas âncora para a especialização inteligente do Algarve, dado o seu peso na economia e ao nível do conhecimento da região (ver Figuras 4.6 e 4.7).

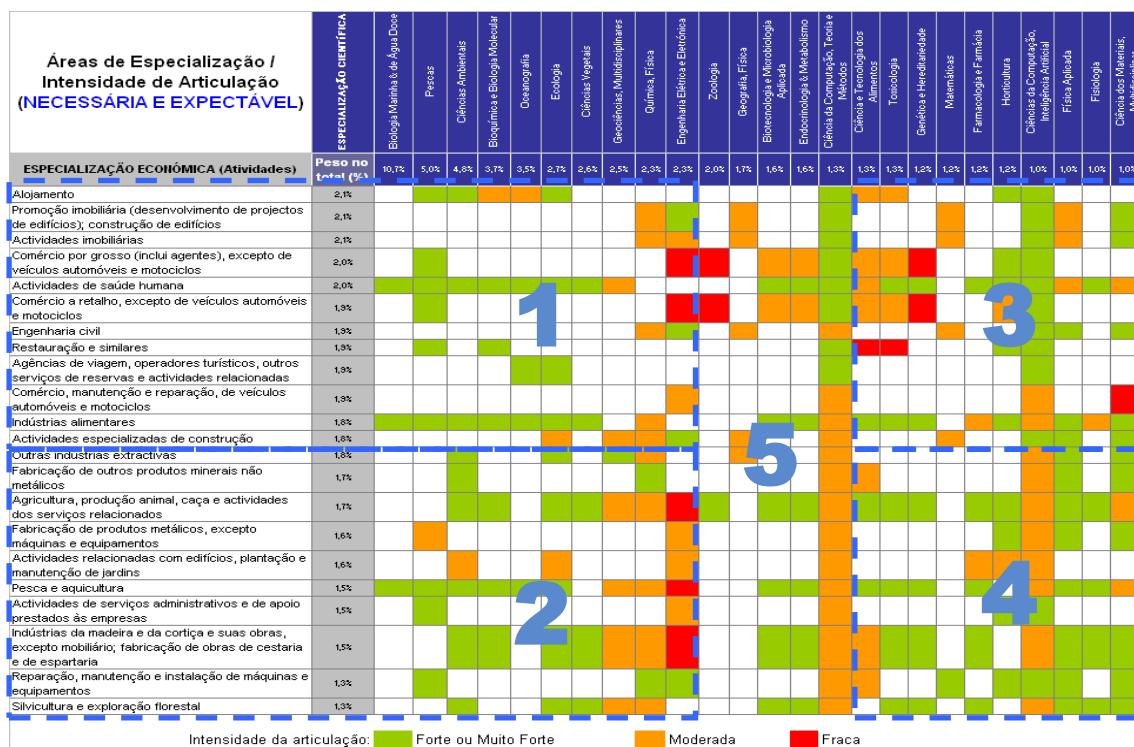
³² **Variedade Relacionada** (*Conceito*) – Relação que explora sinergias intersectoriais, combinando bases cognitivas e produtivas e visões verticais com horizontais, contribuindo para reforçar a adaptabilidade da região aos choques externos e a sua capacidade de gerar e manter emprego.

Figura 4.6 - A articulação entre a atividade económica e o conhecimento regional – Situação atual



Fonte: CCDR Algarve – RIS3 Regional

Figura 4.7 - A articulação entre a atividade económica e o conhecimento regional – Situação expectável



Fonte: CCDR Algarve – RIS3 Regional

As figuras acima, mostram que o reforço da articulação ao nível do “1º quadrante” poderá traduzir-se em resultados quase imediatos, dado resultar da articulação entre as atividades com maior dinâmica tanto ao nível da economia como do conhecimento regional. Já os “2º e 3º quadrantes” deverão possibilitar ganhos a médio prazo, mas contribuem de forma mais abrangente para a diversificação da base económica regional. O “4º quadrante” poderá proporcionar resultados essencialmente no longo prazo, uma vez que é o que regista menor dinamização económica e de conhecimento. Por fim, o “5º quadrante” enquadra essencialmente áreas de conhecimento fundamental ou de aplicação transversal a toda a atividade económica.

Setorialmente, verifica-se a emergência:

Do Turismo, naturalmente porque é a área dominante da economia regional, ainda que careça de reformas que lhe permitam **acrescentar valor e tornar-se mais sustentável** (no seu ciclo de produção, e na manutenção dos postos de trabalho), apoiando simultaneamente outras atividades no seu processo de crescimento ou de revitalização. Este setor, pelo peso que tem na economia regional e dado o conjunto imenso de atividades que gravitam em seu redor, **tem um papel estruturante e uma responsabilidade acrescida** nesta estratégia, quer pela sua dinâmica própria, quer pela sua capacidade e responsabilidade social para com a região para fomentar a dinamização de outros setores, estabelecendo relações multivariadas e incorporando bens e serviços de origem local na sua cadeia de valor.

Do Mar, para além de ser a área dominante da especialização científica regional, com um peso crescente de conhecimento aplicado, tem um potencial imenso ainda por aplicar (sobretudo no que respeita à transferência de conhecimento para o mercado). É uma área com vasto potencial e ativos empresariais na região, incluindo em atividades relacionadas com o turismo e para a qual persistem constrangimentos no circuito de transferência de conhecimento e na valorização dos recursos, identificados no trabalho prévio já estruturado, designadamente na “Agenda Regional do Mar”³³.

As restantes cadeias de valor (os **designados setores emergentes**), como já tinha sido identificado, apesar de terem atualmente um peso bastante inferior na economia e nas empresas regionais, foram consideradas prioritárias, dada a sua dinâmica nos últimos anos e o potencial para responder aos desafios supra enunciados.

Como demonstrado anteriormente, as atividades que se posicionam em torno destes seis domínios temáticos prioritários representam atualmente cerca de 75% da atividade económica regional e as perspetivas para o horizonte 2020 apontam para o crescimento em todos estes domínios, destacando-se as áreas que atualmente têm um peso inferior (setores emergentes) e o facto desta evolução ser baseada numa lógica de **variedade relacionada (Figura 4.5), entre os diversos setores**, onde, o Turismo será “âncora” para os demais e o Mar um “veículo” essencial.

Tendo em conta as características socioeconómicas e territoriais do Algarve, nomeadamente os aspetos relacionados com a capacidade de gestão e massa crítica relevante, **a aposta na diversificação e internacionalização da economia regional deverá sempre considerar crucial o papel da investigação e da inovação e a sua valorização, bem como a aposta em nichos de mercado como fatores essenciais no processo de diferenciação e valorização à escala global.**

De seguida, apresenta-se uma análise mais detalhada a cada um dos setores e na parte final de cada setor (antes da matriz SWOT), pode verificar-se, a título de exemplo, a estruturação de cada domínio,

³³ http://www.ccdr-alg.pt/site/sites/ccdr-alg.pt/files/publicacoes/agenda_mar.pdf

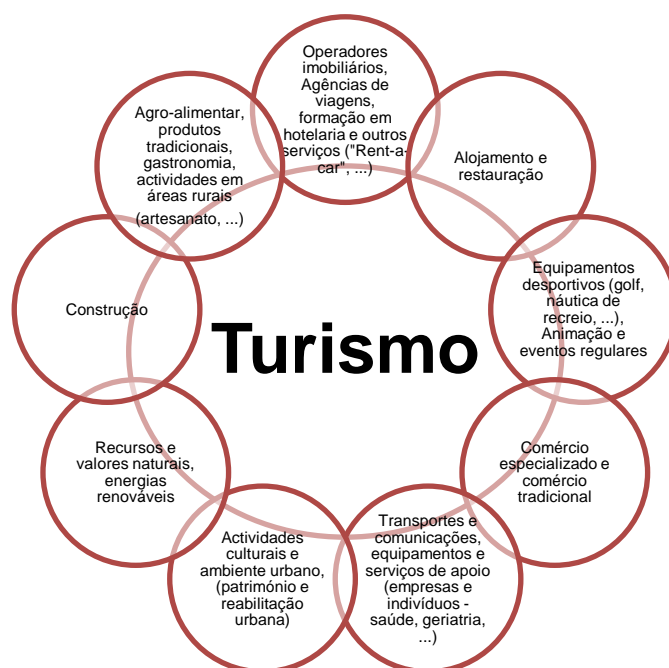
cruzando as dimensões das **políticas, com os recursos, as empresas e os utilizadores avançados**. Esta estruturação foi pensada numa lógica de sustentação das intervenções de forma integrada, incidindo o foco nos subsetores onde se espera garantir os resultados mais eficientes, canalizando para esse efeito os instrumentos de política pública mais adequados à captação e valorização dos recursos das diversas tipologias, presentes na região.

4.2. Setores consolidados

4.2.1. TURISMO

O Turismo é composto por um conjunto complexo de atividades que são em última análise, direcionadas a proporcionar aos visitantes a melhor experiência possível, antes, durante e após a sua estadia na região (ver Figura 4.8). Este conjunto de atividades "*cluster*" destaca a diversidade e importância estratégica de promover relações densas entre os intervenientes na cadeia de valor.

Figura 4.8 – Atividades do "cluster" do Turismo



Fonte: Adaptado de PRIAlgarve (CCDR, 2007)

O turismo é o setor em que tem no Algarve, a cadeia de valor mais estruturada, integrada e completa, mas apesar de alguns progressos, em alguns aspetos, muito está ainda por fazer. Pode considerar-se uma atividade de "*cluster*" na região, no sentido em que vários agentes (empresas, organizações) desempenham papéis e realizam atividades em toda a cadeia de valor. Apesar disso não ser explicitamente reconhecido (por exemplo, através da existência de uma associação reunindo todas as diferentes atividades), o Algarve tem ativos (por exemplo, a tradição da atividade, a experiência como destino turístico, as associações empresariais, entidades de ensino e de formação), que convergem para a existência do cluster.

As principais atividades do turismo (atividades dos serviços de alojamento e restauração) representam cerca de 20% do VAB do Algarve, e 20% do emprego nas empresas (ver Secção 4.1.1.). No entanto, a dinâmica induzida do turismo noutras atividades, reforça a sua importância para a economia regional como um todo. Um aspeto que deve ser referenciado é o fato de que uma parte significativa do volume

de negócios gerado pela atividade vai para outras partes do país e mesmo para o exterior, uma vez que a sede de muitas empresas que operam no Algarve está localizada fora da região ou mesmo do país. Isto representa um grande problema de "rigidez" e apropriação das mais-valias criadas pela atividade na região.

Outras atividades importantes na cadeia de valor regional do turismo são:

- O comércio por grosso e a retalho, que tradicionalmente tem sido reforçado pelo turismo e que representa cerca de 21% de todas as empresas do Algarve, 40% do volume de negócios, 20% do VAB e 21% do emprego na região;
- O imobiliário e serviços de aluguer e de negócios, com peso de 18,3% do VAB e 6,7% do emprego;
- A construção, sector dinâmico no Algarve antes da crise económica, com uma importante contribuição para o VAB da região.

A análise do desempenho competitivo da atividade turística na região entre 2000 e 2012, de acordo com alguns indicadores de referência da sua atividade principal (alojamento), traça a evolução do turismo regional. Os indicadores de volume refletem o elevado peso da hotelaria (cerca de 20% do n.º de estabelecimentos) em termos nacionais, com uma capacidade instalada que representa cerca de 35% do país (ver Tabela 4.4).

Tabela 4.4 - Estabelecimentos e capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros (2000, 2005, 2012) (Portugal e Algarve)

	Portugal				Algarve			
	2000	2005	2012	2000-2012	2000	2005	2012	2000-2012
Estabelecimentos	1.786	2.012	2.046	14,56%	392	433	433	10,46%
Capacidade de alojamento	222.958	263.814	298.743	33,99%	85.738	99.982	107.938	25,89%

Fonte: CCDR Algarve – Dados, INE.

No entanto, a análise dos indicadores de desempenho revela uma perda da "competitividade relativa" ao longo do período 2000-2012 (ver Tabela 4.5). O aumento da oferta não foi acompanhado pelo crescimento da procura: o volume de dormidas diminuiu, em termos globais, de 43% para 36%, e especialmente, de visitantes estrangeiros, que representava 50% em 2000 e passou a representar cerca de 40% em 2012.

Tabela 4.5 - Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros de acordo com o local de residência (2000, 2005, 2012) (Portugal e Algarve)

	Portugal				Algarve			
	2000	2005	2012	2000-2012	2000	2005	2012	2000-2012
Total	33.795.123	35.520.631	39.753.499	17,63%	14.571.472	13.814.274	14.344.846	-1,56%
Portugal	9.693.160	11.647.747	12.472.303	28,67%	2.360.010	3.163.340	3.530.427	49,59%
Estrangeiro	24.101.963	23.872.884	27.281.196	13,19%	12.211.462	10.650.934	10.814.419	-11,44%

Fonte: CCDR Algarve – Dados, Turismo de Portugal.

Além disso, a dinâmica de ocupação diminuiu e em média, o Algarve registou em 2012 uma taxa de ocupação-cama inferior à de Portugal (ver Tabela 4.6). O número médio de noites também diminuiu na região, mas continua a ser cerca de 60% superior à média nacional.

Tabela 4.6 - Indicadores da Hotelaria (2000, 2005, 2012) (Portugal, Algarve)

	Portugal				Algarve			
	2000	2005	2012	2000-2012	2000	2005	2012	2000-2012
Estada média nos estabelecimentos (n.º de noites)	3,6	3,1	2,9	-19,4%	7,1	5,3	4,7	-33,8%
Taxa de ocupação-cama (%)	42,1	39,1	42,8	1,7%	46,4	42,5	42,2	-9,1%

Fonte: CCDR Algarve – Dados, Turismo de Portugal.

A economia do Algarve é assim sobre especializada no Turismo (ver secção 4.1). Esta situação levanta questões fundamentais para a sustentabilidade da atividade económica na região, especialmente num período em que a crise económica tem afetado severamente a taxa de desemprego, particularmente em setores complementares, como a construção e o imobiliário, que também são importantes para a região. As recomendações de política apontam para a necessidade de diversificar a base de atração da região, mantendo a competitividade do produto "sol e mar", mas desenvolvendo outros / produtos turísticos complementares e emergentes (nem todos com o mesmo nível de competitividade ou estruturação), tais como:

Golf - A região foi contemplada com vários prémios, em reconhecimento da sua excelência como destino de golfe. Além de combater a sazonalidade da atividade turística, o perfil de consumo do turista de golfe gera repercussões positivas sobre outras atividades turísticas e de lazer. A oferta de golfe no Algarve representa quase metade da oferta total de Portugal (cerca de 46% em 2011);

Náutica - A costa do Algarve está dotada de excelentes condições geográficas / estratégicas e naturais para o desenvolvimento desta atividade. As marinas e portos existentes têm boas condições, quatro das onze instalações náuticas têm a distinção "Bandeira Azul" e normalmente registam-se elevadas taxas de ocupação, sendo necessário o aumento do número de vagas para ancoragem, apesar da região ter a principal quota de postos de amarração (cerca de 30% em 2011). Em geral, este segmento tem níveis mais elevados de criação de valor acrescentado porque atrai e retém turistas com um perfil de maior disponibilidade e propenso a passar mais tempo do que a média. É ainda necessário promover a criação de serviços de apoio às marinas para tornar a região e o país num destino de "inverno ativa" – onde seja possível deixar os iates em marinas ao longo de todo o ano, de modo a posicionar o Algarve como alternativa para o turismo náutico no Inverno e Verão, constituindo-se como bases de iates de turistas do norte da Europa, dinamizando simultaneamente a indústria da construção e reparação naval, bem como toda a investigação associada ao complexo de produtos e serviços a ela agregados;

Cruzeiros - Por agora, Portimão tem o único porto de cruzeiros da região, o qual beneficia da reestruturação da zona portuária e ribeirinha, contudo a região poderá beneficiar mais e aproveitar melhor as instalações portuárias existentes, especialmente o porto comercial de Faro, complementando as suas funções comerciais/mercadorias (de baixa utilização) com a função lúdica/turismo, dotando-os de condições nas infraestruturas e zonas envolventes, adequadas para a

receção de cruzeiros, fomentando a reabilitação urbana e possibilitando assim a dinamização dos centros históricos, culturais e comerciais das cidades mais próximas. A atividade no porto de Portimão carece ainda de maior dinamização para se tornar sustentável, ganhar relevo no panorama nacional e internacional e captar investimento / novas rotas que incluam este porto. Recorde-se a este propósito que os estudos realizados anualmente pelo European Cruise Council sobre os contributos do turismo de cruzeiro na economia indicam que o impacto na economia europeia em 2010 foi de 35,2 mil milhões de euros, o que representa um crescimento de 3% relativamente a 2009. Em 2010 a indústria dos cruzeiros na Europa foi também responsável por cerca de 307 mil empregos e 9 mil milhões de euros de massa salarial e estima-se que por cada milhão de euros gasto na indústria de cruzeiros são gerados 2,4 milhões de euros de volume de negócios;

Natureza / ambiente / meio rural - Ao longo dos anos têm sido desenvolvidas várias iniciativas privadas, apoiadas num vasto património natural que se estende desde as montanhas até à costa do Algarve, e sobre as especificidades do legado cultural da região. Este segmento está em consolidação, mas é necessária maior cooperação entre os agentes, a qual é crucial para o sucesso, especialmente dos produtos em afirmação, sendo ainda fundamental enveredar por um caminho de diferenciação de produto/serviço (Ex: por via de processos de certificação de diversa natureza). Destaca-se que o Algarve em 2013 ocupa a 1ª posição no ranking nacional das regiões com maior número de praias certificadas tanto como “Praia Acessível” como “Praia Bandeira Azul”, 24% e 25% do total nacional respetivamente;

Cultural - As principais áreas urbanas e centros históricos fornecem uma densidade de recursos, particularmente relevantes nos municípios que já têm uma forte vocação turística no produto "sol e praia". O património histórico e cultural deve ser usado para mostrar que a região é um território de pessoas que transportam ideias e religiões, favorecendo a troca de conhecimento e estimulando o aparecimento de atividades criativas. Contudo, é necessário fomentar o espírito empreendedor e novos modelos de organização social e económica, que proporcionem um melhor aproveitamento do património histórico e cultural da região;

Saúde - Este produto está ainda a ser desenvolvido de forma consistente, embora possa beneficiar de I&D regional, do clima, das condições naturais e dos fluxos de aposentados residenciais do Centro / Norte da Europa. A disponibilidade de equipamentos relacionados com o turismo, com reduzidas taxas de ocupação, especialmente na época baixa, conjugada com os progressos tecnológicos que possibilitam maior facilidade no acesso aos dados clínicos dos utentes e a coordenação de diversas equipas clínicas em diferentes países, são também outros fatores que poderão favorecer a consolidação futura deste produto. Este produto tem fortes condições para se afirmar e ser essencial na estratégia de redução da sazonalidade da atividade económica regional;

MICE - Este segmento pode suportar-se na rede de infraestruturas municipais (por exemplo, salas de conferências, teatros, auditórios), que se estende por toda a região como base para o seu desenvolvimento, e pode também contribuir para a correção da sazonalidade.

O Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), publicado em 2007, revisto em 2011 e em 2013, apresenta uma matriz produto / região, com destaque para os produtos a serem desenvolvidos em cada região Portuguesa. A matriz do Algarve é apresentada na Tabela 4.7, de acordo com os sectores acima salientados.

Tabela 4.7 - Matriz do produto turístico (Algarve)

Produtos Estratégicos	"Sol e Mar"
	Golf
Produtos a desenvolver	Turismo de Negócios
	Resorts Integrados e Turismo Residencial
	Turismo Náutico
	Turismo da Natureza

Fonte: Plano Estratégico Nacional do Turismo (Turismo de Portugal, 2007, pp.76).

Entretanto a Região de Turismo do Algarve, desenvolveu o Plano de Marketing Estratégico para o Turismo do Algarve 2015-2018, definindo opções estratégicas e um plano de ação, **que deve servir em complemento à estratégia nacional, como referencial das opções estratégicas para o setor.**

Em geral, o setor turístico é baseado numa diversidade significativa de agentes económicos, com reflexos sobre a falta de posicionamento estratégico regional, na deficiente definição de padrões de qualidade do serviço prestado e das práticas de gestão de recursos (por exemplo, nos recursos humanos e nas TIC).

As perspetivas futuras devem apontar para a melhoria da capacidade de competitividade dos operadores: a ênfase na adoção da inovação, quanto à necessidade de acrescentar valor aos produtos tradicionais e aos produtos com condições promissoras de crescimento, de forma a melhorar a eficiência do desempenho e qualidade do serviço prestado, enquanto se reduzem os custos.

Em termos operacionais, a nível empresarial, a inovação em Turismo pode ser desencadeada pela certificação de sistemas de gestão, pela adoção de novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e pelo reposicionamento para mercados consolidados e novos, e agindo constantemente em antecipação e de forma proativa. A este respeito, o próximo período de programação deve prestar especial atenção à necessidade de adaptar o apoio disponível para o financiamento das empresas do setor. Apesar da alta proporção de investimentos canalizados através do QREN, devem ser revistas os critérios de prioridades, permitindo um quadro mais favorável para que as empresas que operam no sector do turismo possam beneficiar mais, mas de forma a incrementar verdadeiros processos inovadores e comptivos, particularmente quando contribuem para atenuar a sazonalidade ou posicionar produtos em contra ciclo.

Ao nível macro, deve haver um entendimento comum sobre a necessidade de oferecer a melhor experiência possível aos turistas, envolvendo organizações públicas, privadas e os indivíduos. Além disso, é fundamental realizar um debate sobre a prevenção dos riscos e dos efeitos (tais como aqueles que ocorrem durante o atual período de crise económica) decorrentes da elevada especialização.

No que respeita à inovação, a qualificação do território e ambiente vai promover maior atratividade do destino, melhorar o desempenho das empresas e da qualidade do produto turístico como um todo, bem como a promoção de um conjunto de produtos / atividades com ênfase na diferenciação da oferta tradicional noutros países, em especial as relacionadas com as condições climáticas e naturais, que também devem desencadear dinâmicas positivas.

O setor gera um grande volume de trabalho. No entanto, uma elevada percentagem é composta por baixos níveis de qualificação. Ainda assim, a Escola de Hotelaria e Turismo tem sido um fornecedor de mão-de-obra, e formação de profissionais qualificados, com o perfil adequado. Não obstante, é também

essencial que os empregadores reorganizem as unidades de negócios, os processos de trabalho e as práticas de serviço, e sejam capazes de garantir recursos humanos dotados de especialização relevante. Em termos de média e alta gestão, o setor tem uma força de trabalho capaz de contribuir para a reorganização e qualificação, e é um exportador líquido de graduados em diversas áreas, com ênfase para a Hotelaria, com base na experiência desenvolvida neste campo pela Universidade do Algarve, onde vários centros de investigação têm fornecido importantes contributos para aumentar o conhecimento académico sobre o tema.

Numa perspetiva de cruzamento entre as dimensões das **políticas, com os recursos, as empresas e os utilizadores avançados**, para sustentar as intervenções de forma integrada, incidindo o foco nos subsectores onde se espera garantir os resultados mais eficientes e a título de exemplo, a Figura 4.9 revela onde se espera ser o foco prioritário de intervenção na área do Turismo.

Figura 4.9 – A articulação intersectorial – Domínio do Turismo



Fonte: CCDR Algarve – RIS3 Regional

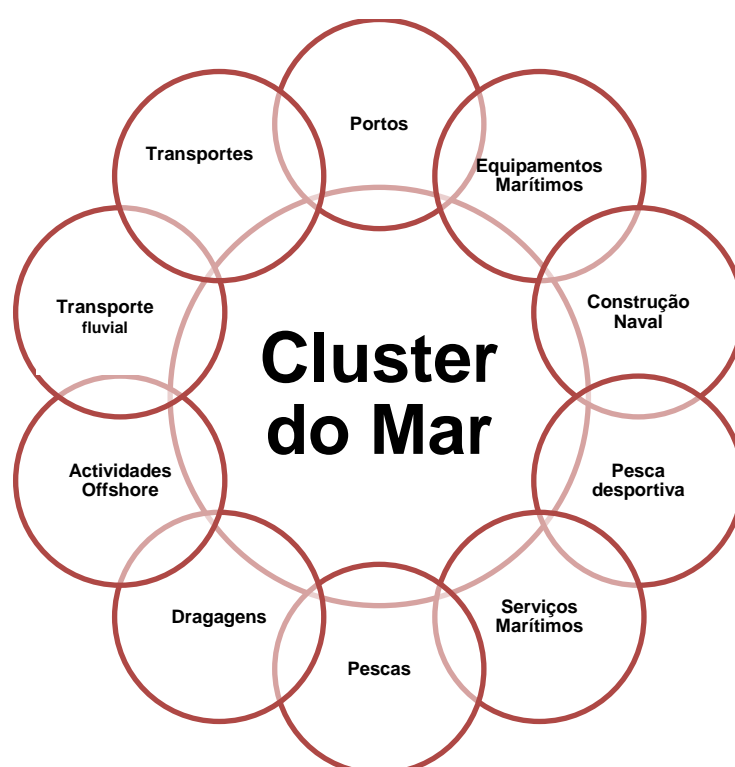
Tabela 4.8 - Análise SWOT do Turismo

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Existência de recursos capazes de acomodar e sustentar uma oferta turística qualificada e apoiar o desenvolvimento de produtos alternativos de qualidade: condições climáticas, biodiversidade, beleza cénica, diferenciação cultural; • Notoriedade - o Algarve é o principal destino turístico do país, com várias unidades de excelência; • Condições naturais / clima excelente para a prática de golfe e atividades náuticas; • A qualidade do ambiente e da paisagem da zona costeira, principalmente nas praias e zonas envolventes, marinas e portos de recreio; • Condições de segurança; • Boas ligações ao nível dos transportes; • Proximidade de mercados emissores, reforçada por ligações de baixo custo; • Fornecimento consolidado de formação profissional e educação e disponibilidade de mão-de-obra qualificada; • Capacidade de investigação relacionada com o turismo na Universidade do Algarve. 	<ul style="list-style-type: none"> • A concentração excessiva do turismo no produto "sol e mar" e num número limitado de mercados emissores; • Sazonalidade acentuada da atividade; • Processos burocráticos que dificultam a dinâmica do investimento e a utilização de equipamentos públicos existentes; • Falta de estratégia concertada (implementação); • Degradação do património histórico, juntamente com a pressão urbana no litoral, pode contribuir para a perda de atratividade; • Algum défice nos serviços de apoio na área da saúde; • Insuficiência de produtos complementares ao "sol e mar"; • Falta de eventos culturais com projeção internacional; • Centros de tomada de decisões setoriais localizadas fora da região.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Aumento dos fluxos internacionais de turismo; • A diversificação de produtos e mercados com base nos recursos locais e produções tradicionais, no know-how, e nas perspetivas de crescimento global (ecológico, cultural, de saúde, etc.); • Novos negócios, conhecimento e atividades de base tecnológica aproveitados pelo Turismo; • Condições favoráveis ao desenvolvimento do turismo sénior, desportivo e turismo de saúde; • Aumento da preocupação da indústria com a adoção de práticas de sustentabilidade em TIC e Inovação; • Desenvolvimento de produtos existentes com conteúdos inovadores e de valor acrescentado ligados ao meio ambiente, saúde e passeios de barco; • A crescente procura por produtos turísticos com maior valor acrescentado, associados ao mar, meio ambiente, cultura e património; • Contactos com parceiros internacionais para obter práticas de gestão e relações de mercado inovadoras; • Crescimento com base numa maior coordenação com outras cadeias de valor regionais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Atividade económica principal da região, com significativa perda de força nos últimos anos; • Aumento / crescimento de destinos concorrentes; • Localização periférica da região, agravada pelo alargamento da UE, para novos Estados-Membros, com destinos qualificados e mais baratos; • Mudanças na configuração do litoral reduzindo praias e destruindo falésias; • Pressão sobre a biodiversidade, a natureza e modelo de exploração dos recursos costeiros; • Redução da capacidade de recompor os fatores de competitividade dos produtos turísticos; • Alta rotatividade dos postos de trabalho de baixa qualificação, com efeitos negativos sobre a qualidade do serviço; • Dependência de operadores turísticos internacionais; • Aumento da dificuldade em atrair e manter IDE para o setor; • Incapacidade de competir globalmente em mercados tradicionais em face de novos destinos turísticos emergentes (com produtos semelhantes, mais agressivos e mais baratos).

4.2.2. MAR - AS ATIVIDADES MARÍTIMAS

O mar é um recurso estratégico para Portugal e decisivo para o Algarve. A sua importância é destacada nas diversas estratégias nacionais desenvolvidas ao longo dos anos, é transversal a toda a sociedade e engloba um conjunto complexo de atividades que vão desde o turismo e lazer, à energia e minerais, passando pela logística e transporte, pesca, aquicultura, processamento de pescado e serviços de apoio relacionados, ou ainda pelas atividades baseadas em I&D, num relacionamento estruturado no chamado conceito de hipercluster do mar³⁴. No entanto, muito está ainda por fazer, isto é, para implementar integralmente as estratégias definidas a nível nacional e de forma coordenada como é desejável³⁵.

Figura 4.10 - "Cluster" das atividades marítimas



Historicamente, o mar tem tido um papel importante nas atividades económicas regionais, da pesca ao comércio. As Ciências Marinhas têm-se desenvolvido nas últimas décadas ao ponto de se tornarem nas áreas principais de investigação científica da Universidade do Algarve. Na verdade, muitas das atividades do Hiper-cluster acima mencionadas estão presentes na região, embora com um carácter heterogéneo. Assim, o mar deve definitivamente ser visto como um recurso estratégico para a região, nas suas múltiplas facetas. Isso foi reconhecido na Agenda Regional para o Mar (CCDR Algarve, 2008), um documento que visa a estruturação de um Cluster do Mar no Algarve, ancorado em cinco áreas principais: **Pesca, Turismo, Investigação e Desenvolvimento, Infraestruturas e Cultura**³⁶.

³⁴ Ver: Ernâni Lopes, O Hypercluster da Economia do Mar, SAER (2009).

³⁵ Ver: Tiago Pitta e Cunha, Portugal e o Mar – à redescoberta da geografia, FFMS (2011).

³⁶ Ver: CCDR Algarve, Agenda Regional – Contributos para o cluster Mar Algarve (2008), pp. 119.

A pesca é historicamente uma área importante para a identidade regional e ainda fixa um número significativo de postos de trabalho nas zonas costeiras. Apesar dessa relevância generalizada, há uma ideia geral errada, de que o setor é improdutivo e que vive em declínio irreversível, marcado pela diminuição stocks de espécies de peixes importantes. No Algarve em particular, existem abundantes recursos oceânicos, uma frota pesqueira significativa e conhecimento tácito acumulado. Alguns indicadores económicos mostram a relevância das atividades da pesca na região no contexto do país, que, juntamente com a aquicultura, têm sido reconhecidos internacionalmente, sendo o produto exportado para países europeus e asiáticos, especialmente para o Japão.

Quanto ao número de pescadores a nível nacional, o Algarve representa cerca de um quinto do país (ver Tabela 4.9). Os pescadores licenciados registados nos portos do Algarve contabilizam cerca de 17% do país. No entanto, houve uma perda de cerca de 57,5% no período de 2000-2012, em comparação com a diminuição global nacional de 33,8% no mesmo período. No período de 2005-2012, a diminuição no Algarve foi de 18,6% e em Portugal foi de 8,4%.

Tabela 4.9 - Pescadores matriculados (2000, 2005, 2012) (Portugal e Algarve)

		2000	2005	2012	2000-2012
Portugal	No.	25.021	18.085	16.559	-33,8%
	%	100,0%	100,0%	100,0%	-
Algarve	No.	6.539	3.411	2.778	-57,5%
	%	26,1%	18,9%	16,8%	-

Fonte: CCDR Algarve, dados - INE.

A frota de pesca local representa cerca de um quinto da frota total de Portugal, embora no período 2006-2012, tenha registado uma diminuição no número de barcos superior à média nacional (18,68% no Algarve comparando com 15,72% em Portugal) (ver Tabela 4.10).

Tabela 4.10 - Navios de pesca registados com e sem motor (N. °) (2006, 2012) (Portugal e Algarve)

		2006	2012	2006-2012
Portugal	No.	5.521	4.653	-15,72%
	%	100,0%	100,0%	-
Algarve	No.	1.199	975	-18,68%
	%	21,7%	20,95%	-

Fonte: CCDR Algarve, dados - INE.

Em termos de produtividade, as capturas nominais, tanto em quantidade como em valor, têm vindo a diminuir de forma acentuada na região, já a nível nacional a quantidade capturada pouco variou entre 2000 e 2012, enquanto o valor capturado a nível nacional registou mesmo um acréscimo de quase 12% (ver Tabelas 4.11 e 4.12). Apesar disso, em 2012, o Algarve representou cerca de 68% em quantidade e 87% em valor dos crustáceos desembarcados, 14% dos peixes selvagens em quantidade e 13% em valor.

Tabela 4.11 - Capturas Nominais de pescado desembarcado (t) (2000, 2005, 2012) (Portugal e Algarve)

		2000	2005	2012	2000-2012
Portugal	t	152.188	145.656	151.343	-0,56%
	%	100,0%	100,0%	100,0%	-
Algarve	t	39.319	32.945	23.591	-40,00%
	%	25,8%	22,6%	15,6%	-

Fonte: CCDR Algarve, dados - INE.

Tabela 4.12 - Capturas Nominais de pescado desembarcado (€) (2000, 2005, 2012) (Portugal e Algarve)

		2000	2005	2012	2000-2012
Portugal	€	251.568	255.000	281.307	11,82%
	%	100,0%	100,0%	100,0%	-
Algarve	€	75.489	67.603	54.477	-27,83%
	%	30,0%	26,5%	19,4%	-

Fonte: CCDR Algarve, dados - INE.

Para garantir a sustentabilidade da atividade pesqueira, é essencial a criação de sistemas de gestão para evitar a sobre-exploração de recursos, permitindo aos pescadores obter um rendimento estável e serem capazes de se apropriarem de uma parte justa do valor criado ao longo da cadeia de distribuição, aumentando diretamente o seu rendimento e bem-estar. Nesta perspetiva, é essencial equilibrar o controlo das variáveis económicas associadas à atividade pesqueira, através da monitorização dos impactos da pesca sobre os recursos naturais. A este respeito, deve notar-se que o valor médio das descargas de pesca tem vindo a aumentar na última década, no Algarve, acima da média nacional (ver Quadro 4.13).

Tabela 4.13 - Valor médio do pescado descarregado (€ / kg) (2000, 2005, 2012) (Portugal e Algarve)

		2000	2005	2012	2000-2012
Portugal	€ / Kg	1,65	1,67	1,81	9,7%
Algarve	€ / Kg	1,92	1,95	2,29	19,3%

Fonte: CCDR Algarve, dados - INE.

Esta preocupação está presente na formulação da estratégia de desenvolvimento sustentável para o sector (cf. Plano Estratégico Nacional para a Pesca), no que se refere à "promoção da exploração sustentável dos recursos, ajustando os níveis do esforço de pesca para alcançar o rendimento máximo

sustentável e ao mesmo tempo diversificar as técnicas de produção, promovendo a produção de qualidade".

Salienta-se ainda que só na região do Algarve se concentram cerca de metade das Associações de profissionais da pesca, aquicultura, mercados e indústria transformadora. Este facto, se por um lado indica o pendor fortemente associativo do setor na região, por outro lado denuncia alguma atomização associativa e consequente perda de dimensão crítica, de conhecimento e de capacidade para intervir num plano mais alargado (Ex: participar em programas audazes de investigação aplicada, participar ativamente em planos integrados de gestão do setor, contribuir ativamente para a definição de legislação e outros instrumentos aplicáveis ao setor, etc.), pelo que o reforço / reorganização das estruturas associativas do setor deve ser uma prioridade para que estas se capacitem como verdadeiro instrumento de ação setorial.

No que concerne à aquicultura, o Algarve produziu em 2011, 35% do volume e 50% do valor da produção aquícola de Portugal (ver Tabela 4.14), estes impressionantes resultados estão ligados à existência de duas excelentes áreas de lagoa (a Ria Formosa e a Ria de Alvor) e à atividade das unidades aí licenciadas.

Tabela 4.14 - Produção dos estabelecimentos de aquicultura τ e (Mil €) (2005, 2011) (Portugal e Algarve)

		2005	2011	2005-2011
Portugal	t e (mil €)	6.698 (34.493)	9.166 (58.279)	36,8% (69,0%)
	%	100,0%	100,0%	-
Algarve	t e (mil €)	3.182 (19.233)	3.207 (29.263)	0,8% (52,1%)
	%	47,5% (55,8%)	35,0% (50,2%)	-

Fonte: CCDR Algarve, dados - INE.

Deve notar-se que apesar do bom desempenho, a região tem vindo a perder competitividade no período de 2005-2011, no contexto do país, especialmente em termos de valor total produzido. No entanto, o Algarve tem condições naturais favoráveis ao desenvolvimento da aquicultura, por via de uma produção feita utilizando sistemas extensivos e semi-intensivos (ver Tabela 4.15). Assim, estes recursos naturais devem ser explorados mais adequadamente, dado o potencial de mercado existente.

Uma outra questão a ser abordada é a prontidão dos processos de licenciamento e sobretudo, uma clara definição de competências das entidades públicas envolvidas. Este é particularmente o caso nas duas áreas acima mencionadas, onde a necessidade de preservar o património natural, muitas vezes entra em conflito com a exploração dos importantes recursos económicos, embora ambos possam e devam coexistir harmoniosamente.

Tabela 4.15 - Aquicultura produção por tipo de água e de sistema de produção (2011) (Portugal (continental, Algarve))

	Portugal (Continental)				Algarve			
	t	%	Mil €	%	t	%	Mil €	%
Total	9.166	100,0%	58.279	100,0%	3.207	100,00%	29.263	1
Água doce	1.115	12,16%	2.597	4,46%	0	0,00%	0	0,0%
Extensivo	0	0,0%	0	0,0%	0	0,00%	0	0,0%
Intensivo	1.115	12,16%	2.597	4,46%	0	0,00%	0	0,0%
Semi-intensivo	0	0,0%	0	0,0%	0	0,00%	0	0,0%
Águas marinhas e salobras	8.051	87,84%	55.682	95,54%	3.207	100,00%	29.263	100,0%
Extensivo	3.504	38,23%	29.024	49,80%	2.761	86,09%	26.221	89,60%
Intensivo	3.648	39,80%	21.179	36,34%	5	0,16%	53	0,18%
Semi-intensivo	899	9,81%	5.478	9,40%	441	13,75%	2.989	10,21%

Fonte: CCCR Algarve, dados - INE.

A aquicultura deve ser vista como uma atividade complementar à pesca, tanto na perspetiva de absorver o excesso de recursos humanos como na promoção da recuperação das unidades populacionais das espécies com as maiores taxas de consumo, que são, simultaneamente, as de maior valor comercial.

O Governo anunciou a intenção de duplicar a capacidade de produção do país, para abastecer o mercado interno, que consome três vezes mais pescado do que a média europeia, e que é dependente das importações para satisfazer a procura.

Assim, espera-se que tal intenção seja rapidamente materializada, devendo para tal o Governo promover maior celeridade e desburocratização nos procedimentos associados ao licenciamento e funcionamento da atividade, não negligenciando o controlo dos pontos críticos do processo, principalmente associados à superintendência dos recursos naturais / ambientais, às questões da segurança alimentar / saúde humana e ao potencial de conflitualidade entre as atividades económicas que disputam o mesmo espaço do domínio público marítimo.

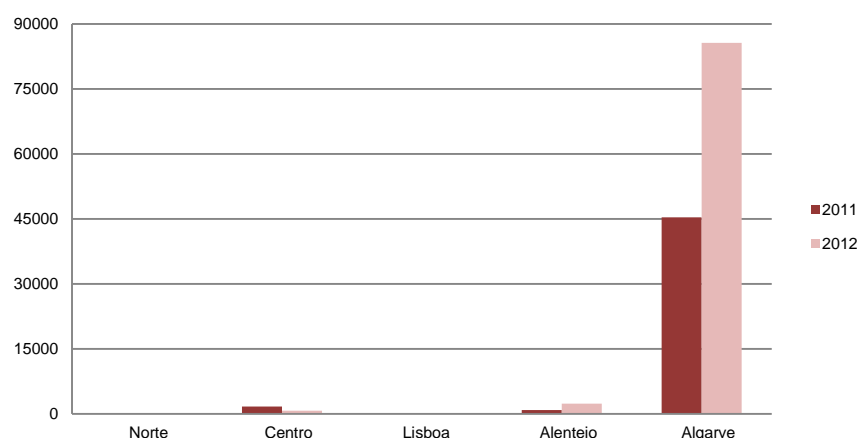
As prioridades estratégicas para os subsectores da pesca e aquicultura no Plano Estratégico Nacional para a Pesca compreendem:

- Promoção da competitividade do sector das pescas, no âmbito de uma adaptação aos recursos disponíveis e exploráveis;
- Reforço da inovação e diversificação da produção aquícola;
- Criação de mais valor e diversificação na indústria transformadora;
- Desenvolvimento sustentável das zonas costeiras mais dependentes da pesca.
- Devido às suas características, a aquicultura pode juntar-se à ciência e rapidamente transformar os avanços desta última para a produção de rotinas que geram maior retorno

económico. As iniciativas experimentais realizadas em áreas *offshore*, têm fornecido um modelo de alto potencial aquícola e com uma melhor integração com o ambiente circundante.

A salicultura é outra atividade relevante no Algarve. Em 2012, a região foi responsável por mais de 96% da produção de sal nacional (Figura 4.11). Nesse mesmo ano, a produção de sal marinho em Portugal Continental foi de 89 000 toneladas, com um aumento de cerca de 85% em relação a 2011, enquanto no Algarve cresceu 89%. A produção média anual em Portugal é de cerca de 2.500 toneladas por lagoa de sal, enquanto o Algarve registou a produtividade mais alta, cerca de 3.500 toneladas.

Figura 4.11 - Produção de sal marinho, por NUTS II 2011-2012

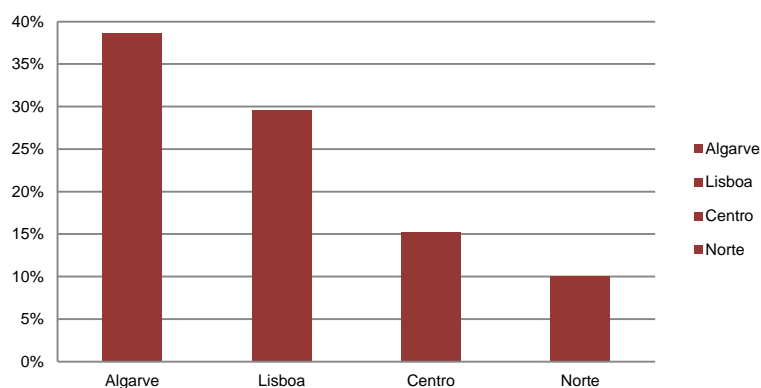


Fonte: CCDR Algarve, dados - INE.

A Universidade do Algarve e o IPIMAR (agora IPMA - Instituto Português do Mar e da Atmosfera) desenvolveram nas últimas décadas capacidade científica suficiente, que pode impulsionar este setor. É interessante notar a capacidade de interligação das várias unidades de I&D com empresas, em especial as de piscicultura. A intensidade crescente da aplicação da ciência em técnicas de produção pode dar origem a inovações que fortaleçam a competitividade de todo o setor. Uma área promissora de desenvolvimento é a chamada biotecnologia azul, onde a investigação e desenvolvimento baseada no mar pode dar origem a aplicações promissoras noutras áreas (por exemplo na saúde).

O desafio global para o sector do Mar será o da criação de uma cadeia de valor assimilando atividades heterogéneas que utilizam um recurso natural sensível. No campo da Pesca e da Aquicultura, a produção poderia ligar-se com a tradição produtiva regional de conservas de peixe, cujas unidades são ocasionalmente capazes de manter a diversificação de produtos e alguma capacidade de diferenciação (de qualidade e produção de inovações), bem como atividades de logística (instalações, armazenamento), transporte e distribuição. O mar também é um recurso importante para o turismo, a principal atividade económica da região, no desenvolvimento de vários produtos turísticos: sol e mar, cruzeiros, ecoturismo, náutico / recreativo. De fato, 38,6% de todos os operadores turísticos marítimos estão no Algarve (ver Figura 4.12).

Figura 4.12 - Operadores turísticos marítimos registrados (a partir de 2013/04/12)



Fonte: Turismo de Portugal, RNAAT.

As aplicações de I&D de base marítima também abrangem um potencial desbloqueador em diversas áreas (por exemplo, meio ambiente, biotecnologia azul, saúde, TIC), mas não há mecanismos de financiamento ao nível da região (por exemplo, capital de risco) para alavancar as atividades pré-competitivas necessárias e além disso, as instituições de intermediação não têm fornecido uma resposta satisfatória para colmatar a lacuna entre a investigação e o mercado.

A iniciativa Maralgarve é uma plataforma que pode, a curto prazo, ser um instrumento interessante e aglutinador para alavancar o desenvolvimento do cluster do mar no Algarve. No entanto, tal como nos restantes setores, também esta estrutura carece de consolidação da sua posição, por forma a demonstrar a sua real capacidade para dinamizar todo o setor na região, envolver todos os associados e demais interessados no desenvolvimento conjunto de projetos inovadores, capazes de acrescentar valor aos recursos locais do setor na região e assim servir de intermediário e real alavanca entre as iniciativas públicas, as privadas e o conhecimento, justificando por essa via eventuais mecanismos financeiros para reforço da capacitação institucional.

Numa perspetiva de cruzamento entre as dimensões das **políticas, com os recursos, as empresas e os utilizadores avançados**, para sustentar as intervenções de forma integrada, incidindo o foco nos subsectores onde se espera garantir os resultados mais eficientes, a título de exemplo, a Figura 4.13 revela onde se espera ser o foco prioritário de intervenção na área do Mar.

Figura 4.13 – A articulação intersetorial – Domínio do Mar



Fonte: CCDR Algarve – RIS3 Regional

Tabela 4.16 - Análise SWOT do Mar

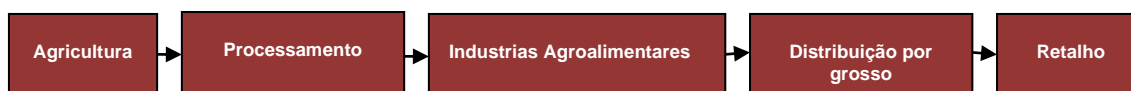
Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Região com a maior extensão de costa no continente; • Excelência da costa do Algarve (tanto em quantidade como qualidade); • Mercado consolidado para a pesca e aquicultura; • A pesca tradicional é uma componente importante da identidade regional; • Competência e dinâmica de várias unidades de investigação em Ciências do Mar; • Áreas Protegidas e Biodiversidade; • Existência de empresas exportadoras em várias áreas relacionadas com o mar (por exemplo, pesca, sal marinho, aquicultura, conservas, biotecnologia), com reconhecimento internacional; • Excelentes condições de solo e clima para culturas marinhas e bivalves; • Produtos de alta qualidade de empresas de aquicultura em resultado da modernização das unidades de produção. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de leilão de venda de peixe que beneficia os intermediários e induz a venda fora do mercado; • Frota de pesca desatualizada; • Conflitos entre várias atividades marítimas (por exemplo, turismo contra a pesca) para as zonas costeiras; • Pesca ilegal; • Complexidade do licenciamento de unidades de aquicultura; • Preponderância de micro empresas produtoras de moluscos; • Utilização ineficiente dos fundos nacionais e comunitários por sectores relacionados com o mar e a necessidade de se adaptarem os programas; • Fraca disseminação e absorção de conhecimento codificado resultante de investigação aplicada por empresas; • Cadeia de valor do mar não estruturada, tanto interna como externamente, com cadeias de valor complementares (por exemplo, Agroalimentar, turismo)
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Promoção concertada dos produtos do mar do Algarve (por exemplo, peixe, sal); • Localização geográfica estratégica entre o Oceano Atlântico e o Mar Mediterrâneo; • Contexto nacional e internacional favorável para o desenvolvimento integrado de atividades marítimas; • Reforçar as ligações com as atividades industriais (construção e reparação naval, conservas); • A crescente procura por produtos do mar em Portugal (com apenas metade a ser produzida internamente); • Mar Algarve, um instrumento na implementação da Estratégia Regional para o Mar; • Fortalecimento dos equipamentos dos portos de pesca; • Aumento da procura por atividades de ecoturismo; • Nichos de mercado para frutos do mar de alta qualidade (por exemplo, ostras e mexilhões), e conhecimento local especializado; • Instalações de aquicultura offshore; • Novas tecnologias (genética, nutrição, técnicas de gestão) permitem o desenvolvimento de serviços de nicho, a diversificação da produção e o aumento da produtividade; • Disponibilidade de conhecimento acumulado local e mão-de-obra qualificada; • Modernização da frota de pesca. 	<ul style="list-style-type: none"> • Poluição e esgotamento dos recursos marinhos; • Restrições à pesca reduzem a atratividade do setor; • Linha de costa sensível (por exemplo, erosão); • Baixa proporção do valor criado é apropriada pelos pescadores; • Envelhecimento da população do sector das pescas dificulta a renovação da atividade; • Descontinuidade de programas comunitários para apoiar as atividades relacionadas com o mar (em particular a pesca); • Pressão urbana / construção em áreas costeiras; • A concorrência dos países com condições climáticas mais favoráveis para a aquicultura (Grécia); • Múltiplos interesses e conflitos ambientais nos Parques Naturais localizados em zonas Natura e REN; • A aquicultura ainda é considerada como "perigosa para o ambiente"; • Dificuldade para atrair e fixar investimento estrangeiro.

4.3. SETORES EMERGENTES

4.3.1. AGROALIMENTAR

O sector agroalimentar é tradicionalmente visto como um setor com importância na economia regional. A sua cadeia de valor integra as atividades que se estendem desde a agricultura, à distribuição e marketing passando pela indústria. A cadeia de valor beneficia dos recursos existentes e da I&D. A experiência da Universidade do Algarve, a partir de Engenharia Alimentar, das Ciências Agrárias, também é importante.

Figura 4.14 – Cadeia de valor do agroalimentar



A importância do setor diminuiu consideravelmente nas últimas décadas. Tal deve-se principalmente ao declínio da agricultura, que era uma das principais atividades na região, mas que tem lutado para se modernizar e se manter competitiva por causa da pequena escala das explorações existentes, e dos tradicionalmente baixos níveis de educação dos empregadores e dos trabalhadores do setor. Além disso, a estrutura dessas produções primárias está fortemente subordinada ao poder do mercado da distribuição e compras, limitando o potencial para a recuperação económica.

A superfície agrícola utilizada e o número de explorações agrícolas diminuíram de fato drasticamente no período 2005-2009 (ver Tabelas 4.17 e 4.18). A base produtiva da agricultura perdeu força no contexto da região a um ritmo mais rápido do que no país.

Tabela 4.17 - Superfície agrícola utilizada (ha) (2005, 2009) (Portugal e Algarve)

	2005		2009		2005-2009
	ha	%	ha	%	ha
Portugal	3.679.587	100,0%	3.668.145		3.679.587
Algarve	106.225	2,9%	88.297		106.225

Fonte: CCDR Algarve, dados - INE.

Tabela 4.18 - Explorações agrícolas (N. °) (2005, 2009) (Portugal e Algarve)

	2005		2009		2005-2009
	No.	%	No.	%	No.
Portugal	323.920	100,0%	305.266		323.920
Algarve	144.721	4,5%	12.383		144.721

Fonte: CCDR Algarve, dados - INE.

Apesar da queda em vários indicadores que refletem a pouca importância do setor em termos de

emprego, volume de negócios e VAB da região, existem alguns sinais de recuperação, nomeadamente em termos de criação de empresas e investimentos (ver secções anteriores). Além disso, sob a pressão da crise económica, com a contração do mercado interno, a região tem registado alguns casos de sucesso interessantes com empresas dinâmicas a operar e competir nos mercados externos, por exemplo nos segmentos dos legumes e frutas ou das plantas ornamentais. Os principais fatores competitivos estão relacionados com a diferenciação e antecipação das produções e / ou das técnicas de melhoria da produção, bem como com a capacidade para melhorar tanto a produção como a sua expedição.

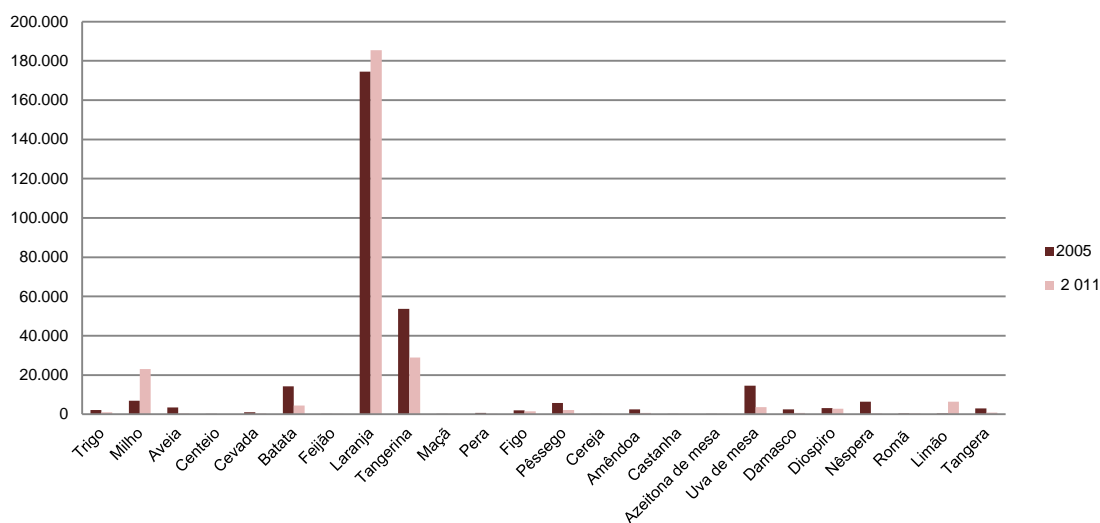
A região tem, de facto, algumas vantagens em ser melhor explorada:

- As ciências agrárias, a biotecnologia vegetal e a agricultura biológica são fatores de diferenciação no setor com ativos regionais capazes de realizar investigação aplicada em ligação com a indústria e com os produtores;
- Os citrinos e algumas culturas específicas (por exemplo, frutos vermelhos, morangos e a alfarroba), têm forte potencial para se desenvolverem no Algarve, e existem mercados externos potenciais, onde o seu valor pode ser totalmente explorado (por exemplo, para os aditivos alimentares);
- Os produtos tradicionais têm uma identidade reconhecida pelos consumidores, bem como a possibilidade de serem valorizados em nichos de mercado (por exemplo, biológico e gourmet).
- O Sector Agroalimentar no Algarve é caracterizado por uma série de atividades que têm algum potencial de inovação nos seus processos económicos e produtivos, mas que deve ser reforçada por uma série de elementos-chave.

A Qualidade e Certificação das produções são oportunidades essenciais para o fortalecimento da cadeia de valor. Nesse sentido, devem ser adotados sistemas de gestão de qualidade e segurança alimentar que garantam que as exigências dos consumidores e a legislação sejam acolhidas, recebendo o reconhecimento do mercado por esta prática e a respetiva diferenciação e valorização. A segurança alimentar é, de facto, uma área de grande importância à luz da defesa do consumidor e da necessidade de cumprir com as diretivas europeias relevantes e de conformidade com as especificidades que permitem o acesso a determinados mercados externos.

O desenvolvimento económico de atividades vinculadas a produções tradicionais, sejam atividades primárias ou de processamento, recuperou importância nos últimos anos, após um período de declínio. Apesar da redução tanto no volume de produção como no número de produtores (e do envelhecimento dos agricultores ativos / produtores / artesãos), houve também uma diversificação de explorações de produções tradicionais (ver Figura 4.15). Além disso, a capacidade de antecipar produções (colheita antes do período normal devido a condições climáticas), com elevados padrões de qualidade de frutas e legumes para exportação (por exemplo, bagas de frutas, frutas cítricas, saladas), juntamente com a qualidade da alfarroba e da cortiça produzida na região, são fatores distintivos, reconhecidos internacionalmente, ainda que limitado a poucos produtores, pelo que importa densificar e fortalecer a capacidade produtiva regional associada a estas produções.

Figura 4.15 - Produção das principais culturas (2005, 2011) (Algarve)



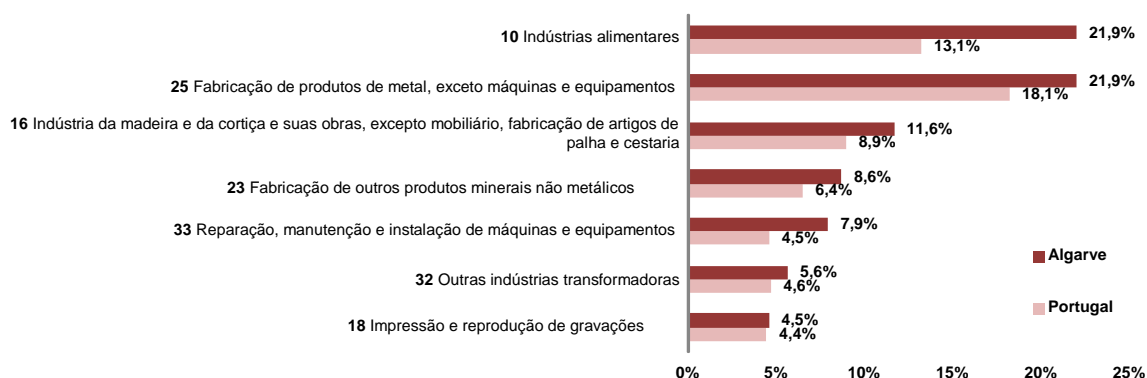
Fonte: CCDR Algarve, dados - INE.

Estas produções tradicionais exibem conteúdo inovador superior (por exemplo, o uso de alfarroba em doces regionais e padaria), novas embalagens com soluções de design e composição (por exemplo, sal marinho tradicional, doces de amêndoa e figo). No entanto, o relacionamento com o mercado baseia-se predominantemente em estratégias individuais e é dependente de intermediários, que antecipam uma parte da mais-valia. Além disso, a limitada capacidade de produção impede a expansão para mercados maiores, portanto, as estratégias devem concentrar-se em nichos.

Estes produtos também representam uma boa oportunidade para a regeneração e desenvolvimento económico das chamadas áreas de baixa densidade da região, onde são especialmente produzidos. A agricultura biológica é também um segmento interessante. Há uma tendência crescente de procura destes produtos e o seu valor excede o valor das produções agrícolas tradicionais equivalentes/convencionais.

No geral, a indústria agroalimentar no Algarve tem sido caracterizada por uma baixa incorporação de tecnologia e inovação. No entanto, as indústrias alimentares estão no segmento mais significativo do setor industrial da região (ver Figura 4.16). A indústria regional é condicionada pelo perfil de gestão, mas também por uma falta de pessoal qualificado para o trabalho industrial no nível intermédio. A disponibilidade de mão-de-obra qualificada em áreas científicas da Universidade do Algarve fortemente interligadas com a dinâmica do setor, pode constituir um fator de competitividade para as empresas regionais, facilitando a introdução de elementos inovadores na cadeia de valor.

Figura 4.16 - Distribuição das empresas industriais (%) de acordo com a CAE-Rev.3 (2010) (Portugal e Algarve)



Fonte: CCDR Algarve, dados - INE.

O aumento da produtividade dos processos de produção na cadeia de valor do sector agroalimentar requer mudanças significativas nas rotinas instaladas. Uma das atualizações a serem feitas é juntar as necessidades da produção, com os resultados da investigação científica no domínio das ciências agrárias:

- A investigação aplicada em biotecnologia tem um papel importante a desempenhar, contribuindo para aplicações produtivas que levam a uma maior produtividade das culturas agrícolas, incluindo frutas e verduras;
- A proteção integrada tem um campo de estudo no Algarve, com aplicações de grande interesse e com resultados experimentais confirmados;
- Melhores tecnologias de refrigeração, lavagem, secagem, refrigeração pós-colheita e embalagem, podem ter um impacto significativo sobre a competitividade da indústria, especialmente ao abordar o mercado internacional.

A inovação no agroalimentar³⁷ é altamente dependente da otimização dos processos de produção, automação, controlo e certificação. Esses fatores permitem uma resposta rápida às novas exigências da procura, novas marcas e embalagens. As TIC podem desempenhar um papel muito importante, seja ele de gestão de tecnologia, controle de qualidade e logística, juntamente com a promoção de infraestruturas de investigação e desenvolvimento relacionadas com a produção. A resposta para os desafios do sector agroalimentar deve considerar a dimensão como o fator crucial, distinguindo a produção média / grande da obtida partir das pequenas produções de carácter tradicional (por exemplo, a alfarroba e a produção de frutas e vegetais, especialmente frutas cítricas e outras frutas).

As abordagens são diferentes, mas em ambos os casos deve-se enfatizar a importância da qualidade e diferenciação das características da produção agroalimentar. Estas vantagens comparativas estão novamente associadas à escala de produção, que permite a possibilidade de aceder a mercados de maior valor e competir com outras produções.

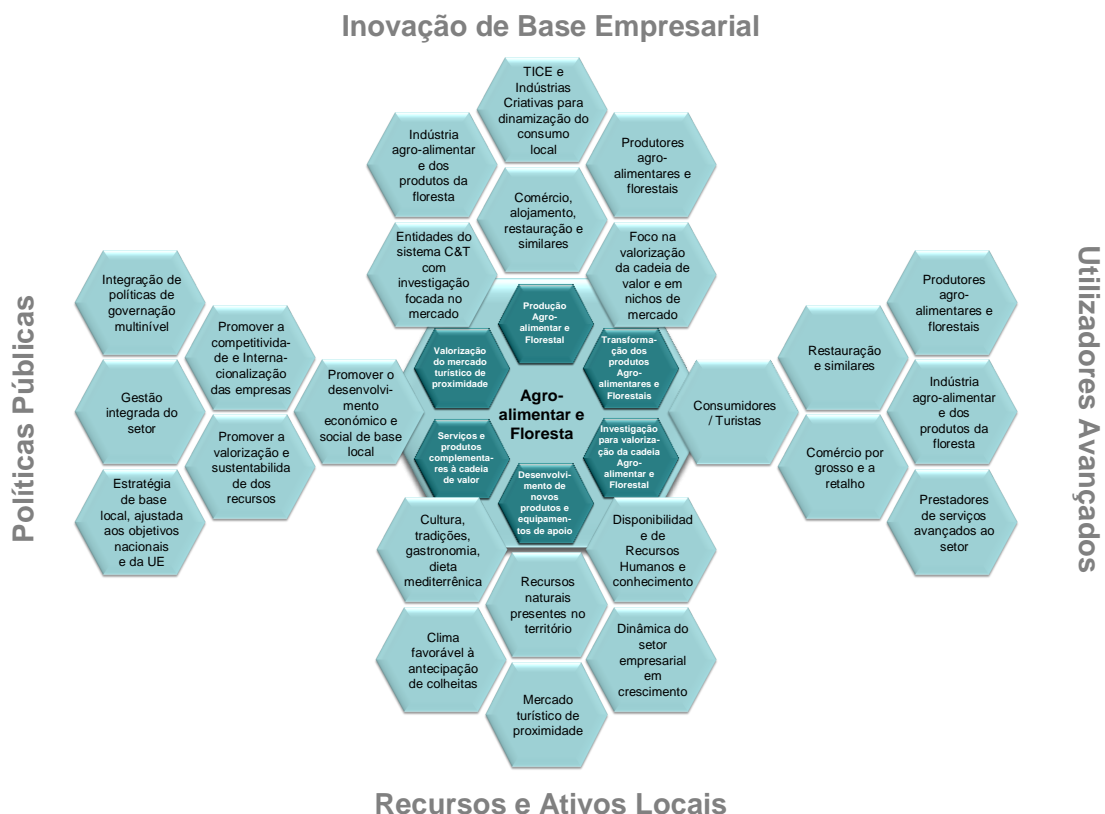
³⁷ A “nova” agricultura prossegue um paradigma de “agricultura de precisão” potenciando a emergência de tecnologias de apoio à atividade agrícola, com bons exemplos no Algarve que possibilitam competitividade global a algumas culturas regionais.

O fator crítico para produções de maior escala é uma ótima inserção em cadeias de distribuição, mais especificamente na deteção de grandes mercados importadores com elevado poder de aquisição. Assim, é importante que os atores envolvidos na cadeia de produção e os vários segmentos da procura, articulem as posições de cada um, em particular os agricultores, em projetos e iniciativas de cooperação empresarial, na definição dos requisitos e assistência técnica (por exemplo, atrair capitais e tecnologias e adaptá-los às produções regionais).

As produções de menor escala devem concentrar-se na definição de uma estratégia de negócios alinhada (por exemplo, uma marca regional ou um projeto de certificação de origem³⁸). Estas produções devem ter em conta as necessidades de outros setores, particularmente do turismo, e relacionarem-se diretamente com a hotelaria e com as empresas de catering. Os produtos devem ser avaliados na base das especificidades e particularidades regionais e estimulando a transmissão do saber-fazer tradicional, que se baseia em grande parte no conhecimento tácito. A procura regional para a produção agroalimentar ainda é altamente dependente das importações (ver Secção 3), e o mercado interno pode ser uma oportunidade a ser mais explorada.

Na perspetiva de cruzamento entre as dimensões das **políticas, com os recursos, as empresas e os utilizadores avançados**, para sustentar as intervenções de forma integrada, incidindo o foco nos subsectores onde se espera garantir os resultados mais eficientes, a título de exemplo, a Figura 4.17 revela onde se espera ser o foco prioritário de intervenção na área do agroalimentar.

Figura 4.17 – A articulação intersectorial – Domínio do Agroalimentar



Fonte: CCDR Algarve – RIS3 Regional

³⁸ Os produtos "gourmet" estão associados a um turista mais sofisticado e podem associar-se também à "Dieta Mediterrânica". A conjugação dos dois, cria sinergias positivas na imagem externa.

Tabela 4.19 - Análise SWOT do setor Agroalimentar

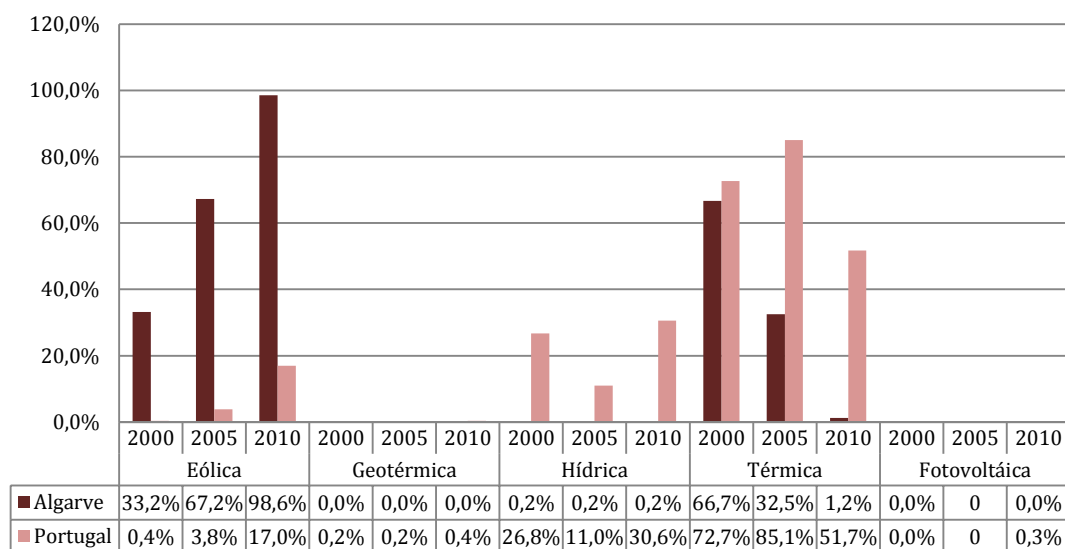
Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Condições climáticas favoráveis e solos com elevados níveis de fertilidade; • Tradição regional na indústria agroalimentar; • Capacidade produtiva de espécies de elevado desempenho que transcendem o mercado local (por exemplo, citrinos, alfarroba e frutos vermelhos); • Composição diversificada de pomares de citrinos que permitem longos períodos de produção; • Experiência com projetos de investigação sobre vários temas específicos para as qualificações tecnológicas do setor; • Disponibilidade de <i>know-how</i> tecnológico; • Existência de alguma capacidade agroindustrial instalada; • Produtos regionais específicos com valor de mercado, mas que necessitam de certificação, de organização e marketing; • Alguma cooperação nos domínios da investigação, redes comerciais e processamento industrial da produção primária; • Instalações e capacidade de conservação da produção agroalimentar no Mercado Abastecedor de Faro (MARF). 	<ul style="list-style-type: none"> • Deficiente organização dos produtores e da capacidade de concentrar a oferta; • Ação insuficiente a jusante da cadeia de valor (promoção e marketing); • Trabalho de baixa qualificação; • Modernização insuficiente de empresas existentes, limitada pela baixa adoção tecnológica; • Dificuldades no fornecimento de mão-de-obra sazonal, com baixas qualificações; • A procura está concentrada na grande distribuição, enfraquecendo a posição negocial dos produtores; • Dificuldade em atender os requisitos para aceder aos apoios do FEOGA; • A associação e organização deficitária da produção primária, enfraquecem a estruturação de redes de comercialização; • Os elevados custos do licenciamento da agro-indústria.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • O uso do "Algarve" como indicação geográfica para a diferenciação do produto; • O turismo pode ser um veículo para promover a produção regional (por exemplo na gastronomia); • Reforçar a cooperação nos domínios da investigação, redes comerciais e de transformação; • O mercado regional pode absorver produções frescas e tradicionais; • Criação de quintas, revitalizando o setor; • Reforço do posicionamento internacional da alfarroba, dos morangos e das bagas; • Integração do agroalimentar com outras atividades (por exemplo, artesanato, turismo); • Fortalecer a capacidade de investigação da Universidade do Algarve; • Valorização de ervas e aromáticos e produtos de origem biológica; • Novas culturas (por exemplo, hidroponia, subculturas tropicais); • Maior abertura dos consumidores às produções regionais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades na diferenciação dos produtos regionais contra produtos de baixa qualidade com menor preço; • Declínio da agricultura tradicional mediterrânica (posicionamento de mercado, envelhecimento da população, falta de inovação); • Exposição à concorrência de regiões mais competitivas (por exemplo, Andaluzia); • Produções do Mediterrâneo condicionadas pela PAC; • Degradação ambiental; • Elevada sazonalidade das produções pode limitar o crescimento do setor; • Falta de investimento público e privado em áreas do interior; • Alto custo da energia (eletricidade e combustíveis); • Utilização de processos de baixa intensidade tecnológica.

4.3.2. ECONOMIA VERDE

As principais atividades da cadeia de valor regional de energias renováveis, estão relacionadas especialmente com as áreas da energia solar consultoria e instalação de energia, onde a atividade empresarial é mais intensa.

A energia eólica tem sido a principal fonte de produção de energia renovável no Algarve, com uma quota de 98,6% em 2010, e com um aumento constante desde 2000 (ver Figura 4.18) e é hoje a principal fonte energética regional.

Figura 4.18 - Quota de produção bruta de energia elétrica (%) por tipo de produção de energia (2000, 2005, 2010) (Portugal e Algarve)



Fonte: CCDR Algarve, dados - INE.

A aprovação, em 2002, do programa E3 (Eficiência Energética em Edifícios) e E4 (Eficiência Energética e Energias Endógenas), abriu um mercado de consultoria em eficiência energética e para o desenvolvimento de vários projetos financiados pela Comunidade para a adoção de medidas com vista à eficiência energética em edifícios públicos. Isso tem promovido o aparecimento de diversas empresas ligadas aos serviços especializados, sejam elas de consultoria e engenharia ou de instalação de equipamentos.

A existência de procura de nicho (por exemplo, dos estrangeiros residentes), permitiu a penetração e desenvolvimento de algumas PME no Algarve. O mercado da construção também beneficiou a expansão da utilização de energias renováveis. Também os hotéis e resorts se têm preocupado em adotar estas tecnologias, no entanto, com a crise económica, o declínio da construção e das atividades imobiliárias, outros nichos promissores estão em desenvolvimento, como as aplicações na agricultura, uma atividade que está novamente a gerar emprego.

O Algarve reúne uma série de condições essenciais que podem levar ao desenvolvimento de uma cadeia de valor dinâmica em Energias Renováveis:

- Condições climáticas adequadas para o aproveitamento da energia solar, eólica e das marés;
- Região com o maior número de horas de sol e com pouca variação ao longo do ano³⁹;
- Existência de centros de investigação académica e experiência ativa de cooperação com empresas e entidades públicas (por exemplo, escolas);
- Conhecimento acumulado pelas empresas que operam no sector;
- Experiência de cooperação em projetos-piloto parcerias público-privadas.
- Relevância social e política da questão energética no momento, principalmente pela necessidade de alternativas aos combustíveis fósseis;
- Necessidade de incorporar soluções técnicas adequadas nos edifícios;

Estas oportunidades devem ser exploradas ao máximo, pois elas são fundamentais para cumprir as metas relacionadas com o fornecimento de energia (sustentabilidade e eficiência), e contribuem para a diversificação da economia regional (competitividade e emprego), através do estabelecimento de ligações ao longo da cadeia de valor, a montante e a jusante e com outros sectores (TIC, desenvolvimento de produtos, I&DT, Turismo).

No entanto, para a consolidação das Energias Renováveis como um setor estratégico para o Algarve é necessário um fator crucial, o desenvolvimento de tecnologias na região. A maioria das tecnologias utilizadas na região não são aqui produzidas (são importadas ou adquiridas no mercado interno), e a região é carente de meios para desenvolver esta área. Além disso, as linhas de I&D da Universidade do Algarve estão essencialmente relacionadas com a construção, a gestão da construção, a monitorização e avaliação do consumo de energia e, portanto, não estão direcionadas para o desenvolvimento tecnológico em si.

Portanto, a estratégia deve enfatizar uma “subida” na cadeia de valor, para atividades a montante (desenvolvimento de tecnologia e produção), dado que existe mercado para essas tecnologias, bem como conhecimentos técnicos locais a nível de instalação e utilização, onde a Universidade do Algarve tem sido ativa no fornecimento de mão de obra qualificada, e com a investigação que está a fazer na energia solar, energia eólica, biomassa / biocombustíveis, energia das marés, entre outras.

A intenção de evoluir para uma região **Carbono Zero** obriga a que todo o território assuma responsabilidades nestes domínios, no balanço de compensações e emissões entre litoral e interior.

Os domínios da economia verde, em particular a valorização económica dos resíduos, devem assumir neste contexto estratégico uma dimensão relevante.

Observando o cruzamento entre as dimensões das **políticas, com os recursos, as empresas e os utilizadores avançados**, para sustentar as intervenções de forma integrada e incidindo o foco nos subsectores onde se espera garantir os resultados mais eficientes, a título de exemplo, a Figura 4.19 revela onde se espera ser o centro das prioridades de intervenção na área das Energias Renováveis.

³⁹ European Commission, Joint Research Centre, Institute for Energy: <http://re.jrc.ec.europa.eu/pvgis/>

Figura 4.19 – A articulação intersetorial – Domínio das Energias Renováveis



Fonte: CCDR Algarve – RIS3 Regional

Tabela 4.20 - Análise SWOT das Energias Renováveis

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • O consenso político sobre a necessidade de alternativas aos combustíveis fósseis; • Excelentes condições naturais para o desenvolvimento da energia solar, biomassa, eólica e energia das marés; • A crescente procura por produtos e serviços relacionados com as energias renováveis; • Grandes hotéis e resorts estão a adotar cada vez mais medidas de eficiência energética; • Número significativo de empresas prestadoras de serviços e equipamentos relacionados com energias renováveis (principalmente solar); • Mapeamento das condições regionais de vento, sol e biomassa (AREAL). 	<ul style="list-style-type: none"> • Habitações pequenas que carecem de recursos para adotar novas práticas e utilizar fontes de energia renováveis; • Articulação limitada entre as empresas de energias renováveis (foco em estratégias individuais); • Falta de fornecedores locais de tecnologia; • Plano Energético Regional desatualizado; • Análise de custo / benefício de investimentos em energias renováveis ainda dependente de financiamento público.

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Área estratégica para o Horizonte Europa 2020; • Setor de construção cada vez mais interessado em adotar soluções de eficiência energética em edifícios; • A consciência dos consumidores intermédios e finais sobre as questões de eficiência energética; • Legislação na área da eficiência energética e energias renováveis, incluindo o novo regime para os edifícios; • Programas Nacionais e comunitários com foco na energia; • Utilização de energias renováveis em edifícios públicos e utilitários (por exemplo, ETAR's). 	<ul style="list-style-type: none"> • Lenta adoção de novas fontes de energia na Região; • Redução de incentivos fiscais para a aquisição de equipamentos e serviços focados em consumidores finais; • Declínio do setor de construção pode limitar o mercado para novas instalações; • Resistência à introdução de soluções de energia renovável em resultado da comparação de custos com outras soluções.

4.3.3. SAÚDE E CIÊNCIAS DA VIDA

A cadeia de valor das Ciências da Saúde e da Vida, ainda perspectiva alcançar um impacto económico importante na região. Esta é uma área central da Universidade do Algarve, e o seu desenvolvimento parece estar intimamente ligado ao Turismo (acessível e de recuperação), um potencial que ainda está por desencadear.

Os progressos na prestação de cuidados de saúde no Algarve nas últimas décadas têm sido dificultados pela necessidade de racionalizar a despesa pública relacionada com a saúde. Tal resultou numa diminuição do número total de camas nos hospitais e centros de saúde (ver Tabelas 4.21 e 4.22). Este problema agrava-se durante os meses de época alta, quando o fluxo de turistas leva à saturação das infraestruturas, incluindo as unidades de saúde.

Tabela 4.21 - Camas (N. º) nos hospitais e centros de saúde (2005, 2010) (Portugal e Algarve)

	2005			2010			2005-2010		
	Hospitais	Centros de Saúde	Total	Hospitais	Centros de Saúde	Total	Hospitais	Centros de Saúde	Total
Portugal	37.372	996	38.368	35.625	385	36.010	-4,7%	-61,3%	-6,1%
Algarve	849	134	983	923	11	934	8,7%	-91,8%	-5,0%

Fonte: CCDR Algarve, dados - INE.

Tabela 4.22 - Camas (lotação praticada) nos estabelecimentos de saúde por 1000 habitantes (N. º) (2005, 2010) (Portugal e Algarve)

	2005	2010
Portugal	3,6	3,4
Algarve	2,4	2,1

Fonte: CCDR Algarve, dados - INE.

Ainda assim, provavelmente devido ao acesso limitado aos serviços públicos, e para suprir a necessidade de abordar o mercado de origem externa composto por visitantes, turistas, e residentes estrangeiros, nos últimos anos registou-se a abertura de várias unidades privadas de saúde, as quais têm contribuído para melhorar a qualidade global do serviço na região.

Por outro lado, a prestação de cuidados integrados de saúde ao longo do ciclo de vida (por exemplo, os enfermeiros de clínica geral, ou ambulatório ou em casa), os serviços de saúde pública em várias áreas (por exemplo, a autoridade de saúde, saúde ambiental, imunização), são outros dos progressos registados.

Uma iniciativa notável é o Centro de Medicina Física e Reabilitação, operando numa parceria público-privada, dedicada ao tratamento e recuperação das consequências motoras de acidentes, derrames e doenças cardíacas.

A Universidade do Algarve tem proporcionado profissionais treinados em atividades relacionadas com a saúde (por exemplo, de enfermagem). O grau de Medicina vai disponibilizar os primeiros médicos a curto prazo, contribuindo para o fornecimento de mão-de-obra qualificada na região. As ações de formação são reforçadas por importantes recursos de I&D, direta e indiretamente relacionados com Ciências Biomédicas, cujo tamanho e escala podem constituir as sementes para um potencial "cluster" biomédico na Região.

Esses desenvolvimentos podem proporcionar condições avançadas para a criação de massa crítica em termos de capacidade de investigação e desenvolvimento experimental. Há ainda que abordar a falta de mecanismos financeiros (por exemplo, capital de risco) que possam contribuir para o suprimento dessa lacuna. Embora a oferta de profissionais e técnicos qualificados tenha sido satisfatória, têm sido desenvolvidas algumas atividades empreendedoras e inovadoras. A cadeia de valor tem, portanto, falta de atores privados que possam transformar os esforços de investigação em produtos e serviços competitivos.

Uma área promissora de desenvolvimento parece ser a reabilitação, com base num mercado crescente de residentes estrangeiros que fluem para a região em busca de boas condições climáticas para desfrutar da sua reforma. Outro recurso natural importante a ser levado em consideração nesse sentido é o complexo termal das Termas de Monchique, localizado na Serra de Monchique. As águas são especialmente indicadas para o tratamento de doenças respiratórias e distúrbios músculo-esqueléticos. A infraestrutura é particularmente adequada para o Turismo de Saúde, um dos segmentos que podem contribuir para a afirmação do potencial turístico do Algarve.

O setor de saúde no Algarve dispõe de um conjunto de equipamentos e atividades que podem ser as sementes para o desenvolvimento de uma dinâmica de "cluster" sustentável. De momento, a iniciativa privada é dirigida principalmente à prestação de serviços típicos de saúde. O desenvolvimento estratégico deve concentrar-se na prestação de cuidados de saúde em conexão com a principal atividade económica, o Turismo. As respostas específicas de alocação de recursos humanos e financeiros (públicos) e capacidades devem atender às necessidades da população residente e apoiar planos de contingência eficazes para a ocupação turística do pico do verão.

O desenvolvimento de cadeias de produto mais complexas, que poderão permitir o reposicionamento da região em segmentos menos dependentes do contexto sazonal, como é o caso do **turismo sénior** (em forte articulação com as componentes do turismo de saúde e bem estar e do turismo cultural, tendo por base um território acessibilizado), pode ter um papel estruturante na dimensão competitiva de uma região que se quer economicamente competitiva todo o ano.

O Hospital Central, intimamente ligado com os recursos existentes na Universidade do Algarve, poderia constituir uma força motriz para o desenvolvimento de um cluster biomédico eficaz, mas a suspensão do projeto significa que uma parte significativa dos recursos humanos treinados na região pode fluir para outro lugar, e o descolar do setor na região pode estar comprometido.

Na perspetiva do cruzamento entre as dimensões das **políticas, com os recursos, as empresas e os utilizadores avançados**, para sustentar as intervenções de forma integrada e incidindo o foco nos subsectores onde se espera garantir os resultados mais eficientes, a título de exemplo, a Figura 4.20 revela onde se espera ser o centro das prioridades de intervenção na área das Ciências da Saúde e da Vida.

Figura 4.20 – A articulação intersectorial – Domínio das Ciências da Saúde e da Vida



Fonte: CCDR Algarve – RIS3 Regional

Tabela 4.23 - Análise SWOT das Ciências da Saúde e Vida

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Melhorias na prestação de serviços de saúde em quantidade (indicadores dos recursos humanos da atividade), qualidade (indicadores de saúde); • Concentração no uso de novas tecnologias e metodologias inovadoras para a gestão e operação de serviços de saúde; • Processos de qualidade e certificação de serviços e / ou instituições de saúde; • População estrangeira residente com elevados rendimentos; • Crescente interesse em investir em I&D biomédica; • Papel do CRIA em articulação institucional para auxiliar a criação de novas empresas; • Implementação do grau de Medicina na Universidade do Algarve; • Laboratório Regional de Saúde Pública; • Aplicação generalizada das novas tecnologias no funcionamento dos serviços de saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades e assimetrias no acesso aos cuidados de saúde pública; • Necessidade de reforçar a coordenação e integração entre os diferentes níveis de atenção (primária, secundária e contínua); • Orientação para a excelência e resultados dos modelos de gestão de recursos; • Proporção insatisfatória de utilizadores / médicos, agravada durante o verão; • Escassez de empresas na área da saúde / biotecnologia.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Crescente massa crítica nas áreas de saúde e ciências biomédicas; • Produção de legislação com implicações em várias áreas do (por exemplo, cuidados de saúde primários, especialidade, reabilitação, organização hospitalar); • Reorganização dos serviços regionais e sub-regionais; • Crescente interesse do setor privado na prestação de cuidados de saúde; • Programas de Financiamento de Ciências da Saúde e empresas de base tecnológica; • Entidades regionais (públicas, privadas e associativas) reconhecem a importância da estratégia do sector da saúde para o desenvolvimento do turismo na Região; • Crescente importância como um local "off-season" para os clubes desportivos; • Crescente procura por serviços de reabilitação / fisioterapia por estrangeiros idosos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Incapacidade de se adaptar a novos arranjos institucionais para o financiamento; • Cortes na despesa pública relacionada com a saúde podem limitar a adoção de novas tecnologias e tratamentos; • As restrições orçamentais; • Suspensão do investimento na construção do Hospital Central do Algarve e a falta de recursos financeiros pode dificultar o desenvolvimento de um "cluster biomédico" na região; • Sector biomédico altamente competitivo pode impedir o desenvolvimento de iniciativas empresariais de pequena escala.

4.3.4. TIC E ATIVIDADES CRIATIVAS

As TIC são nas suas mais variadas formas e aplicações, tecnologias facilitadoras essenciais e, portanto, têm uma natureza difusa, espalhando-se por todos os setores. No Algarve, a adoção dessas tecnologias tem aumentado ao longo dos últimos anos. A importância definitiva da internet para o turismo exigiu que as empresas locais, operadores e fornecedores de tecnologia, desenvolvessem várias iniciativas, com exemplos positivos, por exemplo em plataformas de reserva on-line e de marketing.

Empresas de outros setores (por exemplo, agro-indústria), principalmente as que operam em mercados externos também se têm aliado na implementação de TIC e tecnologias de sistemas inteligentes (por exemplo, gestão da produção, gestão da água).

O sector público regional também desenvolveu uma gama de serviços e competências de governo eletrónico, contando com a iniciativa Algarve Digital. As autoridades locais adotaram sites com funcionalidades semelhantes, facilitando o relacionamento com os cidadãos.

Foram ainda implementados vários pontos em áreas públicas para acesso à internet Wi-Fi. Alguns municípios estão também envolvidos em projetos conjuntos, na sua maioria financiados por programas de apoio público, com vista à modernização, estruturação e racionalização dos processos de gestão e fluxo de trabalho interno. Também a promoção institucional da região na Web registou melhorias significativas.

Estes desenvolvimentos estão ligados à mão-de-obra qualificada que a Universidade do Algarve tem sido capaz de fornecer, a qual tem proporcionado neste campo, ao longo dos anos, o aparecimento de um número significativo de pequenas empresas. A competitividade do setor aponta para a necessidade de estabelecer parcerias estratégicas com empresas estrangeiras e centros de conhecimento, induzindo efeitos positivos sobre as empresas, e divulgando boas práticas derivadas de experiências anteriores, integrando empresas regionais no mercado global.

O desenvolvimento de um conjunto coerente neste domínio não parece viável a curto prazo. Embora existam recursos de conhecimento e dinâmicas locais positivas no setor público, a dinâmica do setor privado mantêm-se inalterada. O setor privado é caracterizado pela existência de poucas médias e grandes empresas, e uma infinidade de pequenas iniciativas individuais, por falta de consistência e coordenação.

Além disso, o setor das TIC no Algarve está tradicionalmente ligado à procura do turismo e do setor público. Num período em que a crise económica afetou severamente o turismo e as atividades correlacionadas, e os gastos das autoridades públicas estão drasticamente reduzidos, as perspetivas para a manutenção de um sector das TIC dinâmico devem ser dirigidas noutro sentido, nomeadamente para a procura externa e para o desenvolvimento de ferramentas à medida capazes de responder de forma mais adequada às necessidades do mercado regional, particularmente de alguns setores / nichos que revelam maiores dificuldades de articulação entre si ou com o mercado.

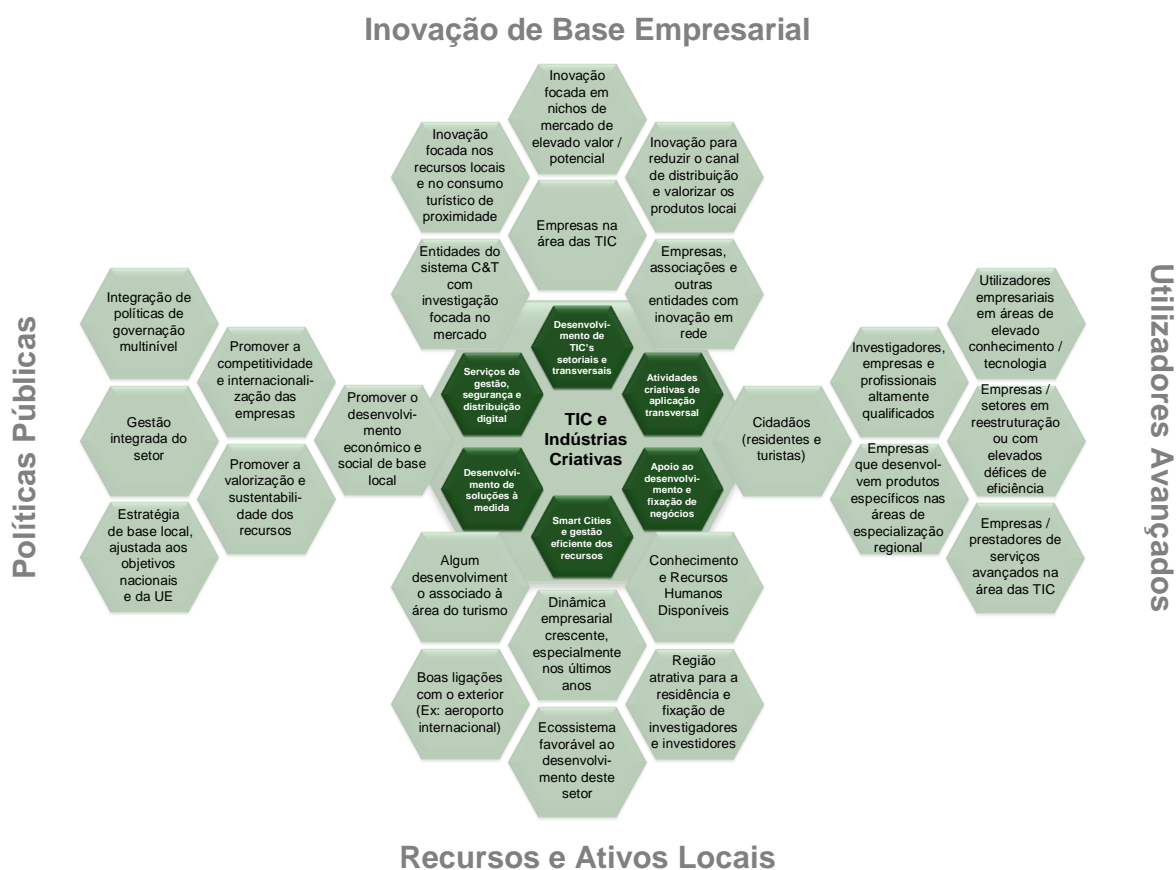
A competição internacional pode ser uma alternativa promissora ainda que desafiadora, devido à presença das multinacionais. Assim, o objetivo deve ser o de apontar novamente a nichos de mercado, e devido à sua natureza difusa, as TIC podem contribuir para consolidar as ligações entre as cadeias de valor mais dinâmicas e processos produtivos mais complexos da região. O mar parece ser um campo promissor, onde várias iniciativas recentes de pequena escala, apoiadas por uma forte componente de Investigação e Desenvolvimento, provaram que este pode ser o caminho a seguir.

As aplicações digitais multimédia, também têm sido uma área com dinâmicas interessantes, devido às baixas barreiras de mercado, às iniciativas despoletadas na Universidade do Algarve, à fertilização cruzada com as indústrias criativas (p.ex. design, animação ou cinema). Como resultado, essas iniciativas não têm escala e enfrentam a forte concorrência internacional.

Também é relevante destacar que, mesmo que a RIS3 Algarve não esteja diretamente envolvida nas prioridades de crescimento digital, com um quadro estratégico explícito, o Algarve implementou com sucesso o Programa Algarve Digital e tem uma Agência de Desenvolvimento Regional focada na Sociedade da Informação (Globalgarve). Como uma das prioridades temáticas da RIS3, as TIC relacionam-se diretamente com o crescimento e com as ambições da agenda digital.

Considerando o cruzamento entre as dimensões das **políticas, com os recursos, as empresas e os utilizadores avançados**, para sustentar as intervenções de forma integrada e incidindo o foco nos subsectores onde se espera garantir os resultados mais eficientes, a título de exemplo, a Figura 4.21 revela, onde se espera ser o centro das prioridades de intervenção na área das TIC e Atividades Criativas.

Figura 4.21 – A articulação intersectorial – Domínio das TIC e Atividades Criativas



Fonte: CCDR Algarve – RIS3 Regional

Tabela 4.24 - Análise SWOT das TIC e Atividades Criativas

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento codificado na Universidade do Algarve; • Centros de I&D da Universidade com parcerias e projetos internacionais; • Dinâmica de equipamentos de retalho e PME de software; • Melhores práticas no uso da Internet nos serviços públicos (Algarve Digital); • Empresas de alojamento turístico que são casos exemplares dos benefícios do e-commerce; • Democratização das TIC; • Crescente colaboração entre a academia e as empresas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Grupo restrito de empresas privadas com atividades inovadoras; • Baixa propensão para a utilização de práticas de e-commerce; • Acesso às TIC pode ser dificultado devido a cortes de gastos públicos; • Escassa notoriedade do projeto Algarve Digital; • Falta de sistemas de financiamento para apoiar start-ups e desenvolvimento de novos produtos / serviços.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Serviços baseados em TIC e multimédia podem ser prestados remota e globalmente; • Contexto dinâmico para o desenvolvimento das indústrias criativas; • Evolução contínua no domínio das TIC a nível mundial; • Penetração das TIC promove a expansão para novas áreas e setores; • Operadoras de Turismo precisam de sistemas eficientes de TI (por exemplo, reservas). 	<ul style="list-style-type: none"> • Penetração limitada das TIC nas empresas, apesar do aumento do investimento das PME nesta matéria; • Presença limitada de empresas na Web; • Divisão Digital.

Página propositadamente em branco

5. QUADRO ESTRATÉGICO PARA O ALGARVE



Página propositadamente em branco

5.1. RUMO À RIS3 ALGARVE

5.1.1. A EXPERIÊNCIA DO PLANO REGIONAL DE INOVAÇÃO 2007

A definição da atual estratégia RIS3 beneficiou da experiência anterior de preparação da estratégia regional de inovação na região. O último exercício, o Plano Regional de Inovação do Algarve 2007 (PRIAlgarve) foi uma iniciativa da CCDR Algarve, elaborado pelo Centro Regional para a Inovação do Algarve (CRIA), a divisão da Universidade do Algarve focada na transferência de tecnologia e nas relações universidade-empresas.

O trabalho técnico-científico da presente proposta de Especialização Inteligente (RIS3), é composto por três áreas principais:

- A análise de documentos (compreendendo a análise crítica de subsídios elaborados anteriormente como o Projeto ETTIRSE, o Programa INOVA Algarve, o Programa Operacional Regional 2007-2013), outra documentação estratégica regional, uma avaliação setorial com base em informações estatísticas e outros documentos disponíveis ao público em diversos departamentos da administração, associações empresariais e estudos académicos realizados na Universidade do Algarve;
- As entrevistas, e as reuniões temáticas feitas com diversos atores regionais, incluindo associações empresariais, organizações de setores-chave e investigadores em unidades de I&D da região, bem como, em visitas a empresas com atividades inovadoras e recursos relevantes de I&D;
- E as sessões de "*brainstorming*", envolvendo os membros do CRIA e investigadores de várias unidades de I&D da Universidade do Algarve.

O PRIAlgarve foi lançado no momento adequado para a região, após a elaboração do Plano de Ordenamento do Território e da estratégia regional 2007-2013. Na sequência da ambição para a região indicada neste último documento, o PRIAlgarve definiu uma visão para a consolidação do sistema regional de inovação, organização, captação de recursos e competências de excelência para o Algarve.

O processo de preparação, negociação e aprovação do Programa Operacional Regional do Algarve para o período 2007-2013 (POAlgarve21) com a Comissão Europeia, deveria ter fornecido e estabelecido (a nível nacional) os instrumentos de financiamento e as condições de enquadramento para alcançar os objetivos estratégicos e operacionais do PRIAlgarve. No entanto, os resultados ficaram aquém do que foi planeado. Assim, a redução do financiamento do FEDER no POAlgarve21, traduziu-se em menos apoio financeiro direto para os programas e projetos propostos pelo plano regional de inovação. Mais importante ainda, houve um maior grau de centralização do poder de decisão durante este período, manifestando a ausência de instrumentos de política regionais, necessários para implementar a estratégia de inovação prescrita no PRIAlgarve.

Combinado com a falta de dinamismo dos agentes económicos, tal significou que poucos objetivos foram parcialmente atingidos, indiretamente, ou através de iniciativas casuísticas de agentes da inovação, e não de uma forma intencional e coordenada. Esta incapacidade de obter resultados visíveis e consistentes com as prioridades estabelecidas no PRIAlgarve demonstra que o modelo de governança da futura estratégia de inovação deve ser cuidadosamente projetado.

Quadro 5.1. – Plano Regional de Inovação 2007

A análise no âmbito do PRIAlgarve também mostrou que os níveis de competitividade da economia foram associados ao perfil mais especializado em atividades de comércio e serviços relacionados com o setor do turismo. As atividades mais complexas estavam com um desempenho abaixo da média nos indicadores relacionados com a competitividade, incluindo a internacionalização da economia, o investimento em I&D, a tecnologia e a qualidade do capital humano. O Algarve é, com efeito, especializado em atividades centradas no trabalho de baixa qualificação (alojamento, restauração e construção), que também registou uma forte atração de trabalhadores estrangeiros não-qualificados, apesar do potencial para a formação de novos licenciados.

Em geral, o desempenho da economia do Algarve ao longo da década anterior ao período de programação de 2007-2013 permitiu um salto qualitativo contribuindo para uma nova situação da região no contexto da Europa. Isso teve reflexo no estatuto de região em “*phasing-out*” e na redução dos fluxos dos fundos estruturais. O índice de referência da região no contexto europeu, mostrou uma população abaixo da média regional da UE, uma estrutura etária aproximada à média da UE, apresentou indicadores positivos de emprego, ainda que com um emprego fortemente concentrado nos serviços. Os maiores défices estavam principalmente nos indicadores de capital humano, que tiveram, ainda assim, melhor desempenho quando comparado com a média nacional: 70% da população tinha menos do que o ensino secundário, o ensino superior cobria apenas 14% da população e a aprendizagem ao longo da vida foi residual. Os principais pontos fracos evidenciados nos indicadores de inovação foram: em termos de inputs, o esforço em I&D, principalmente do setor privado, que foi quase inexistente, a população ocupada em setores de média e alta tecnologia foi residual, assim como os outputs de inovação, tais como patentes.

A sistematização de propostas de ação no contexto de um sistema regional de inovação, sublinhou o potencial impacto de seis setores no Algarve:

Um grupo de setores com importância económica na região - agroalimentar, pescas e aquicultura e turismo;

Um outro grupo de setores com potencial derivado das reconhecidas condições regionais, recursos naturais, e / ou da existência de atividades de unidades de I&D - energias renováveis, ciências da vida, saúde e recuperação, e as TIC, multimédia e sistemas inteligentes.

Como resultado, a estratégia RIS3 no Algarve vai colocar importância, tanto na definição de prioridades como na concentração dos esforços das políticas públicas e dos agentes privados, considerando a instituição do modelo de governação mais adequado que articule as políticas públicas e os agentes privados, em termos consistentes com a estratégia regional de inovação. Espera-se que este modelo de governação permita à região internalizar os processos de tomada de decisão e seja totalmente adequado aos resultados agora definidos.

5.1.2. METODOLOGIA DA RIS3

A Estratégia RIS3 do Algarve foi planeada atendendo às exigências da Comissão Europeia para a Política de Coesão 2014-2020, coordenando o acesso da região ao FEDER e às metas definidas para Portugal como um todo nesse contexto. Por isso, a preparação desta estratégia seguiu a metodologia de seis etapas proposta no Guia “*Guide to Research and Innovation Strategies for Smart Specialisation (RIS 3)*”⁴⁰.

Além da extensa evidência estatística recolhida, apresentada nas secções anteriores, foram organizadas uma série de reuniões abertas e outras restritas, seminários, debates, grupos de trabalho temáticos com vista a alcançar um entendimento comum e consolidado da situação atual da região, das tendências passadas e perspectivas futuras, envolvendo o maior número de interessados.

⁴⁰ Para mais informações ver: <http://s3platform.irc.ec.europa.eu/wikis3pguide>

A CCDR Algarve, considerando a sua esfera de responsabilidades e de intervenção, é a entidade que no Algarve tem a responsabilidade de coordenar o processo, de preparação das Linhas Estratégicas e do Programa Operacional para o período 2014-2020.

A Descoberta Empresarial na RIS3 do Algarve

Seguindo os princípios da Especialização Inteligente, a definição das prioridades da RIS3 Algarve foi baseada num exercício de correspondência entre um processo *top-down* de identificação dos grandes objetivos alinhados com as políticas da UE, nomeadamente com a Estratégia Europa 2020, e um processo *bottom-up* de **descoberta empresarial**.

Este exercício resultou de uma forte interação, teve a particularidade de ser suportado numa metodologia de participação mais consistente, que no caso da atual estratégia, contou com o envolvimento ativo de dois conjuntos de atores normalmente alheios a estes processos e tantas vezes desconhecidos: por um lado **as empresas** (em associação ou a título individual) e por outro, **os centros de conhecimento**, gerando um conjunto de parcerias comprometidas e ativas, numa geometria variável em função dos objetivos pretendidos e das temáticas em análise. Este envolvimento (como se pode ver na Figura 5.1), tem sido determinante para o sucesso deste trabalho e deverá prosseguir na fase de implementação da estratégia.

Assim, durante os trabalhos preparatórios, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR), a Universidade do Algarve, a Comunidade Intermunicipal do Algarve e sete Associações Empresariais da região, **assinaram um acordo**⁴¹ com a intenção de se envolverem ativamente no processo, enquanto principais atores nas áreas de relevo para o desenvolvimento da estratégia e simultaneamente estabelecerem um compromisso para a sua implementação.

Todos os parceiros e outros membros da sociedade têm vindo a contribuir ativamente nas discussões, fornecendo contributos e elaborando propostas. Portanto, conforme se sintetiza de seguida, a definição de prioridades resultou de um amplo debate entre uma vasta gama de atores regionais, combinando iniciativas "*bottom-up*" e "*top-down*" a nível regional.

⁴¹ Destaca-se neste âmbito os protocolos assinados no final de 2012 com as principais Associações Empresariais da Região (ACRAL, AECOPS, AHETA, AIHSA, ANJE, CEAL e NERA), com a Associação de Municípios e com a Universidade do Algarve, os quais possibilitaram o desenvolvimento mais profícuo dos trabalhos.

Figura 5.1 - Síntese do processo participativo no Algarve



Fonte: CCDR Algarve – RIS3 Regional

As principais etapas deste processo:

Em Fevereiro de 2013 foi remetido um **questionário** a cerca de uma centena de empresas, que visou a sua auscultação prévia relativamente à dinâmica e capacidade no que respeita à I&D+I e à internacionalização.

Durante todo o ano de 2013 foram realizadas diversas **reuniões de trabalho / workshops e seminários, em geometria variável**, algumas mais setoriais / temáticas e outras de carácter generalista, as quais tiveram a participação de dezenas de empresas e outras entidades, bem como os Centros de Conhecimento da Universidade do Algarve (conforme listagem que consta no final deste documento), enquanto instrumento de descoberta empresarial.

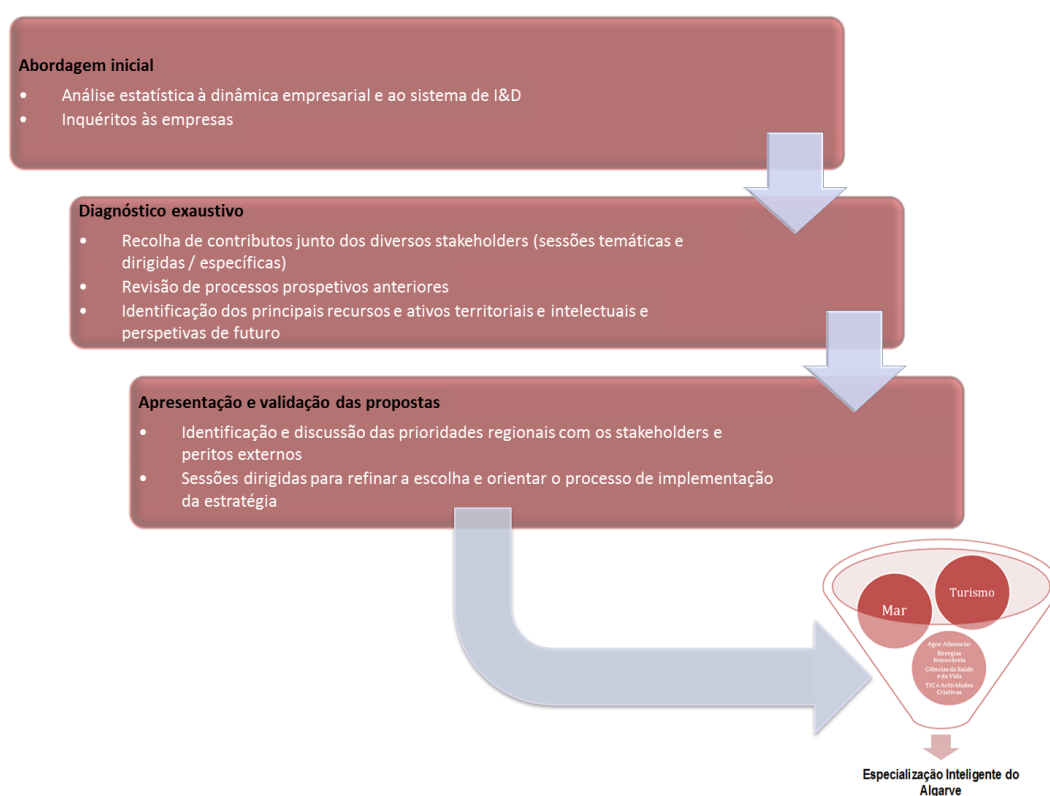
A preparação da RIS3 incluiu ainda apresentações públicas, discussão e revisão, pela **Plataforma de Especialistas S3**⁴², juntamente com comentários dos pares, de regiões portuguesas e europeias parceiras, bem como das partes regionais interessadas. O processo de **Peer Review** da RIS3 do Algarve foi realizado a 4 e 5 de Julho de 2013, tendo-se também realizado nesta ocasião (em organização conjunta com a DG REGIO), um seminário temático, centrado no conceito de Variedade Relacionada e a sua aplicação a Regiões Europeias com especialização no Turismo.

⁴² S3 Platform - Peer Review Workshop, Tourism and Smart Specialisation, 4-5 July 2013, Faro – Portugal – Para mais informações ver: <http://s3platform.jrc.ec.europa.eu/9th-peer-review-4-5-july-2013>

Este processo contou ainda com o acompanhamento de um perito designado pela DG REGIO (o Prof. Philip Cooke), o qual já validou a abordagem e as opções do Algarve no seu **relatório de Assessment**.

Já em 2014 realizaram-se 71 **reuniões bilaterais** entre a equipa que tem trabalhado na RIS3 do Algarve (que inclui consultoria externa especializada) e empresas da região, associações empresariais e centros de investigação, com o objetivo central de discutir e validar as propostas entretanto apresentadas, incluindo os instrumentos de operacionalização, metodologias de interação e auscultação futura, por forma a ajustar os instrumentos às necessidades do universo abrangido pela hélice quádrupla. Neste âmbito, têm também sido dinamizadas “**Comunidades de Inovação**”, que nesta primeira fase estão estruturadas sectorialmente (tendo por base os temas identificados como prioritários na região) e incluem representantes das empresas mais dinâmicas em cada setor, bem como representantes da comunidade científica e de outras organizações da comunidade civil⁴³. No futuro, pretende-se que estas “Comunidades de Inovação” sejam dinamizadas para apoiarem na implementação da RIS3, enquanto atores que estão diariamente no terreno, com elevado conhecimento das necessidades e potencialidades mais relevantes em cada setor, e ainda para potenciar uma fertilização cruzada entre os setores prioritários para o Algarve, servindo assim como elementos determinantes no suporte à decisão e na operacionalização da estratégia Regional.⁴⁴

Figura 5.2 - Esquema do processo participativo no Algarve



Fonte: CCDR Algarve – RIS3 Regional

⁴³ No final do presente documento pode ser encontrada a lista dos parceiros envolvidos no processo de elaboração da estratégia do Algarve (ver tabela 6.2).

⁴⁴ Mais detalhes sobre o processo de auscultação empresarial podem ser encontrados em:

<http://poalgarve21.ccdr-alg.pt/site/content/processo-construcao>

;
<http://poalgarve21.ccdr-alg.pt/site/content/ris3>

e

<http://poalgarve21.ccdr-alg.pt/site/content/documentos-produzidos>

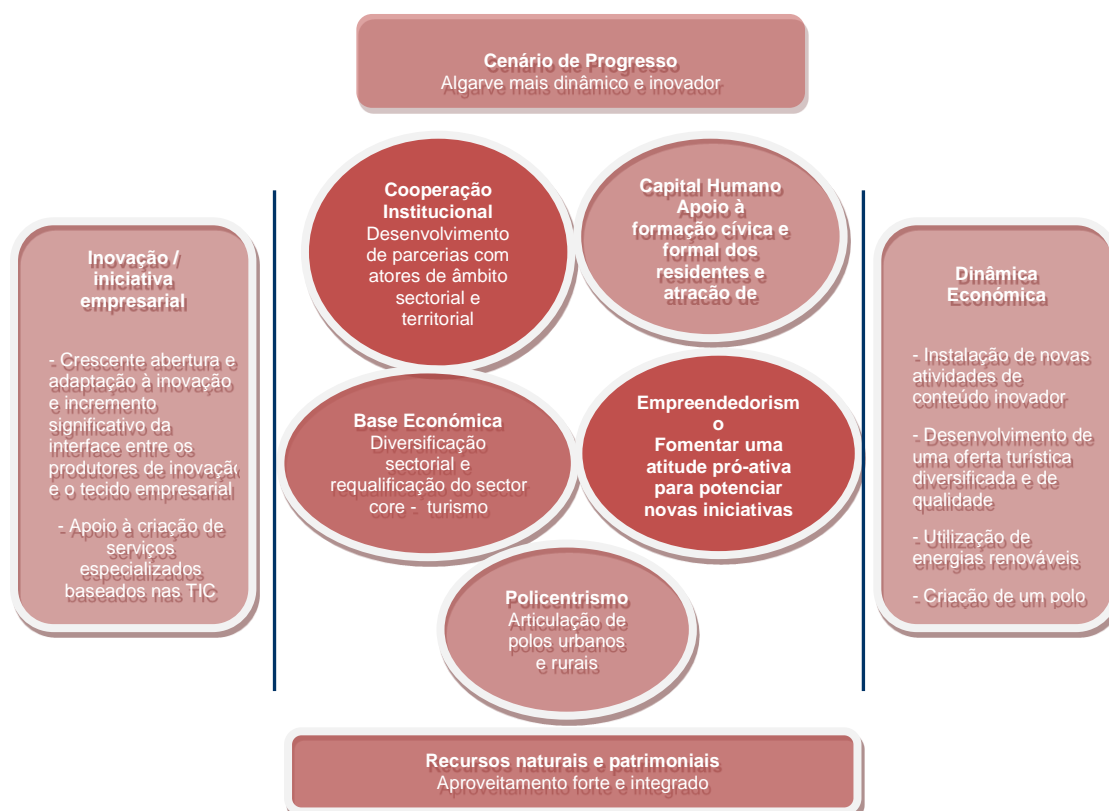
Dadas as condicionantes diagnosticadas na região ao longo deste processo, associadas particularmente à sobre especialização nas atividades relacionadas com o Turismo, ao défice de massa crítica (especialmente para além destas atividades) e à fraca conectividade intersectorial, leva a que o Algarve aposte na **procura nichos de mercado em áreas de experimentação** e desenvolvimento futuro, que sejam capazes de responder aos desafios da especialização inteligente.

5.2. RUMO À RIS3 ALGARVE: VISÃO

Um exercício prospetivo para o desenvolvimento do Algarve para 2025⁴⁵ sublinha os constrangimentos que caracterizaram a região, no passado recente, refletidos na perda de mercado nos setores de especialização regional, que juntamente com as dificuldades de modernização das empresas, têm limitado o potencial de desenvolvimento da região. O cenário mais favorável chamado "Cenário de Progresso - Algarve mais dinâmico e inovador" assumiu que é possível valorizar de forma mais satisfatória os recursos e potenciais existentes na transição da região para um novo modelo de economia regional (ver Figura 5.3).

Este cenário de evolução representa uma região que poderá definir um caminho de desenvolvimento baseado não só nos seus recursos locais, mas também em recursos exógenos, empresários e investidores, sem os quais o potencial de crescimento e transformação será limitado.

Figura 5.3 - Visão prospetiva para o Algarve em 2025



Fonte: Adaptado de Plano Regional de Inovação 2007

⁴⁵ Adaptado e atualizado de PRIAlgarve (2007)

Este é o cenário mais favorável que incorpora uma visão de futuro com um esforço maior para atrair investidores e capital humano, bem como a intensificação de várias iniciativas de cooperação territorial que permitam maior abertura institucional para o exterior. Este é um cenário que levará a uma forte, embora gradual, reconfiguração do perfil de especialização produtiva da região e que, portanto, exigirá mais capacidade de atração de recursos humanos qualificados e de recursos em C&T, esperando induzir uma dinâmica de empresas mais competitivas. O Quadro 5.2 caracteriza brevemente este enquadramento numa perspetiva mais favorável para o horizonte 2020/25, incluindo elementos de continuidade e rutura.

Quadro 5.2. – O “Algarve mais dinâmico e inovador” Cenário para o horizonte 2020/25

Maiores taxas de crescimento da população nesse período, decorrentes da migração interna e externa, atraindo empregos com melhores condições de vida, com o estabelecimento de casais estrangeiros com qualificações mais elevadas, poder de compra acima dos padrões médios e procura de bens e serviços com potencial para estimular a economia regional.

A mudança ambiental seria menos drástica do que o previsto e o seu impacto sobre a disponibilidade de recursos hídricos também seria atenuada. Os investimentos em infraestruturas para a gestão da água foram realizadas a um ritmo rápido, garantindo uma gestão eficiente deste recurso no que diz respeito não só ao abastecimento público de água, bem como para fins agrícolas, industriais e dos usos turísticos. A maior capacidade de atrair investidores nacionais e estrangeiros permite o surgimento de um segmento da agricultura moderna, que contribui para a renovação da base agroalimentar tradicional.

A estrutura espacial tende a consolidar-se em torno de um número limitado de centros urbanos e áreas rurais, com um desenvolvimento policêntrico, que irá conceber a existência de diversas âncoras para as diversas atividades que incorporam mais conhecimento e inovação (energias renováveis, agroalimentares, artesanato, rural, litoral, de turismo, indústrias criativas e serviços baseados em tecnologia, educação e saúde, serviços especializados para apoiar o turismo e os novos moradores, etc.).

A proximidade de uma rede de aeroportos e de transporte garante uma boa conectividade de e para o exterior do território, o que aumenta o acesso mais fácil não só para o mercado ibérico, mas também para outros mercados europeus, particularmente quando se pretende estimular a atratividade de uma procura turística mais sofisticada. Além disso, desenvolve a cooperação territorial, em particular com as regiões que apresentam os sinais mais evidentes da presença de atividades e conteúdo mais inovador com o qual ambas vão obter ganhos satisfatórios em intercâmbio cultural e técnico.

As dificuldades de organizar a cadeia de valor da produção primária, numa base competitiva foram corrigidas e contribuem para reduzir a degradação das zonas rurais e estimular o desenvolvimento de novas atividades, tais como as relacionadas com jardinagem, frutas e vinho, juntamente com os produtos de qualidade biológica e, especialmente, através do desenvolvimento de componentes experimentais da inovação agroalimentar.

Na renovação urbana, de acordo com um conceito que contribui para a natureza física das intervenções em imóveis nos centros urbanos da região (prédios, casas tradicionais), as intervenções de promoção cultural, social e económica, oferecem um conjunto de oportunidades económicas. Na verdade, o esforço de investimento público tem contribuído para alavancar os investimentos privados que permitiram abrir oportunidades económicas nas tecnologias de construção, materiais tradicionais de restauro, energias renováveis, etc. Houve uma notável melhoria em eficiência energética com o uso de metodologias de eco construção e uso eficiente de energias renováveis nas habitações, bem como na construção de edifícios inteligentes em empresas maiores. Vários centros de produção de energia com base em fontes de energia renováveis, especialmente solar, eólica, das marés e biogás. A Universidade constitui um apoio relevante na modernização da cadeia de valor.

O cluster do turismo e lazer viu a consolidação do golfe como um novo segmento do produto turístico regional, gradualmente, ajudando a mudar a dinâmica das atividades menos centradas no “sol e mar”, e contribuindo para um avanço significativo em termos de valor acrescentado regional, por meio do crescimento no Resort & SPA. Houve uma consolidação das relações regionais na cadeia de valor, com efeitos sobre o território e promoção do emprego, por meio de relações com as atividades complementares de lazer agroalimentares e nas áreas rurais do Algarve.

Serviços de apoio à atividade económica, que exigem capacidades estruturadas ao nível do Ensino Superior, um ambiente de negócios mais robusto e a prestação de excelentes serviços essenciais para a modernização das empresas existentes. Os serviços de uma economia social também revelam uma expansão relativa beneficiando da procura sazonal, gradualmente maior da comunidade estrangeira de visitantes e residentes, com um potencial para a criação de um “cluster” sustentado das ciências da vida com vínculo à Universidade do Algarve.

A promoção de atividades relacionadas com a exploração dos recursos marinhos, designadamente com vista a estimular a investigação aplicada e a uma possível valorização económica, ganhou novas perspetivas na economia do mar. O

desenvolvimento de atividades relacionadas com a aquicultura na região foi intensificado, focando a atenção sobre um maior esforço para diversificar as espécies e atrair empresas e investidores. Na verdade, os investimentos promissores em atividades de aquicultura, tiveram um grande efeito, contando com o reconhecimento da procura potencial para o consumo de peixe e do potencial de exportação existente. Foram desenvolvidas estratégias para a cooperação empresarial com empresas estrangeiras, uma tendência em que a evolução na produção científica regional proporcionou o apoio necessário, quer ao nível da logística quer no desenvolvimento de espécies e correção de patologias.

O desenvolvimento do capital humano, que é um desafio premente para o avanço da região assumiu um maior esforço nas áreas de educação e qualificação da população, com ênfase para a aprendizagem e fluência em línguas estrangeiras, no domínio e uso de novas tecnologias e educação, nas artes e 'design'. Trata-se de recursos para promover a modernização das atividades existentes e contribuir para a afirmação de uma imagem do "Algarve - uma região moderna, competitiva e cooperativa".

A cooperação com os outros centros de conhecimento da Universidade é um vetor de fundamental importância para induzir o desenvolvimento do capital humano e, acima de tudo, para criar as condições básicas para a renovação das atividades económicas existentes e o surgimento de novas atividades mais intensivas em conhecimento e inovação.

A proposta de visão é baseada no trabalho realizado nos exercícios estratégicos de suporte ao programa 2014-2020, bem como nos estudos mais recentes sobre a evolução socioeconómica regional, no seu potencial, no conhecimento global e nas tendências regionais e visa também cumprir os objetivos da Estratégia Europeia para 2020.

Na elaboração desta proposta de visão considerou-se também o objetivo de proporcionar um contributo regional para responder aos desafios sociais para do programa Horizonte 2020, a saber:

- Saúde, alterações demográficas e bem-estar;
- Segurança alimentar, agricultura sustentável, bio economia e investigação marinha e marítima;
- Energia segura, não poluente e eficiente;
- Transportes inteligentes, ecológicos e integrados;
- Sociedades inclusivas, inovadoras e seguras;
- Ação climática, eficiência dos recursos e matérias-primas;
- Sociedades seguras, proteção da segurança da Europa e dos seus cidadãos.

Na criação de uma visão partilhada do Algarve para a sua RIS3, consideraram-se, além do passado da região e dos desenvolvimentos recentes, do seu contexto socioeconómico, os impactos da investigação existente no potencial de inovação que a região ambiciona atingir.

Com estas considerações preliminares, a **visão partilhada sobre o futuro da região**, pode ser definida como:

"Transformar o Algarve em 2020, numa região dinâmica, inclusiva, sustentável e atrativa para pessoas, talentos e atividades, capaz de gerar mais e melhores empregos e competitiva em bens e serviços com alto valor acrescentado, através da inovação e do conhecimento científico, da excelência do quadro de vida e de instrumentos de governança partilhada, com uma economia qualificada centrada nos domínios do turismo e do mar, apostando ainda em segmentos emergentes no agroalimentar, nas TIC, nas indústrias culturais e criativas, nas energias renováveis e na saúde".

5.3. MODELO DE GOVERNANÇA PARA A RIS3

A implementação efetiva da estratégia de especialização inteligente no Algarve implica a adoção de um modelo de governança que envolva os atores de forma contínua na definição de prioridades, na reavaliação da estratégia e na definição de como devem ser aplicados os instrumentos de políticas.

A governação regional respeita o **modelo de hélice quádrupla**, estabelecido no “Guide on Research and Innovation Strategies for Smart Specialisation (RIS3 Guide)”, elaborado pela Smart Specialisation Platform da Comissão Europeia, constituindo um processo de descoberta empreendedora. Envolve empresas, instituições de ensino, de investigação e de desenvolvimento, entidades públicas de planeamento e de gestão de políticas de I&I e utilizadores de inovação ou entidades representativas da dimensão da procura e dos consumidores de inovação (umas e outros designados utilizadores avançados).

Este modelo assenta no princípio da “liderança colaborativa”, implicando um processo de decisão suficientemente flexível que permita a cada ator envolvido a possibilidade de desempenhar um papel pró-ativo, assumindo a liderança em certos projetos ou temas, de acordo com as suas competências e com o seu conhecimento. Deve ser estimulada a **criação de grupos de trabalho para temas ou projetos específicos**. Esta liderança colaborativa implica a existência de uma equipa de gestão disponível para animar e coordenar as agendas das reuniões, bem como o processo de monitorização e avaliação. Pretende-se um modelo que possibilite, simultaneamente, intensas interações entre atores, indispensável para a produção de inovação, e elevados níveis de eficácia na decisão.

O modelo de governança da RIS3 no Algarve deverá estar articulado com os princípios elencados para a governação do Portugal 2020 (Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro). Em particular, o artigo 3.º deste documento expõe os princípios e as disposições gerais para a governação dos programas e estratégias, fazendo realçar a centralidade do princípio da subsidiariedade e da governação a vários níveis. Este artigo determina que se promova, no quadro do Portugal 2020, a articulação entre os diferentes níveis de governação central, regional e local e se potencie a experiência e os conhecimentos técnicos dos intervenientes relevantes, no pressuposto que as instituições, os agentes e as intervenções mais próximas dos problemas a superar e das oportunidades a realizar são os protagonistas e responsáveis mais eficientes e eficazes. A região do Algarve deve garantir a coordenação vertical e horizontal de políticas, promovendo maior eficiência e eficácia na aplicação das políticas no seu território. Importa garantir a mobilização de diferentes fontes de financiamento e encontrar soluções para maximizar a participação em programas de matriz nacional, com particular ênfase nos suportados pelo FEADER e pelo FEAMP, mas também reforçar a participação em linhas de financiamento internacionais como as enquadradas no Horizonte 2020, no COSME ou nos programas de cooperação territorial.

O trabalho preliminar de apoio à preparação do RIS3 no Algarve (Estudo de Diagnóstico e Estratégia 2014-2020 – “Estratégia Regional de Especialização Inteligente (RIS3) Algarve” preparado pela Sigma Team Consulting) analisou diversos modelos de governação regional da inovação. Estes modelos sublinhavam a predominância de perspetivas dirigidas centralmente, ou seja *top-down*. É relevante destacar algumas experiências, como os centros de excelência na Finlândia, nos quais se procuram agregar orientações para os domínios de especialização inteligente das regiões com diferentes tipos de atores-chave. Uma abordagem de governação com esta orientação poderia permitir a definição de elementos de *bottom-up* na seleção das prioridades e na prescrição das políticas e instrumentos.

Como noutras regiões, no Algarve, observam-se falhas sistémicas no ecossistema de Inovação. Estas falhas são particularmente visíveis na **difusão e transferência de conhecimento** abaixo do seu potencial. Estas falhas sistémicas dificultaram também a identificação coletiva das prioridades estratégicas. No passado, a articulação entre os setores público, privado e o sistema de ensino superior e de I&DT, nem sempre surtiram os efeitos desejáveis.

O diagnóstico efetuado expôs debilidades regionais, destacando-se a este respeito as falhas no sistema regional de inovação, nomeadamente um défice ao **nível da capacidade** (fragilidade de estruturas de interface) **de apoio à transferência de conhecimento** das universidades e centros de ciência e tecnologia para as empresas, alguma descoordenação no que respeita aos diversos instrumentos de política pública e elevado défice de organização, capacitação e massa crítica na região.

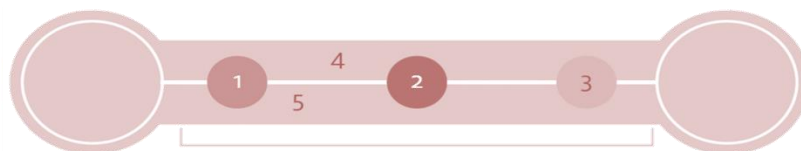
Estes problemas (ver Tabela 5.1) devem ser minimizados de forma a tornar mais eficaz e eficiente a execução do próximo período de programação, nomeadamente melhorando os resultados da investigação aplicada, fomentando a competitividade, o investimento em I&D, o emprego e visando a criação de melhores condições socioeconómicas.

Consequentemente, o atual quadro de governança da inovação, investigação e de desenvolvimento tecnológico no Algarve deve ser revisto na medida em que se revelou disfuncional e incompleto no passado, devendo ser implementado um **modelo baseado no compromisso, na partilha entre as partes**⁴⁶ e **focado numa maior proximidade às necessidades dos potenciais beneficiários da inovação e da I&D**, seguindo a proposta da hélice quádrupla.

Neste modelo, deve sublinhar-se o caráter interdependente, aberto e evolutivo do sistema regional de inovação, havendo a necessidade de incluir fóruns de discussão e de concertação estratégica bem como de fomentar políticas multissetoriais e multinível, que assumam a forma de parcerias entre a iniciativa pública e privada. A afirmação do desenvolvimento regional, promovido pela investigação científica e tecnológica e pela inovação, deverá ser assumida como fator de potenciação do valor dos ativos de excelência e das mais-valias locais, entendendo-se este quadro como referência do sistema. O maior envolvimento dos atores na formatação da RIS3 poderá permitir um processo baseado em informação relevante e uma maior mobilização de todos os atores para a concretização da visão, objetivos e mecanismos propostos para a região. **O envolvimento no processo de definição estratégica, de um leque alargado de atores e de entidades de referência, antecipa um processo de governação mais comprometido e por isso mais favorável, na articulação entre a ciência e o mercado, procurando ajustar o modelo anterior e respondendo às necessidades da procura, ouvindo os seus representantes e/ou interlocutores.**

Particularmente importante é a necessidade de fomentar a criação de **novos atores para a inovação**, conforme refere o relatório da FCT⁴⁷ onde é sublinhado que, no caso algarvio a ‘área de circulação do conhecimento’ não é coberta em toda a extensão (Figura 5.4). Apenas a fase inicial (1) é coberta por um ator, no caso específico, o CRIA - Divisão de Empreendedorismo e Transferência de Tecnologia da Universidade do Algarve.

FIGURA 5.4- CIRCULAÇÃO CONHECIMENTO



1 - Escritórios ou unidades de transferência de conhecimento; 2 - Instituições de interface com I&D incorporado em áreas específicas; 3 - Centros de Tecnologia, 4 - clusters e polos tecnológicos, 5 - Parques Tecnológicos

Fonte: FCT (2013, p 179).

⁴⁶ Este deve considerar um “Programa de Desenvolvimento de Lideranças” e reforço / reorganização das instituições da região de forma a conseguir lideranças “fortes” e capazes de trabalhar em prol dos resultados desejados (suportado por ações previstas na capacitação do Objetivo Temático 11 - Reforçar a capacidade institucional e uma administração pública eficiente).

⁴⁷ FCT (2013, p. 178). Neste relatório, um outro ator também é identificado, o Algarve STP - Parque de C&T do Algarve quando na verdade ele ainda é um dos elementos em falta no Algarve e que precisa ser cuidadosamente abordado na RIS3.

Tabela 5.1 - A perspetiva da governança multinível

SETOR	Situação atual	Proposta de alteração
PÚBLICO	<p>Alguma falta de coerência entre as políticas nacionais e regionais;</p> <p>Alguma rigidez nos instrumentos de ação face às alterações profundas e rápidas no contexto socioeconómico atual;</p> <p>Carência de envolvimento transversal da sociedade numa visão global de longo prazo.</p>	<p>Maior integração entre a estratégia e as políticas regionais e nacionais;</p> <p>Maior flexibilidade nos instrumentos de ação e / ou possibilidade de revisão e adaptação às alterações no contexto socioeconómico;</p> <p>Conceção de estruturas de governança e instrumentos de política que promovam maior capacitação dos diversos atores e o envolvimento transversal da sociedade numa visão global de longo prazo.</p>
PRIVADO	<p>Demasiada concentração no “Grande cluster do turismo”, tradicionalmente com pouca iniciativa inovadora e baixo nível de entrosamento com os demais clusters;</p> <p>Baixo peso do setor empresarial regional no contexto nacional e com estruturas mais frágeis;</p> <p>Défice de capacitação / liderança / organização e massa crítica;</p> <p>Baixo nível de investimento em I&D;</p> <p>Foco nos resultados a curto prazo.</p>	<p>Conceção de estruturas de governança e instrumentos de política que promovam maior capacitação dos diversos atores, o envolvimento transversal da sociedade numa visão global de longo prazo e o entrosamento intersectorial.</p> <p>Incentivo ao envolvimento e compromisso na perspetiva do benefício coletivo.</p>
ENSINO SUPERIOR / INVESTIGAÇÃO, I&DT	<p>Pouco entrosamento com o setor empresarial regional;</p> <p>Baixo nível de investigação aplicada;</p> <p>Fraco foco nos resultados;</p> <p>Investimento deficitário em I&DT (tanto por parte do setor público como do privado).</p>	<p>Conceção de estruturas de governança e instrumentos de política que promovam maior capacitação dos diversos atores, o envolvimento transversal da sociedade numa visão global de longo prazo e o entrosamento intersectorial baseada na investigação aplicada com foco nos resultados.</p>
UTILIZADORES	<p>Défice de capacitação / liderança / organização e capacidade crítica;</p> <p>Défice de formação em algumas faixas etárias;</p> <p>Distribuição heterogénea no território regional;</p> <p>Agravamento das condições sociais.</p>	<p>Adoção de instrumentos de política que promovam maior capacitação dos diversos atores / estruturas de governança e o envolvimento transversal da sociedade numa visão global de longo prazo e o entrosamento intersectorial.</p> <p>Incentivo ao envolvimento e compromisso na perspetiva do benefício coletivo.</p>

Fonte: CCDR Algarve – RIS3 Regional

Neste contexto, os modelos associados a agências da inovação (*one-stop-shop*), que centralizam a gestão regionalizada da gestão dos instrumentos de políticas de inovação e da interação com as empresas e outros agentes, permitem níveis elevados de coordenação e parecem ser eficazes (cf. Estudo da Sigma). Este modelo seria provavelmente o que melhor asseguraria a coordenação das diferentes políticas setoriais, bem como uma maior facilidade de acesso pelos atores mas exigiria um nível de autonomia política e financeira elevada inexistente no enquadramento legal em Portugal.

Assim, a RIS3 regional deverá assumir um modelo de governança, assente numa perspetiva colaborativa envolvendo **empresas, universidades, instituições e utilizadores**, fomentando um processo aberto e equilibrado de inovação entre as perspetivas *science-led* e *user-driven* (orientando a ciência para o utilizador), combinando Ciência, Tecnologia, Inovação com os diversos modos de ação (fazer, usar e Interagir).

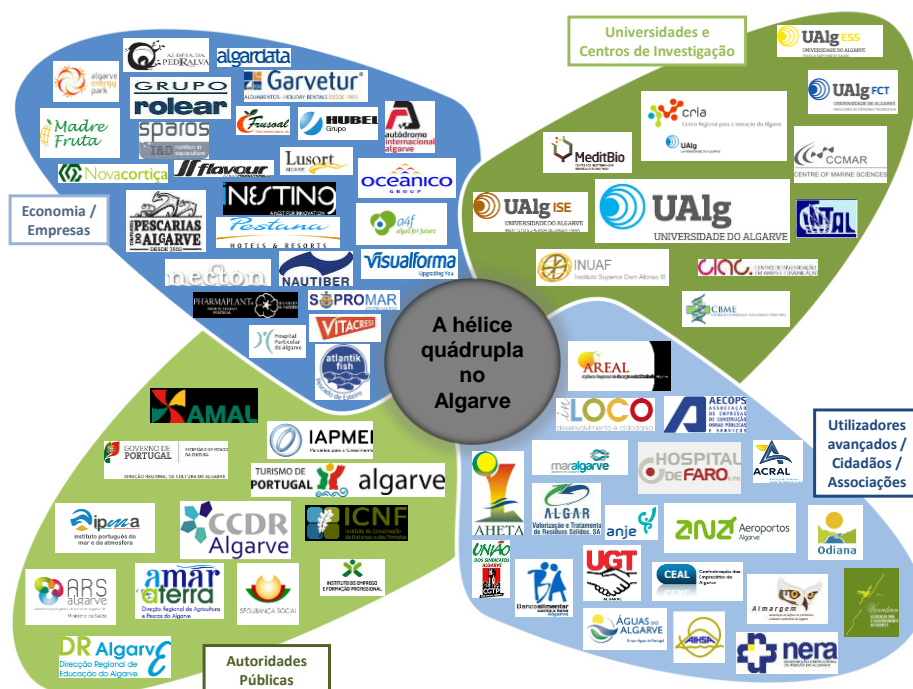
Este sistema deverá ser concebido numa perspetiva de autofinanciamento a médio prazo, numa lógica de representação global e parceiro principal entre a iniciativa pública, o setor empresarial e a sociedade.

Nesse sentido as perspetivas de capacidade de representação, captação de financiamento, apoio à dinamização da economia local / emprego e à internacionalização das empresas / trabalho em rede e dinamização da Inovação e do I&DT deverão ser aspetos centrais de carácter operacional do novo modelo de governança.

Assim, o modelo de governança proposto tem em conta quer o diagnóstico realizado, quer a estratégia regional de inovação proposta, baseada no processo acima descrito, amplamente participado e discutido e considera ainda o alinhamento em torno da visão para a região e dos instrumentos de gestão previstos para a sua implementação.

Nesse sentido será privilegiada a coordenação das políticas públicas multinível e o reforço da capacitação regional, dando continuidade ao trabalho de envolvimento e compromisso acima referido e tendo por base o modelo da **hélice quádrupla** (Figura 5.5).

Figura 5.5 - A Hélice Quádrupla no Algarve



Fonte: CCDR Algarve – RIS3 Regional (representação exemplificativa das parcerias geradas e das entidades envolvidas, não esgotando o universo de parceiros)

5.3.1. Descrição do Modelo de Governança

Como foi referido, a proposta de modelo de governança da RIS3 procura responder aos objetivos definidos pela CCDR Algarve, à sua visão, bem como à necessidade de responder às falhas do sistema de inovação, nomeadamente, ao nível da coordenação e promoção da interação entre os atores regionais, contribuindo para minimizar as falhas sistémicas diagnosticadas e para a concretização da estratégia de especialização inteligente.

Procura-se ainda, com o modelo proposto:

- **Evitar a fragmentação de centros de decisão e coordenação e prevenir sobreposições de esforços e de competências.** Considera-se que o modelo de governança da estratégia tem de estar umbilicalmente ligado à gestão do Programa Operacional Regional, dar resposta à necessária articulação multinível e à também necessária coordenação com a política de eficiência coletiva. Nesse sentido, deve ser a CCDR a coordenar o modelo de governança da estratégia de especialização inteligente, bem como ter uma participação ativa na mobilização dos atores.
- Dotar a região de um instrumento com **caraterísticas operacionais**, o que implica que, em paralelo com a mobilização de atores cujo âmbito de intervenção é transversal às diferentes prioridades temáticas, incentive uma mobilização focada em cada uma das prioridades temáticas. A focagem em cada prioridade temática é também decisiva para assegurar uma adequada articulação com os PO financiados pelo FEADER e pelo FEAMP, dos quais se espera um contributo decisivo para as prioridades temáticas relacionadas.

Este é um racional subjacente à proposta de criação de novos atores de inovação que teriam como objetivo atuar enquanto plataforma de difusão do conhecimento, na facilitação e *brokerage* de processos de transferência de conhecimento e de cooperação para a inovação. Contando com a participação da hélice quádrupla, os novos atores de inovação na região, não seriam como nos casos de estudo (cf. Estudo da Sigma) um órgão governamental, mas **um órgão partilhado regional** em que uma panóplia alargada de atores regionais participaria no processo de definição de prioridades, na definição de agendas coletivas e na melhoria do apoio à decisão para a focalização da aplicação dos fundos comunitários.

Este modelo pressupõe, na sua fase operacional, a criação de um **Conselho Regional de Inovação do Algarve (CIRA)**. Sob proposta da Presidência de cada CCDR, a constituição e as competências deste órgão serão apreciadas em Conselho Regional, estabelecido no Artigo 7º do Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de outubro, ganhando, assim, legitimidade institucional reforçada.

O **CIRA**, presidido pela CCDR Algarve, será composto por empresas, produtores de tecnologia e utilizadores avançados, entidades do sistema científico e tecnológico, universidades, associações empresariais, polos e “*clusters*” e entidades nacionais de planeamento e de gestão de políticas de I&I e entidades intermunicipais.

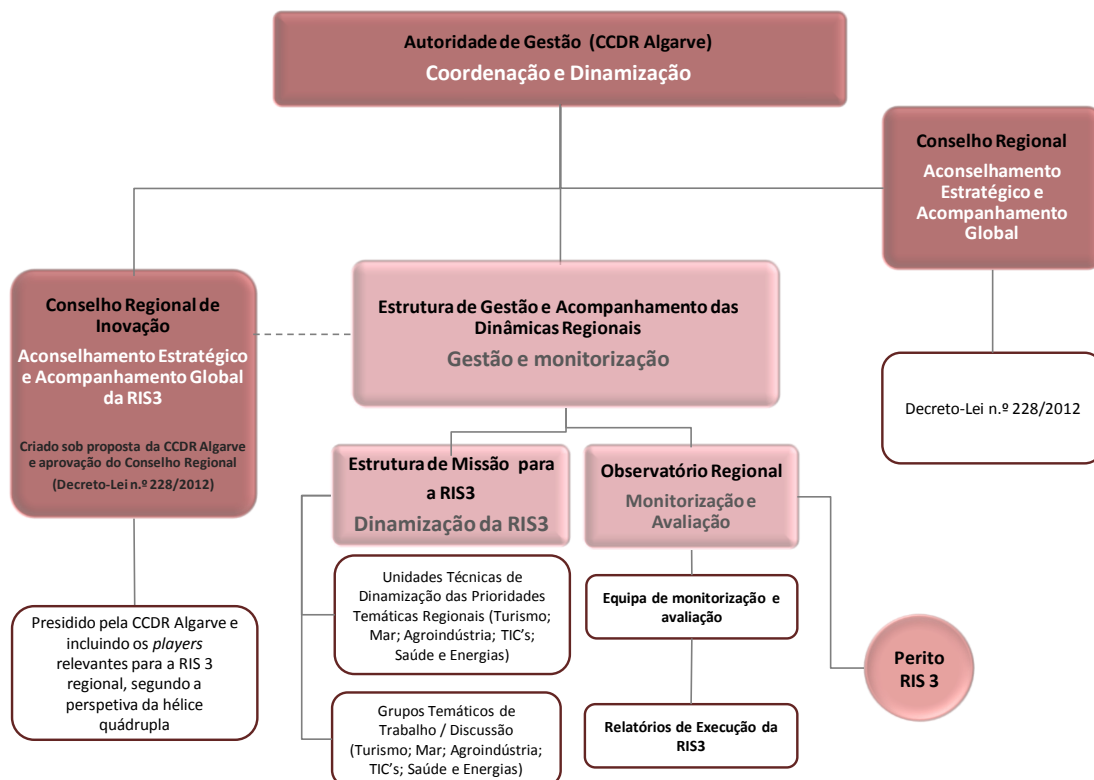
Este Conselho Regional de Inovação reunirá em plenário ou em secções orientadas para os domínios prioritários de especialização inteligente regional, que se constituirão como Plataformas Regionais de Especialização Inteligente. Estas plataformas visam assegurar uma resposta regional multi-institucional e multissetorial para a monitorização, avaliação e evolução das respetivas estratégias, procurando dinamizar a cooperação e as redes, a inovação e a internacionalização. Constituem, na prática, espaços de descoberta empreendedora. Terá como competências, nomeadamente, a apreciação e aprovação de recomendações e propostas de linhas de ação das plataformas regionais de especialização. Deste processo de liderança colaborativa regional, deverão resultar propostas a apresentar à Autoridade de Gestão dos Programas Operacionais relevantes, nomeadamente quanto ao conteúdo temático dos Avisos de Concurso e à sua calendarização.

A CCDR Algarve, enquanto Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Algarve, assumirá a Gestão da RIS3 Regional, que deverá ser assegurada pelo **Unidade de Missão responsável pelo acompanhamento das dinâmicas regionais**, nos termos estabelecidos no modelo de governação do Portugal 2020 (Artigo 60º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro), assumindo, transversalmente às várias plataformas e no apoio ao Conselho Regional de Inovação, a monitorização e a avaliação, em tempo útil, da prossecução das estratégias dos diferentes domínios de especialização inteligente, no que diz respeito à sua execução por parte dos Programas Operacionais financiadores, emitindo relatórios periódicos de monitorização.

Com carácter mais transversal, competirá também à Equipa de Gestão a recolha, o tratamento e a disponibilização de informação, qualitativa e quantitativa, relevante para o acompanhamento da execução de cada estratégia regional de especialização inteligente. Tratando-se de uma condicionalidade “ex ante”, torna-se necessário efetuar reportes periódicos à Comissão Europeia da implementação de cada uma dessas estratégias de especialização inteligente e do seu contributo para a estratégia multinível. O seu trabalho deve ser acompanhado pelo perito designado pela Comissão Europeia para efetuar o “assessment” da estratégia regional.

Assim, o modelo de governação a adotar para a RIS3 do Algarve, deverá ser conforme o sistematizado na **Figura 5.6**.

Figura 5.6 - Modelo de Governança Regional para a Inovação do Algarve



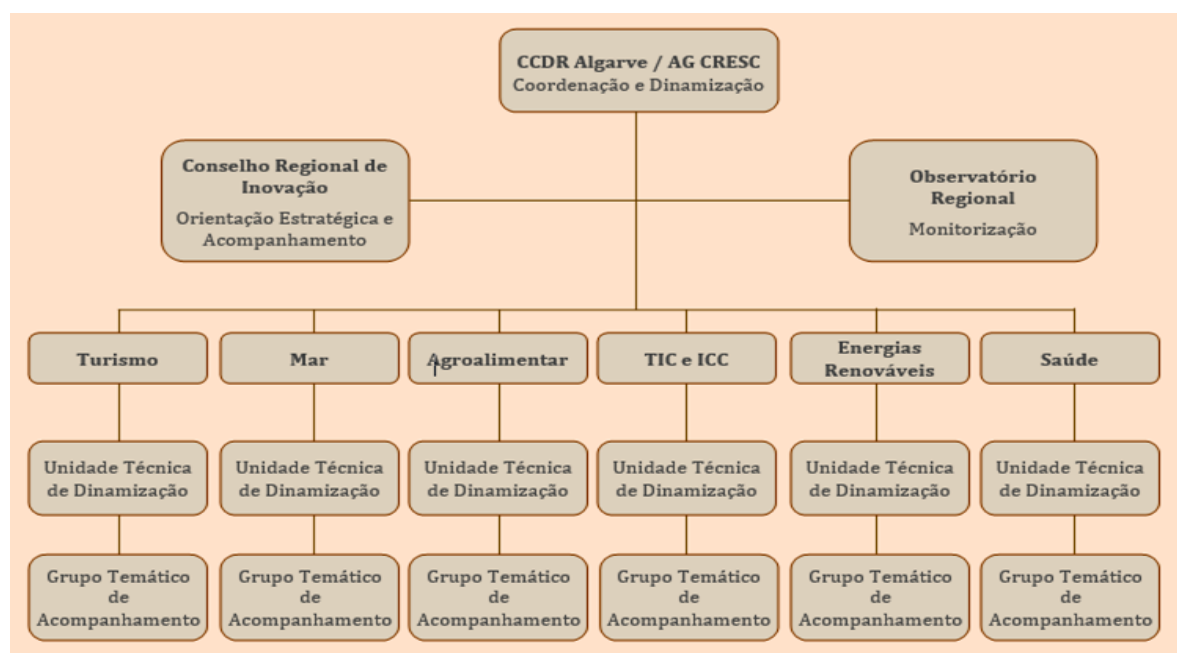
Fonte: CCDR Algarve – RIS3 Regional

O nível operacional da implementação da RIS3 Algarve será organizado em redor de cada prioridade temática, a fim de se garantir um elevado comprometimento entre os atores envolvidos. Para cada prioridade temática deverá deseavelmente existir uma **unidade técnica de dinamização (UTD)** e um **grupo temático de acompanhamento (GTA)**. Estas UTD devem ser asseguradas por peritos da Equipa de Gestão com apoio de peritos/consultores externos. Este envolvimento personalizado da CCDR Algarve com elementos pivô de dinamização, permitirá criar um modelo próximo de *one-stop-shop*, facilitador da obtenção de resultados.

Cada UTD constituirá uma estrutura de apoio e promoção da investigação aplicada (especialmente nas áreas identificadas na estratégia), apoio ao empreendedorismo, à inovação, à promoção da internacionalização, integração em redes internacionais e atracção de investimentos.

Cada GTA deverá mobilizar atores relevantes para a prioridade temática em causa, segundo a perspetiva da hélice quádrupla. Sugerem-se grupos pequenos que incluam representantes dos centros de competências, das empresas e das associações empresariais de âmbito setorial e de organismos da administração regional desconcentrada, entre outros. Sempre que possível, os GTA deverão incluir parceiros externos à região, nas áreas empresariais e da I&D, com vocação afim das linhas de reflexão destes Grupos. Cada GTA estará focada na superação de lacunas no processo de disseminação do conhecimento e será uma ferramenta central na implementação da RIS3 Algarve, especialmente no processo de difusão do conhecimento e da inovação. Será ainda uma plataforma de encontro e de partilha entre as diferentes partes interessadas

FIGURA 5.7 - MODELO DE GOVERNANÇA REGIONAL PARA A INOVAÇÃO DO ALGARVE



O modelo de governança proposto anteriormente (Figura 5.7) para a estratégia de especialização inteligente do Algarve é completo e ambicioso, preenchendo os requisitos ao nível da mobilização e participação dos agentes da hélice quádrupla. Este modelo de governança deve ser implementado a fim de estimular o sucesso, o acompanhamento e avaliação da RIS3. A governação equilibrada e partilhada entre os diferentes atores (empresas, unidades de I&D, municípios, terceiro setor, etc.) é essencial para garantir o sucesso da estratégia e as complementaridades entre as diferentes fontes de financiamento, especificamente Fundos Estruturais e os meios privados.

Em síntese, no modelo de governação proposto destaca-se a criação de um **CIRA** (a criar sob Proposta da CCDR Algarve e aprovação do Conselho Regional) que estará focado na orientação, aconselhamento e acompanhamento da implementação da RIS3 do Algarve, bem como a adoção de uma **Estrutura de Missão** específica para a dinamização e operacionalização da RIS3. Prevê-se ainda que o processo de monitorização da RIS3 regional possa ser acompanhado pelo perito que validou a estratégia regional junto da Comissão Europeia.

A adoção de uma Estrutura de Missão específica para a dinamização da RIS3, deverá portanto ser capaz de assegurar a implementação da RIS3, numa lógica simultaneamente setorial e transversal (de articulação intersetorial) e envolvendo ativa e permanente os diversos atores, procurando desta forma superar-se as lacunas detetadas no Sistema Regional de Inovação, de uma forma que se espera menos morosa e menos dispendiosa do que a que envolveria a criação de uma estrutura “*típo*” agência regional de inovação, mas que seja capaz de responder na medida do possível às falhas detetadas e criar condições mais favoráveis ao fomento da participação ativa e permanente dos atores da região nas decisões de política regional, envolvendo-os e corresponsabilizando-os no processo de definição de prioridades, na definição de agendas coletivas e na aplicação dos fundos comunitários, designadamente por via do seu envolvimento no seio do Conselho Regional de Inovação.

O objetivo é portanto encontrar uma forma que permita **acelerar e facilitar o processo de disseminação do conhecimento e que promova a inovação contínua na região, o encontro e a partilha entre diferentes atores, o fomento da investigação aplicada (especialmente nas áreas identificadas na estratégia), o apoio ao empreendedorismo, a promoção da internacionalização, da integração em redes internacionais e a atração de investimento para a região**, por forma a garantir uma região mais competitiva e com níveis de emprego sustentável e mais qualificado.

5.4. OBJETIVOS E ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS

A RIS3 Algarve tem uma abordagem transformadora e integrada (multinível e multisectorial), de base local, mas deverá considerar as relações externas como um fator crucial de desenvolvimento da região.

Os instrumentos de política fornecem condições de contexto (incentivo) para melhorar as áreas prioritárias para a visão de futuro, na perspetiva dos decisores. No entanto, o processo implica a partilha de responsabilidades na elaboração, conceção e envolvimento no modelo de governação. Neste quadro, os empresários têm um papel fundamental na implementação dos instrumentos de política que são disponibilizados.

Na sequência da revisão por pares, surgiram várias ideias críticas para a combinação de políticas no Algarve. Numa região já especializada em turismo, a especialização inteligente deve ser entendida como um novo ecossistema de atividades. Como tal é necessário moderar a consideração tradicionalmente elevada em favor das abordagens de CTI (Ciência, Tecnologia e Inovação), com a introdução de instrumentos DUI (Fazer, Utilizar, Interagir). Isto significa que a introdução de novas prioridades e o estímulo a novos produtos, não deve gerar antagonismos os atores regionais já estabelecidos.

A criação de novas áreas deve beneficiar do turismo como alavanca para a criação de massa crítica e de procura. As áreas avançadas que podem beneficiar da especialização do turismo na perspetiva da "variedade relacionada" são as que resultam da interligação do que é diferente com o que tem potencial no Algarve e em que se pode valorizar a sua singularidade.

Objetivos socioeconómicos da Investigação e Inovação

O estabelecimento da RIS3 do Algarve terá os seguintes objetivos socioeconómicos principais que correspondem a necessidades claras dos envolvidos e a desafios societais:

- Reduzir a dependência do sector do turismo do produto sazonal “sol e praia”, recorrendo a outros produtos complementares;
- Desenvolver "nichos de excelência" em áreas avançadas que beneficiam da "variedade relacionada" com o turismo;
- Explorar o potencial do cluster marítimo no Algarve;
- Diversificar a base económica da região, a criação de valor acrescentado e o emprego.

Os objetivos específicos da RIS3 são direcionados para:

- Densificar e animar a RIS do Algarve;
- Desenvolver modos de aprendizagem CTI e DUI junto dos agentes da inovação;
- Estimular o aparecimento de novas empresas avançadas, em particular nas áreas prioritárias da RIS3;
- Qualificar, atrair e reter talentos para o tecido económico;
- Promover o *networking* e a internacionalização de agentes da inovação.

Seleção de Áreas para Especialização Inteligente

A seleção de áreas para a «especialização inteligente» teve em atenção os aspetos contextuais dinamizadores da sustentabilidade e da inclusão. Estes aspetos devem ser entendidos como condições essenciais para um Algarve economicamente competitivo e socialmente coeso, que pode beneficiar da implementação dos programas e projetos orientados para os objetivos específicos da RIS3.

Outras condições contextuais consideram a garantia da facilidade da mobilidade interna (comboio / metro ligeiro, mas também autoestrada) e as conexões externas (naval e aérea). Um ambiente urbano reabilitado e coerente, cativante, com diferentes equipamentos coletivos em toda a região, é fundamental para a capacidade de atrair mais moradores, ativos e não ativos, a fim de gerar a dimensão da população necessária para justificar, manter e incentivar o desenvolvimento de infraestruturas.

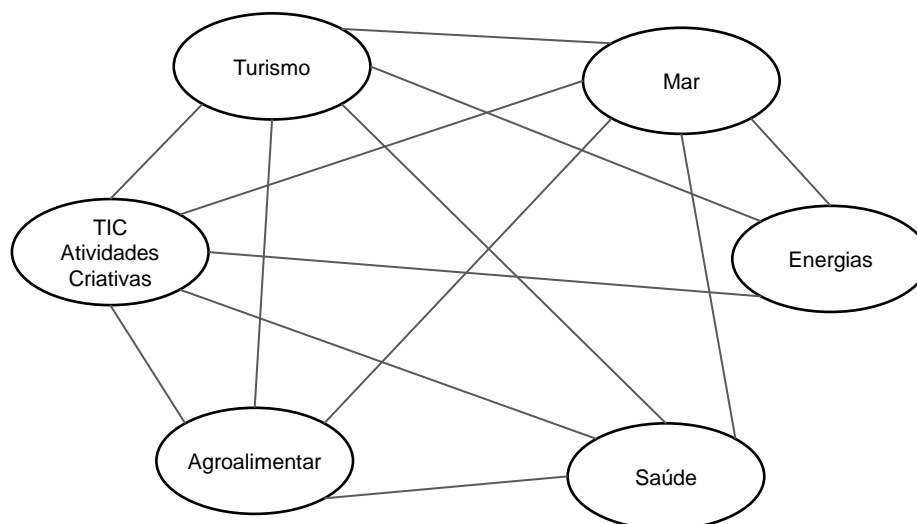
A definição das prioridades da RIS3 Algarve foi baseada num exercício de correspondência entre um processo *top-down* de identificação dos grandes objetivos alinhados com as políticas da UE e um processo *bottom-up* de descoberta empresarial de nichos de mercado candidatos à especialização inteligente, em áreas de experimentação e desenvolvimento futuro, com base nos eventos e reuniões organizadas regionalmente.

O Algarve deve definir linhas de incentivos que permitam apostar em sectores da atividade económica que se dividem em quatro linhas:

- Atividades que nos últimos anos tiveram na região uma elevada expressão em termos de produção, emprego e exportações;
- Atividades tradicionais, atualmente com expressão moderada na região, mas com recursos e capacidade de inovação, de criar riqueza, gerar emprego e contribuir para aumentar as exportações potencialmente relevantes;
- Atividades inovadoras tradicionalmente com pouca expressão na região, mas com uma expansão de reconhecido potencial associado aos serviços prestados a outros setores (Ex: tecnologias da informação) ou recuperação de conhecimento disponível através de investigação aplicada;
- Atividades culturais e / ou sociais que podem contribuir para um quadro de coesão social denso e apoiar na dinamização de outras atividades económicas (Ex: dinamização da atividade turística, reposicionamento da “marca” Algarve).

Nessas quatro áreas, é necessário estruturar linhas programáticas capazes de estimular não só na criação de riqueza e a retenção de emprego qualificado, mas também as exportações. É de extrema importância para recuperar a perda de emprego a transferência de novas capacidades e o ajustamento das respetivas formações às necessidades regionais. As iniciativas que estão inseridas nas interseções de áreas prioritárias podem ser especialmente bem-sucedidas para esses fins e ser um alvo para a implementação da política (Figura 5.8).

Figura 5.8 - Fluxos intersectoriais e “Variedade Relacionada”



Fonte: CCDR Algarve.

Apesar da extrema especialização no turismo, e do défice industrial, que cria restrições à "variedade relacionada"⁴⁸ regional, há exemplos de áreas com potencial nas prioridades selecionadas, sendo as principais prioridades RIS3 apresentadas numa matriz de inter-relação que pode ser encontrada na Tabela 5.3. e que sintetiza no essencial as relações possíveis no Algarve.

Tabela 5.3 - Matriz para o aparecimento de nichos de excelência

	Turismo	Mar	Agroalimentar	Energias Renováveis	TIC e Atividades Criativas	Saúde e Ciências da Vida
Turismo						
Mar	Sol e praia Turismo náutico Cruzeiros Ecoturismo					
Agroalimentar	Turismo Rural Produções tradicionais (cortiça, alfarroba) Produções emergentes (frutos vermelhos, vinho, azeite)	Pescas Aquicultura Sal				
Energias Renováveis	Energia solar Racionalização de energia no alojamento e golfe	Algas Eólica offshore Ondas	Eficiência energética nas indústrias Agricultura sustentável			
TIC e Atividades Criativas	Sistemas de informação Aplicações de lazer e de software Indústrias criativas Eventos culturais Património	Tecnologias marítimas Racionalização de energia nos portos e navios Sistemas de navegação	Sistemas de refrigeração Certificação do Sistema de gastronomia Segurança alimentar	Sistemas de gestão de energia		
Saúde e Ciências da Vida	Recuperação Cuidados Desporto Turismo ativo	Biotecnologia azul Cosméticos Produtos farmacêuticos	Biotecnologia verde Dieta mediterrânea	Tecnologias não poluentes	Sistemas de gestão da saúde	

Fonte: CCDR Algarve.

O “mix” de políticas

A estratégia de especialização inteligente do Algarve, sendo um documento de referência no quadro de programação para o período 2014-2020, não tem na sua natureza uma dotação própria de fundos embora estrutura uma proposta de afetação às ações que preconiza, neste contexto a sua operacionalização está estreitamente articulada com o Programa Operacional **CRESC ALGARVE 2020**, nos diferentes domínios de intervenção, com particular relevância para os Objetivos Temáticos 1, 3, 4, 6, 8 e 10 e 11, mas a intervenção que preconiza vão muito para além do Programa Operacional Regional.

Além de mais, apesar deste ser um instrumento focado no contributo que a área do conhecimento pode devolver à sociedade, o seu alcance vai muito para além do impacto na economia ou nas empresas, pelo que importa conciliar neste contexto um mix de instrumentos de política setoriais e transversais, que traduzam uma orientação global e partilhada, que se identifique com os princípios desta estratégia e que seja capaz de mobilizar os diversos agentes em torno da prossecução dos seus objetivos.

⁴⁸ O relatório da FCT (2013, p. 248) salienta que o foco regional do Algarve no turismo cria barreiras à "variedade relacionada".

Nesse sentido, o instrumento base de suporte da RIS3 do Algarve, mas não o único, é o Programa Operacional Regional, o qual foi concebido e embebe as prioridades aqui expressas e prevê a clara articulação com os seus eixos estratégicos. Por sua vez, esta articulação com objetivos estruturantes e fontes de financiamento, impõe um forte foco na **articulação (quer com a iniciativa privada quer com outras fontes públicas nacionais e comunitárias)**, de forma a garantir a coerência no mix da política pública multinível com os grandes desafios societais que se colocam à Europa (Figuras 5.9 e 5.10), sendo particularmente relevantes para o sucesso desta estratégia, os Programas Operacionais Temáticos a nível nacional e outros fundos nacionais, bem como os Programas Europeus (Ex: Horizonte 2020, COSME e os programas da Cooperação Territorial Europeia - CTE).

Embora os programas da CTE tenham dotações limitadas face ao número de regiões abrangidas, a relevância da cooperação para a implementação da RIS3 pode ser muito elevada, na medida em que potencie dimensões como o *networking* entre regiões (redes de inovação e de clusters), complementaridades ao nível de ações, infraestruturas e competências, plataformas de internacionalização cruzada para as PME, disseminação de boas práticas e plataformas de *policy learning*.

Acresce a isto que os PO da CTE a que a Região do Algarve terá acesso preveem prioridades de investimento do OT1, logo estão diretamente relacionados com o núcleo central de instrumentos de suporte às RIS3.

Figura 5.9 - Instrumentos, Prioridades e Desafios



Fonte: CCDR Algarve – RIS3 Regional

A estratégia e a sua implementação pretendem integrar e explorar as sinergias entre as diferentes políticas e fontes de financiamento. Nesse sentido, os restantes Programas Operacionais Temáticos a nível nacional e outros fundos nacionais, bem como os Programas Europeus (Ex: Horizonte 2020, COSME, os programas da Cooperação Territorial Europeia - CTE) são também relevantes para o

sucesso desta estratégia, conjugados ainda com a iniciativa privada e outras fontes públicas nacionais e comunitárias (Figura 5.10).

FIGURA 5.10 – FONTES DE FINANCIAMENTO DA RIS3 ALGARVE



Fonte: CCDR Algarve – RIS3 Regional

Embora os programas da CTE tenham dotações limitadas face ao número de regiões abrangidas⁴⁹, a relevância da cooperação para a implementação da RIS3 pode ser muito elevada, na medida em que potencia o *networking* entre regiões (redes de inovação e de clusters), complementaridades ao nível de ações, infraestruturas e competências, plataformas de internacionalização cruzada para as PME, ou a disseminação de boas práticas e plataformas de *policy learning*.





Considerando a abordagem multissetorial e multinível que necessariamente terá de estar presente em qualquer instrumento desta natureza, a RIS3 do Algarve prevê assim a articulação com os diversos instrumentos setoriais e transversais que estão a ser trabalhados no plano nacional. Nesse sentido, a matriz que se segue (Tabela 5.3), apresenta de forma simples a articulação entre os seis domínios temáticos prioritários para o Algarve e as prioridades da estratégia nacional de Portugal (ENEI).

⁴⁹ Acresce que os PO da CTE a que a Região do Algarve terá acesso preveem prioridades de investimento do OT1, e logo diretamente relacionados com o núcleo de instrumentos de suporte às RIS3.

Tabela 5.3 – Matriz de relação entre os domínios diferenciadores da RIS3 do Algarve e as prioridades da ENEI

Eixos Temáticos e temas prioritários (ENEI)	Domínios diferenciadores (Prioridades) do Algarve					
	Turismo	Mar	Agroalimentar e Floresta	Saúde e Bem estar	TICE e Indústrias Criativas	Energias Renováveis
I. Tecnologias Transversais e suas Aplicações						
1. Energia						
2. Tecnologias de Informação e Comunicações						
3. Materiais e Matérias-Primas						
II. Indústria e Tecnologias de Produção						
4. Tecnologias de Produção e Indústria de Produto						
5. Tecnologias de Produção e indústria de Processo						
III. Mobilidade, Espaço e Logística						
6. Automóvel, Aeronáutica e Espaço						
7. Transportes, Mobilidade e Logística						
IV. Recursos Naturais e Ambiente						
8. Agro-Alimentar						
9. Floresta						
10. Economia do Mar						
11. Água e Ambiente						
V. Saúde, Bem-Estar e Território						
12. Saúde						
13. Turismo						
14. Indústrias Culturais e Criativas						
15. Habitat						

Legenda:

	Integração total		Moderadamente relacionados
	Fortemente relacionados		Sem relação significativa

Fonte: CCDR Algarve – RIS3 Regional

A lógica da abordagem multissetorial e multinível pressupõe uma intervenção em diversas dimensões / políticas. Assim, a intervenção da RIS3 no Algarve, alinhada com a ENEI, assume uma intervenção em sete dimensões, com diferentes níveis de relevância (ver Tabela 5.4).

Tabela 5.4 – Matriz de relevância das políticas por domínio diferenciador da RIS3 do Algarve

ALGARVE		Política de Recursos Humanos	Política de I&D	Política de I&D+I	Política de empreend. de inovação	Política de Inovação	Política de Internac. em ID e Inovação	Política de contexto
Energia	Fomento da I&D+I associada aos recursos locais com potencial na área das energias alternativas (Ex: sol, mar, biomassa...), quer na perspetiva do desenvolvimento tecnológico associado à cadeia da produção energética (incluindo as fases pré comerciais de teste / demonstração), quer na perspetiva da racionalização dos consumos / eficiência energética, suportada noutras tecnologias. A dinâmica existente no sul de Portugal e de Espanha, na área do solar, conjugada com a exposição solar destas regiões e com a evolução da política energética na Europa, podem beneficiar esta aposta. O desenvolvimento de I&D+I nesta área, particularmente na componente da eficiência energética, pode ter aplicação generalizada a todos os setores, mas tem nos grandes consumidores (empreendimentos turísticos, grandes serviços públicos e iluminação pública) um grande potencial de crescimento.	4	4	5	4	4	4	3
TIC e Atividades Criativas	Fomento da articulação das "TIC e Atividades Criativas" com outras áreas da economia e do conhecimento, no sentido de promover o desenvolvimento de ambas, estimulando o aparecimento de I&D+I em novas áreas com elevado potencial e interesse para os outros setores. Desenvolvimento de ferramentas de suporte à gestão / operação, que permitam otimizar processos, racionalizar custos / consumos, aceder a outros mercados, facilitar nos processos de internacionalização ou de gestão da I&D, etc. Esta é uma área transversal com potencial de aplicação a qualquer atividade e atualmente impacto significativo em áreas como o Turismo, no setor primário ou a área da saúde e bem-estar. As atividades criativas abrangem um largo espectro, que vai desde a mais comum criação artística até à arquitetura / design de embarcações turísticas, nos produtos à base de cortiça ou à criatividade na área das TIC / WEB, etc.	5	5	5	5	5	4	4
Agro-alimentar / agro-industrial / Biotecnologia verde e floresta	Promover a investigação e inovação associada aos recursos naturais com potencial de aproveitamento na cadeia de valor do agroalimentar / agroindustrial / biotecnologia verde e da floresta, beneficiando das mais-valias naturais/ambientais presentes no território. Fomento dos processos produtivos de algumas espécies (Ex: citrinos, pequenos frutos vermelhos, legumes e ervas aromáticas, espécies endógenas associadas ao "pomar tradicional de sequeiro", sobreiro e outras espécies florestais, etc.), promovendo o aumento da capacidade competitiva à escala global e a maximização do valor acrescentado na região. Reforço da cadeia de valor de transformação dos produtos do mar e aumento da integração dos produtos do mar nos consumos intermédios do setor turístico.	4	5	5	5	5	4	4
Economia e recursos do mar	Dinamizar uma gestão mais adequada dos recursos associados ao mar, na perspetiva do acréscimo de valor, da monitorização e gestão dos recursos e do seu aproveitamento económico e social. O aproveitamento económico da fileira do mar, deverá abranger um largo espectro de atividades e recursos que vão desde o aproveitamento para atividades mais diversificadas relacionadas com as atividades lúdicas / turismo / lazer ou competição (regatas), até ao aproveitamento mais intensivo do potencial para fins alimentares (Ex: pesca, aquacultura, sal, algas e outras culturas marinhas, etc.), passando pelos recursos energéticos offshore na área das energias e dos minerais, pelos transportes marítimos e logística associada, ou ainda pelas atividades de construção e reparação naval. Reforço da cadeia de valor de transformação dos produtos do mar e aumento da integração dos produtos do mar nos consumos intermédios do setor turístico.	5	5	5	5	5	5	5
Atividades relacionadas com o Turismo	Fomentar a articulação entre o turismo e as demais atividades (especialmente as prioritárias para a região), estimulando a I&D+I cruzada, com vista à valorização dos recursos presentes no território (cultura, recursos naturais/clima, capacidade instalada em termos técnicos, infraestruturais e humanos / conhecimento / experiência), com vista à incorporação de mais valor nos bens e serviços providos por outros setores (Ex: Mar, Agroalimentar, Floresta, serviços de saúde e bem-estar, etc.), que podem beneficiar da notoriedade internacional do destino Algarve e da procura turística de proximidade (circuitos curtos de distribuição), junto de um público com capacidade para reconhecer a diferença e disponibilidade para pagar mais por ela. Neste âmbito pretende-se fomentar a diversificação da base económica regional, quer numa lógica de abertura para outras áreas da atividade económica, para além do turismo, quer na busca de outros produtos turísticos, (complementares à oferta atual), capazes de se afirmarem de forma distintiva e mitigarem os efeitos da sazonalidade, à semelhança do exemplo que é hoje o produto "Golfe".	5	5	5	5	5	4	5
Atividades relacionadas com as Ciências da vida / saúde e bem-estar	Aproveitar os recursos presentes na região associados às amenidades, à capacidade instalada e à localização geográfica / acessibilidades, especialmente no contexto europeu, para fomentar dinamização de I&D+I focada no mercado e que seja capaz de atrair mais investimento para o território. Dinamizar o mercado do turismo de saúde e bem-estar na região, suportado quer num público mais sénior que requer cuidados de saúde e de acompanhamento / vigilância adequados (Ex: acompanhamento médico à distância suportado em tecnologia), quer associado aos cuidados físicos / de reabilitação exigidos essencialmente pela procura do turismo desportivo, ou ainda por via da dinamização de produtos ou pacotes de serviços de saúde pouco invasivos (Ex: diagnósticos completos, pequenas intervenções cirúrgicas no âmbito da estética, da medicina dentária, etc.) mais dirigidos ao público de meia-idade.	4	5	5	4	5	3	5
Habitat	Promoção de iniciativas individuais ou coletivas com vista a responder a "Desafios Societais" à escala regional, com foco na monitorização e gestão dos recursos naturais e do ambiente (Ex: I&D+I associada à valorização de resíduos / desperdícios de outras atividades; mitigação do impacto ambiental da atividade económica ou de riscos naturais; valorização territorial de espaços com importantes recursos naturais ambientalmente afetados ou em risco e com interesse estratégico; valorização das condições de qualidade de vida para captar recursos altamente qualificados).	4	4	4	4	4	4	3
GLOBAL		4	5	5	5	5	4	4

Fonte: CCDR Algarve – RIS3 Regional

A Tabela 5.5 apresenta o foco que cada uma das Prioridades de Investimento / Objetivos Específicos propõe para cada um dos domínios prioritários do Algarve.

Tabela 5.5 – Matriz de relevância das PI / objetivos específicos por domínio diferenciador da RIS3 do Algarve

Prioridade de Investimento (PI)	Objetivos Específicos	Energia			TIC e Atividades Criativas			Agro-alimentar / agro-industrial / Biotecnologia verde e floresta			Economia e recursos do mar			Atividades relacionadas com o Turismo			Atividades relacionadas com as Ciências da vida / saúde e bem-estar			Habitat			
		R	E	UA	R	E	UA	R	E	UA	R	E	UA	R	E	UA	R	E	UA	R	E	UA	
PI 1.1.	Reforçar a inserção das infraestruturas do SCTN nas redes internacionais de I&D e aumentar a produção científica de qualidade reconhecida internacionalmente, orientada para a especialização inteligente (RIS3 Regional).																						
	Criar condições favoráveis ao desenvolvimento de empresas e aumentar a intensidade tecnológica, com reforço da transferência de conhecimento científico e tecnológico para o sector económico																						
PI 1.2.	Intensificar o esforço das empresas em I&D e fomentar a articulação entre o tecido empresarial e os centros de investigação.																						
	Aumentar o investimento empresarial, nomeadamente de não PME, em produtos/serviços inovadores, promovendo o aumento da produção transacionável e internacionalizável e a progressão na cadeia de valor.																						
PI 2.3.	Reforçar a disponibilidade de serviços em rede por parte da administração e serviços públicos, contribuindo para uma melhoria do desempenho das funções de interação do Estado com os cidadãos e com os agentes económicos, e melhorar a eficiência e capacidade institucional da Administração																						
PI 3.1.	Incentivar o empreendedorismo qualificado como instrumento de promoção da inovação e de diversificação da base produtiva regional (RIS3)																						
PI 3.2.	Desenvolver a base produtiva transacionável da região, criando incentivos que aumentem a competitividade e a notoriedade externa dos produtos e das empresas dos setores RIS3 Regional.																						
PI 3.3.	Melhorar a competitividade das empresas e estimular o investimento empresarial, nomeadamente no âmbito dos setores RIS 3.																						
PI 4.2	Aumento da eficiência energética nas empresas, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e racionalizando os consumos.																						
PI 4.3	Aumento da eficiência energética nas infraestruturas e espaços públicos, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e racionalizando os consumos.																						
PI 4.5	Estimular iniciativas direcionadas para a redução de emissões CO2 e promover a descarbonização da economia e da sociedade, apoiando o desenvolvimento de modelos e sistemas de transportes ecológicos com baixo teor de carbono, medidas de sequestro de carbono e novos padrões de consumo energético																						
PI 6.3.	Promover a valorização do património cultural e natural, afirmando o Algarve como destino turístico de excelência.																						
PI 8.5.	Intensificar a formação dos empresários para a reorganização e melhoria das capacidades de gestão e liderança, assim como dos ativos das empresas apoiadas em temáticas associadas à inovação e à mudança.																						
	Melhorar a empregabilidade da população (desempregados, empregados, em particular empregados em risco de desemprego) através do desenvolvimento de competências para o mercado de trabalho																						
PI 8.8.	Incentivar a criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas por parte de desempregados, pessoas pertencentes a grupos mais vulneráveis e pessoas inativas. Apoio à dinamização do empreendedorismo social (apoios ao investimento que viabilizam a criação líquida de empresas)																						
PI 11.1.	Qualificar a prestação do serviço público, quer através da capacitação dos serviços, quer da formação dos trabalhadores em funções públicas																						
PI 11.2.	Reforçar a capacidade de atores e redes para a promoção de ações de desenvolvimento territorial.																						

Legenda:

R - recursos

E - economia

UA - utilizadores avançados

Alta Média Baixa Não significativa

Fonte: CCDR Algarve – RIS3 Regional

Na perspetiva financeira, a Tabela 5.6 mostra, a título indicativo, a distribuição do envelope financeiro previsto no Programa Operacional do Algarve, para cada uma das PI's mobilizadas e por políticas de intervenção, que respondem de forma mais direta aos objetivos preconizados pela RIS3 do Algarve. A

intenção de afetar cerca de 34% do total do envelope dos fundos do Algarve (44,1 % do total do FEDER e 9,5 % do FSE) a esta estratégia, mostra claramente o foco que se pretende atribuir a esta dimensão estratégica.

Tabela 5.6 – Matriz de imputação orçamental (indicativa) do PO Algarve CRESC-2020 à RIS3, por dimensão política

Dimensão Política						
Política de Recursos Humanos	Política de I&D	Política de I&D+I	Política de Empreend. de Inovação	Política de Inovação	Política de Internac. em I&D+I	Política de Contexto
5.500.000	9.373.578	12.296.525	15.442.622	34.886.835	19.071.305	16.352.160
Total Indicativo (€)						117.923.025

Fonte: CCDR Algarve – RIS3 Regional

Os projetos desenvolvidos no âmbito das prioridades da RIS3 deverão articular-se com as políticas multinível e multissetoriais e nesse contexto poderão vir a beneficiar de mecanismos de hierarquia superior para alocação de recursos.

O “mix” de políticas, considerou uma referência de domínios principais, programas e projetos-âncora a serem implementados ao longo do período 2014-2020 (ver Tabelas 5.7 a 5.12).

As Iniciativas críticas para o sucesso da RIS3 do Algarve são aquelas que permitem a circulação do conhecimento, destacando-se:

- A implementação do modelo de governação proposto, designadamente a agência para a inovação regional, a gestão operacional / coordenação dos fundos regionais para a inovação, a promoção do Algarve como um território para acolher empresas avançadas, a promoção da competitividade e internacionalização das empresas, a captação de investimento, a promoção do Algarve como região de acolhimento para os cientistas;
- A dinamização de uma política que estimule o empreendedorismo, especialmente qualificado (através da dinamização de parques de C&T – parques temáticos e / ou focados na procura de negócios fora da investigação científica académica, mas absorvendo a investigação científica aplicada e da dinamização de incubadoras e aceleradores de proto ideias, com a universidade e outras organizações públicas de investigação);
- A dinamização de programas focados na capacitação das empresas para a I&D+I e para a internacionalização, estimulando a incorporação nas empresas de Recursos Humanos altamente qualificados e a qualificação / capacitação dos atuais quadros das empresas, incluindo o reforço da capacitação dos dirigentes empresariais.

Linhas de ação prioritárias

Considerando os domínios identificados como prioritários para a região, bem como o seu potencial de desenvolvimento e dada a necessidade de orientar a operacionalização da RIS3 regional, de seguida identificam-se um conjunto de linhas de ação prioritárias que deverão nortear a implementação desta estratégia em cada um dos domínios e em articulação com as políticas multinível e multissetoriais e com as diversas fontes de recursos que seja possível captar.

Tabela 5.7 - Linhas de ação prioritárias para o Domínio “Turismo e Lazer”

Linhas de Ação	Atividades Prioritárias	Tipologias Prioritárias
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Qualificação e diferenciação dos produtos consolidados (sol e mar, golfe, gastronomia, residencial) ▪ Diversificação e aposta em produtos complementares e em desenvolvimento ▪ Articular a inovação ao nível do turismo (novos produtos e melhoria de processos) com as atividades de investigação e desenvolvimento de domínios científicos e tecnológicos como os do mar, agroalimentar, energia, TIC e saúde. ▪ Fomentar a I&D no domínio do Turismo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Hotelaria, com prioridade para os produtos complementares e em desenvolvimento ▪ Produtos locais diferenciados ▪ Animação Turística ▪ Eventos internacionais com capacidade de atenuar a sazonalidade; ▪ Património natural e cultural ▪ Serviços e infraestruturas coletivas (com destaque para os associados à inovação e à internacionalização) ▪ Outras atividades que se enquadrem na prioridade temática ▪ Animação turística assente em produtos locais ▪ Capacitação das PME (com destaque para a presença na web, a economia digital e as TIC, a certificação de serviços, a criação de marcas e design, o marketing internacional ▪ Sustentabilidade (consumir e produzir de forma sustentável) - Qualificação dos recursos humanos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sistema de Incentivos ao Investimento Empresarial Inovador e Qualificado (CRESC) ▪ Sistema de Incentivos à Internacionalização (CRESC) ▪ Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (CRESC) ▪ Empreendedorismo qualificado e criativo (CRESC) ▪ Coordenação e gestão de parcerias de estratégias de eficiência coletiva (CRESC) ▪ Ações coletivas no domínio da internacionalização (CRESC) ▪ Ações e infraestruturas coletivas no domínio do empreendedorismo (CRESC) ▪ Valorização e promoção do património histórico-cultural (CRESC) ▪ Valorização e promoção do património natural, incluindo o património marítimo (CRESC) ▪ Rotas e percursos de natureza (CRESC) ▪ Projetos no quadro de programas europeus (Horizon 2020, Cosme, Creative Europe) ▪ Projetos de cooperação territorial europeia (POCTEP, POCTEA, MED, SUDOE, INTERREG EUROPE) ▪ Ações que fomentem a articulação intersectorial (CRESC)

Tabela 5.8 - Linhas de ação prioritárias para o Domínio “Mar, Pescas e Aquicultura”

Linhas de Ação	Atividades Prioritárias	Tipologias Prioritárias
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Qualificação e diferenciação dos segmentos tradicionais (pesca, conservas, sal, construção e reparação naval) ▪ Diversificação e aposta em segmentos de elevado valor acrescentado (aquicultura, construção naval com novos materiais e intensificação tecnológica, serviços náuticos avançados) ▪ Fomentar a I&D no domínio das Ciências do Mar, visando a criação de conhecimento, bem como (i) a sua valorização nas atividades da economia do mar e (ii) uma melhor gestão dos recursos naturais associados ao mar. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pescas ▪ Aquicultura ▪ Transformação dos produtos do mar ▪ Construção e reparação naval ▪ Turismo náutico ▪ Serviços e infraestruturas coletivas (com destaque para os associados à inovação e à internacionalização) ▪ Outras atividades que se enquadrem na prioridade temática. ▪ Turismo sol/mar (criação de produtos diferenciados) ▪ Biotecnologia azul ou marinha ▪ Salicultura ▪ Internacionalização e capacitação das PME (com destaque para a economia digital e as TIC, a certificação de produtos, a criação de marcas e design, a distribuição e logística) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Investimentos na Economia do Mar (PO Mar) ▪ Sistema de Incentivos ao Investimento Empresarial Inovador e Qualificado (CRESC) ▪ Sistema de Incentivos à Internacionalização (CRESC) ▪ Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (CRESC) ▪ Empreendedorismo qualificado e criativo (CRESC) ▪ Coordenação e gestão de parcerias de estratégias de eficiência coletiva (CRESC) ▪ Ações coletivas no domínio da internacionalização (CRESC) ▪ Ações e infraestruturas coletivas no domínio do empreendedorismo (CRESC) ▪ Centros de competências em Ciência e Tecnologia (CRESC) ▪ Projetos de Ciência e Tecnologia (CRESC) ▪ Apoio à participação em programas europeus de I&D (CRESC) ▪ Infraestruturas tecnológicas, transferência de tecnologia e prestação de serviços tecnológicos às empresas (CRESC) ▪ Atividades de demonstração e valorização económica dos resultados da I&DT (CRESC) ▪ Integração de quadros altamente qualificados nas empresas e apoio à mobilidade (CRESC) ▪ Projetos no quadro de programas europeus (Horizon 2020, Cosme) ▪ Projetos de cooperação territorial europeia (POCTEP, POCTEA, MED, SUDOE, INTERREG EUROPE) ▪ Ações que fomentem a articulação intersectorial (CRESC)

Tabela 5.9 - Linhas de ação prioritárias para o Domínio “Agroalimentar e Floresta”

Linhas de Ação	Atividades Prioritárias	Tipologias Prioritárias
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Continuidade e intensificação da modernização organizacional e tecnológica das produções em escala (citricos, frutos vermelhos), com um maior controle a jusante, sobre a distribuição e comercialização ▪ Valorização económica, através da tecnologia e de novos usos, de produções vegetais em que o Algarve apresenta qualidade (p. ex., cortiça) ou exclusividade (alfarroba) ▪ Cruzar o agroalimentar e a floresta com oportunidades geradas pela procura turística (produtos “gourmet”, turismo de natureza, rural e industrial na Serra Algarvia ▪ Fomentar a I&D no domínio do Agroalimentar 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Produção agroalimentar ▪ Produção florestal ▪ Indústria agroalimentar ▪ Transformação da cortiça ▪ Turismo rural e de natureza ▪ Serviços e infraestruturas coletivas (com destaque para os associados à inovação e à internacionalização) ▪ Outras atividades que se enquadrem na prioridade temática ▪ Turismo “gastronomia e vinhos” <ul style="list-style-type: none"> - Biotecnologia - Internacionalização e capacitação das PME (com destaque para a economia digital e as TIC, a certificação de produtos, a criação de marcas e design, a distribuição e logística) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Investimento na exploração agrícola (PDR) ▪ Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas (PDR) ▪ Ações de integração na cadeia agroalimentar (PDR) ▪ Prevenção e gestão de riscos das explorações agrícolas (PDR) ▪ Sistema de Incentivos ao Investimento Empresarial Inovador e Qualificado (CRESC) ▪ Sistema de Incentivos à Internacionalização (CRESC) ▪ Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (CRESC) ▪ Empreendedorismo qualificado e criativo (CRESC) ▪ Coordenação e gestão de parcerias de estratégias de eficiência coletiva (CRESC) ▪ Ações coletivas no domínio da internacionalização (CRESC) ▪ Ações e infraestruturas coletivas no domínio do empreendedorismo (CRESC) ▪ Projetos de Ciência e Tecnologia (CRESC) ▪ Apoio à participação em programas europeus de I&D (CRESC) ▪ Infraestruturas tecnológicas, transferência de tecnologia e prestação de serviços tecnológicos às empresas (CRESC) ▪ Atividades de demonstração e valorização económica dos resultados da I&DT (CRESC) ▪ Integração de quadros altamente qualificados nas empresas e apoio à mobilidade (CRESC) ▪ Projetos no quadro de programas europeus (Horizon 2020, Cosme) ▪ Projetos de cooperação territorial europeia (POCTEP, POCTEA, MED, SUDOE, INTERREG EUROPE) ▪ Ações que fomentem a articulação intersectorial (CRESC)

Tabela 5.10 - Linhas de ação prioritárias para o Domínio “TIC e Indústrias Criativas”

Linhas de Ação	Atividades Prioritárias	Tipologias Prioritárias
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforçar as competências em TICs, nomeadamente através de mais organização e mais recursos no interface universidade / indústria ▪ Potenciar um cluster de TIC, desenvolvendo e alargando a base empresarial, apoiando o investimento empresarial e promovendo a articulação com a procura de proximidade gerada por todas as restantes prioridades temáticas ▪ Dar mais ênfase à promoção de atividades culturais e criativas, para além do seu cruzamento com as TIC, robustecendo a oferta cultural e promovendo atividades empresariais no domínio da criatividade e dos serviços culturais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aplicações e serviços baseados em TIC ▪ Tecnologias da produção baseadas em TIC ▪ Aplicações e equipamentos para <i>Smart cities</i> ▪ Indústrias criativas e multimédia ▪ Serviços e infraestruturas coletivas (com destaque para os associados à inovação e à internacionalização) ▪ Outras atividades que se enquadrem na prioridade temática 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sistema de Incentivos ao Investimento Empresarial Inovador e Qualificado (CRESC) ▪ Sistema de Incentivos à Internacionalização (CRESC) ▪ Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (CRESC) ▪ Empreendedorismo qualificado e criativo (CRESC) ▪ Coordenação e gestão de parcerias de estratégias de eficiência coletiva (CRESC) ▪ Ações coletivas no domínio da internacionalização (CRESC) ▪ Ações coletivas e infraestruturas no domínio do empreendedorismo (CRESC) ▪ Capacitação das organizações culturais e criativas e de gestão do património natural (CRESC) ▪ Animação e programação cultural em rede (CRESC) ▪ Centros de competências em Ciência e Tecnologia (CRESC) ▪ Projetos de Ciência e Tecnologia (CRESC) ▪ Apoio à participação em programas europeus de I&D (CRESC) ▪ Infraestruturas tecnológicas, transferência de tecnologia e prestação de serviços tecnológicos às empresas (CRESC) ▪ Atividades de demonstração e valorização económica dos resultados da I&DT (CRESC) ▪ Integração de quadros altamente qualificados nas empresas e apoio à mobilidade (CRESC) ▪ Serviços e aplicações de administração pública em linha (CRESC) ▪ Acesso à informação do setor público (CRESC) ▪ Investimento na capacidade institucional e na eficiência das administrações e dos serviços públicos (CRESC) ▪ Reforço de capacidades junto de todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais (CRESC) ▪ Projetos no quadro de programas europeus (Horizon 2020, Cosme, Creative Europe) ▪ Projetos de cooperação territorial europeia (POCTEP, POCTEA, MED, SUDOE, INTERREG EUROPE) ▪ Ações que fomentem a articulação intersectorial (CRESC)

Tabela 5.11 - Linhas de ação prioritárias para o Domínio “Energias Renováveis”

Linhas de Ação	Atividades Prioritárias	Tipologias Prioritárias
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Produção em larga escala de eletricidade com origem em fontes renováveis, uma vez reunidas condições de viabilidade económica ▪ Eficiência energética, incorporando produção desconcentrada de energia a partir de fontes renováveis (solar térmico e fotovoltaico), nos diferentes setores consumidores ▪ Fomento da I&D na área da energia, visando a criação de conhecimento e o aprofundamento de competências nas energias renováveis, bem como a transferência de tecnologia para o tecido económico 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Produção de energia solar, de energia eólica e através da biomassa ▪ Eficiência energética nos vários setores de atividade e institucionais ▪ Serviços e infraestruturas coletivas (com destaque para os associados à inovação e à internacionalização) ▪ Outras atividades que se enquadrem na prioridade temática 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento de projetos-piloto (PO SEUR) ▪ Desenvolvimento de projetos de armazenagem de energia (PO SEUR) ▪ Projetos de eficiência e diversificação energéticas no setor empresarial (CRESC) ▪ Ações coletivas para a eficiência e diversificação energéticas (CRESC) ▪ Auditorias energéticas e apoio a Planos de Racionalização dos Consumos de Energia (CRESC) ▪ Projetos de eficiência energética em edifícios públicos e de interesse público (CRESC) ▪ Eficiência energética na iluminação pública (CRESC) ▪ Mobilidade urbana sustentável (CRESC) ▪ Eficiência energética nos transportes coletivos de passageiros (CRESC, PO SEUR) ▪ Sistema de Incentivos ao Investimento Empresarial Inovador e Qualificado (CRESC) ▪ Sistema de Incentivos à Internacionalização (CRESC) ▪ Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (CRESC) ▪ Empreendedorismo qualificado e criativo (CRESC) ▪ Coordenação e gestão de parcerias de estratégias de eficiência coletiva (CRESC) ▪ Ações coletivas no domínio da internacionalização (CRESC) ▪ Ações coletivas e infraestruturas no domínio do empreendedorismo (CRESC) ▪ Centros de competências em Ciência e Tecnologia (CRESC) ▪ Projetos de Ciência e Tecnologia (CRESC) ▪ Apoio à participação em programas europeus de I&D (CRESC) ▪ Infraestruturas tecnológicas, transferência de tecnologia e prestação de serviços tecnológicos às empresas (CRESC) ▪ Atividades de demonstração e valorização económica dos resultados da I&DT (CRESC) ▪ Integração de quadros altamente qualificados nas empresas e apoio à mobilidade (CRESC) ▪ Projetos no quadro de programas europeus (Horizon 2020, Cosme) ▪ Projetos de cooperação territorial europeia (POCTEP, POCTEA, MED, SUDOE, INTERREG EUROPE) ▪ Ações que fomentem a articulação intersectorial (CRESC)

Tabela 5.12 - Linhas de ação prioritárias para o Domínio “Ciências da Vida / Saúde / Recuperação”

Linhas de Ação	Atividades Prioritárias	Tipologias Prioritárias
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prioridade centrada no Turismo de Saúde e Bem-estar no, articulado com o reforço do sistema de saúde, privado e público, que contribua para uma região vista como destino seguro quer em termos turísticos quer em termos de cuidados de saúde ▪ Fomento da I&D na área das ciências da vida, com focus nos subdomínios mais diretamente associados aos setores de aplicação a privilegiar ▪ Cruzamento das tecnologias da saúde com as TIC visando responder aos desafios sociais relacionados com a saúde, ao envelhecimento ativo e à monitorização, vigilância e assistência à distância. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Turismo de saúde e bem-estar ▪ Desporto de alto rendimento ▪ Serviços de saúde, de cuidados continuados e de monitorização de doentes crónicos ▪ Serviços e infraestruturas coletivas (com destaque para os associados à inovação e à internacionalização) ▪ Outras atividades que se enquadrem na prioridade temática 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sistema de Incentivos ao Investimento Empresarial Inovador e Qualificado (CRESC) ▪ Sistema de Incentivos à Internacionalização (CRESC) ▪ Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (CRESC) ▪ Empreendedorismo qualificado e criativo (CRESC) ▪ Coordenação e gestão de parcerias de estratégias de eficiência coletiva (CRESC) ▪ Ações coletivas no domínio da internacionalização (CRESC) ▪ Ações coletivas e infraestruturas no domínio do empreendedorismo (CRESC) ▪ Centros de competências em Ciência e Tecnologia (CRESC) ▪ Projetos de Ciência e Tecnologia (CRESC) ▪ Apoio à participação em programas europeus de I&D (CRESC) ▪ Infraestruturas tecnológicas, transferência de tecnologia e prestação de serviços tecnológicos às empresas (CRESC) ▪ Atividades de demonstração e valorização económica dos resultados da I&DT (CRESC) ▪ Integração de quadros altamente qualificados nas empresas e apoio à mobilidade (CRESC) ▪ Projetos no quadro de programas europeus (Horizon 2020, Cosme) ▪ Projetos de cooperação territorial europeia (POCTEP, POCTEA, MED, SUDOE, INTERREG EUROPE) ▪ Ações que fomentem a articulação intersectorial (CRESC)

5.5. ARTICULAÇÃO COM OS MECANISMOS DAS RIS3 DO ALENTEJO E DA ANDALUZIA

A dimensão da região algarvia e as fortes relações de interdependência existentes com as regiões que lhe estão próximas, designadamente com o Alentejo e a Andaluzia, impõem um exercício de análise relacionada com as eventuais sinergias que podem resultar de linhas de cooperação inter-regionais.

Paradoxalmente, no passado, os mecanismos financeiros estabelecidos para a promoção da cooperação inter-regional estavam melhor identificados para o caso de regiões pertencentes a países diferentes, em prejuízo da convergência entre territórios inseridos no mesmo espaço nacional.

Contudo, no âmbito da Europa 2020, esta problemática foi avaliada, permitindo que os envelopes financeiros regionais pudessem ser ajustados, facilitando-se algumas transferências (limitadas) e reconhecendo-se que alguns investimentos realizados numa determinada região poderiam ter efeitos positivos noutras regiões do espaço nacional.

No que respeita à Estratégia de Especialização Inteligente das três regiões referidas (Algarve, Alentejo e Andaluzia), prevalece um quadro de afinidade baseado globalmente em duas características específicas de âmbito territorial, às quais se poderão acrescentar uma terceira relacionada com a qualificação genérica das regiões europeias.

Essas características são:

- **Ambiente mediterrâneo**, com reflexos determinantes nas principais atividades relacionadas com a produção agrária, com o turismo e com a história;
- **Localização geográfica**, com reflexos estratégicos na inserção global em áreas relacionadas com os fluxos de pessoas e de mercadorias e com as energias alternativas;
- **Qualificação social**, abrangendo não só a saúde e o bem-estar, como também como as tecnologias de informação e comunicação.

No patamar do **Ambiente Mediterrâneo**, analisando as respetivas Estratégias de Especialização Inteligente, subsistem áreas potenciais de intensa cooperação nos domínios da investigação agrária e da transferência de conhecimento associada à produção agrária e alimentar. A bandeira da dieta mediterrânica pode e deve ser convocada para garantir a especificidade das produções mediterrânicas, a valorização dos produtos locais, a exploração sustentada dos sistemas agroflorestais de fins múltiplos e, ainda, o recurso à biotecnologia verde e à ampliação de sistemas de agricultura de precisão nas áreas da horticultura, fruticultura e floricultura.

Ainda neste patamar as três regiões identificam o turismo, em todos os seus matizes (sol e mar, natureza, golfe, náutico, patrimonial, etc.) como prioridades a desenvolver e a qualificar, garantindo a incorporação de conhecimento na generalidade das suas atividades. Recorde-se que o turismo consegue atrair a estas regiões milhões de pessoas por ano, o que constitui um mecanismo de exportação de serviços que importa conservar, eventualmente ampliar, mas sobretudo qualificar e garantir níveis adequados de sustentabilidade nos recursos afetos e nas atividades implicadas.

No que respeita ao património, à cultura e eventualmente às indústrias criativas, esta região insere-se no ambiente histórico do Mediterrâneo, berço de civilizações e repositório de habitats, de técnicas, de colonizações que garantem um ativo histórico e patrimonial passível de ser explorado e valorizado. Integra a especificidade destas regiões e reforça a respetiva identidade. É aliás neste domínio que um importante papel pode ser jogado na aproximação das dinâmicas sociais das margens norte e sul do Mediterrâneo.

Em suma, nas vertentes agroalimentar, do turismo e da história as afinidades destas três regiões permitem um quadro de cooperação, transferência de boas práticas, valorização do conhecimento e estruturação de projetos conjuntos que importa identificar e desenvolver.

No patamar da **Localização Geográfica**, estas três regiões inserem-se na extremidade sudoeste da Europa, porta de entrada dos principais fluxos mercantis que, do Oriente, procuram os mercados europeus para os seus negócios. Os portos oceânicos, instalados sobretudo no Alentejo e na Andaluzia, têm constituído (e reforçarão no futuro esse papel) elementos de alavancagem que facilitam a criação de condições para a localização de atividades produtivas, comerciais e de logística no território das três regiões. Sendo uma linha de prioridade das estratégias inteligentes do Alentejo e da Andaluzia, o Algarve deverá acoplar-se a este aspeto, criando condições de atração para a instalação de unidades produtivas inseridas nas suas prioridades, a instalar na região e aproveitando os diversos fluxos que o quadro logístico referido oferece.

O mar é, pelo contrário, um meio que oferece às três regiões um enorme potencial nas diversas utilizações que, atualmente, são proporcionadas e que, no futuro, se podem ampliar no sentido do melhor aproveitamento dos seus recursos. Neste campo as prioridades das estratégias inteligentes referem a exploração dos recursos vivos nas suas diversas modalidades, incluindo as aquaculturas *inshore* e *offshore*, estruturando uma fileira inserida na economia azul. Deverá ser realizado um esforço no sentido de ampliar as colaborações já existentes nas áreas da I&D das ciências do mar, da biotecnologia azul, da gestão costeira e do ambiente litoral, num mar que é comum e que assume, por isso, características semelhantes.

Finalmente a energia. Estes territórios beneficiam de elevada insolação global, registando um número anual de horas de sol próxima das 3.000 horas (nalguns casos com valores superiores). São também fustigados, nas suas zonas do litoral, por ventos que podem ser aproveitados através de redes de aerogeradores. O potencial destes dois domínios (solar e eólico) é enorme. O seu aproveitamento tem já mobilizado inúmeras iniciativas. Este novo período deverá, contudo, ampliar a capacidade de exploração dessas energias, beneficiando até de alterações institucionais recentes (abertura dos mecanismos de autoconsumo) que permitem melhorias na eficiência do seu aproveitamento, correspondendo a prioridades estabelecidas nas três regiões.

As características semelhantes atrás referidas estão igualmente refletidas nos recursos minerais e geológicos potencialmente disponíveis, muitos deles pouco explorados e com interesse no desenvolvimento de novas fontes energéticas.

O terceiro patamar, orientado para a **Qualificação Social**, abrange conjuntamente prioridades nas áreas da economia social, da saúde e do bem-estar, das tecnologias da informação e das indústrias criativas. Correspondem a aspetos de qualificação da sociedade, de coesão social e de maior exigência associada às condições de vida, não só nos domínios da saúde e do bem-estar, como também na simplificação dos procedimentos sociais e na generalização dos interesses de âmbito cultural que dão vida e personalidade às comunidades, que criam emprego e que geram rendimento.

O quadro seguinte integra as prioridades das três regiões NUTs II do sudoeste peninsular, tentando identificar as correspondências existentes entre as prioridades definidas nas respetivas Estratégias de Especialização Inteligente.

Esta correspondência genérica de prioridades, natural em regiões que registam afinidades biofísicas, ambientais e de localização, deveria suscitar linhas de cooperação que conduzissem a projetos conjuntos, à transferência de conhecimento, à difusão de boas práticas e, em suma, à criação de escala na abordagem prospetiva de certos temas. Admitindo também que as regiões, de uma forma genérica, não se bastam a si próprias e que muitas delas, sobretudo as de menor dimensão, estão em larga medida condicionadas por variáveis externas, interessa explorar as sinergias e os efeitos positivos que esses patamares de cooperação podem gerar.

Fig. 5.13 – Articulação das prioridades inseridas nas RIS3 do Algarve, Alentejo e Andaluzia

ÁREAS DE ARTICULAÇÃO TEMÁTICA	ALGARVE	ALENTEJO	ANDALUZIA
AMBIENTE MEDITERRÂNEO			
Agroalimentar	Agroalimentar e Floresta	Alimentação e Florestas	Agroindustria y alimentación saludable
Turismo	Turismo e Lazer	Património, Industrias Culturais e Criativas e Serviços de Turismo	Turismo, cultura y ocio
História	Valorização do território e dos produtos locais, através da articulação com o património e o turismo, apoiada pelas TIC	Património, Industrias Culturais e Criativas e Serviços de Turismo	Turismo, cultura y ocio
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA			
Mar	Mar, Pescas e Aquacultura		Aprovechar las nuevas oportunidades en economía azul
Logística		Aposta em atividades baseadas ... nos sistemas inteligentes de transporte e logística	Movilidad y logística
Energia	Energias renováveis	Economia Verde, Energia e Mobilidade Inteligente	Energías renovables, eficiencia energética y construcción sostenible
QUALIFICAÇÃO SOCIAL			
TIC	TIC e indústrias culturais e criativas	Tecnologias e Serviços Especializados da Economia Social	TIC y economia digital
Indústrias criativas	TIC e indústrias culturais e criativas		TIC y indústrias criativas
Saúde e bem-estar	Ciências da vida / Saúde / Recuperação	Tecnologias e Serviços Especializados da Economia Social	Salud y bienestar social Ciencias da vida / salud / recuperación

O estabelecimento de projetos conjuntos entre as três regiões do sudoeste peninsular permite, no caso do Algarve, encontrar outro tipo de agentes com capacidade empreendedora e recursos adicionais, capazes de participarem em projetos com impacto regional e, dessa forma, contribuir para superar as limitações que reconhecidamente são impostas à região e decorrentes da sua situação particular.

5.6. ARTICULAÇÃO COM OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DA UNIÃO EUROPEIA

A identificação das prioridades regionais, definida no âmbito da Estratégia de Especialização Inteligente, abre novas possibilidades destinadas a mobilizar apoios financeiros adicionais. Neste domínio, alguns programas comunitários estão disponíveis para avaliarem candidaturas de projetos que podem recuperar iniciativas regionais que interessam conjuntamente a outras regiões.

A diversidade de programas de **cooperação territorial**, desde o transfronteiriço (Algarve, Alentejo e Andaluzia) até aos de âmbito mais alargado (área atlântico, área mediterrâneo e área europeia), permite uma concertação com as Orientações Temáticas, designadamente com as OT 1 e 2, associadas de forma privilegiada às Estratégias de Especialização Inteligente. A formatação precisa destes programas não está, contudo, ainda totalmente acabada.

Um segundo capítulo convoca três Programas comunitários, geridos diretamente pela Comissão Europeia e com um enorme potencial de intervenção aberto às regiões. Quaisquer destes Programas são de acesso concorrencial e obrigam à estruturação de redes de atores regionais, com geometria variável. Trata-se de:

- a) **Horizonte 2020**;
- b) **Erasmus +**;
- c) **COSME**.

Nestes Programas, o sentido dos projetos aponta para uma cooperação efetiva entre o mundo da produção do conhecimento e o meio empresarial, com uma especialização para a investigação e a inovação (Horizonte 2020), para o mundo empresarial (COSME) e para a comunidade académica (Erasmus +).

As linhas de apoio nas quais estes Programas se organizam respondem globalmente a muitas dos aspetos relacionados com a especialização inteligente, obrigando frequentemente à formação de consórcios de instituições de ensino superior, de empresas ou de outros agentes regionais (designadamente das entidades de administração regional), mas sempre com origem em vários países (as condições estabelecidas oscilam entre dois e seis países). Estes Programas permitem também a conceção de candidaturas abertas a países terceiros, agrupados por áreas geográficas mundiais e condicionados por prioridades de relacionamento estabelecidas pela própria União Europeia.

Apresentam-se as linhas desses três Programas que interessam diretamente às iniciativas com origem na região do Algarve:

PROGRAMA COSME	
A	Acesso a meios financeiros
B	Acesso a mercados
C	Criação de redes de empresas
D	Empreendedorismo e cultura empreendedora

PROGRAMA ERASMUS +	
Ação-Chave 2	Parcerias Estratégicas
Ação-Chave 2	Alianças do Conhecimento
Ação-Chave 2	Reforço das Capacidades no domínio da educação

PROGRAMA HORIZONTE 2020	
1	Excelência científica
2	Liderança industrial
3	Desafios societais

5.7. INTEGRAÇÃO DE MECANISMOS DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

A monitorização e avaliação contínua da implementação da RIS3 é fundamental para a afinação dos domínios de especialização, para reavaliação desses mesmos domínios e para suportar a tomada de decisão dos *stakeholders* regionais e da Autoridade de Gestão do CRESC Algarve (Programa Operacional Regional para o período 2014-2020).

A monitorização e avaliação da RIS3 do Algarve será assegurada em contínuo através do modelo de governação acima proposto, nomeadamente através do **Conselho Regional de Inovação**, e de um conjunto de diversos instrumentos de natureza operacional (indicadores e relatórios de execução) produzidos regularmente pelo Observatório Regional e previstos no Programa Operacional do Algarve, de acordo com as recomendações da Comissão Europeia e com as necessidades de produção de informação de suporte à tomada de decisão, no âmbito da especialização inteligente e da gestão de instrumentos desta natureza, em linha com os instrumentos de monitorização dos instrumentos financeiros / programas que suportam a RIS3 do Algarve.

Estes processos têm de suportar-se na combinação de análises qualitativas e quantitativas. A análise qualitativa, global e por domínio, deve ter como resultado um relatório de atividades anual. Esse relatório deve reportar as iniciativas desenvolvidas, o seu impacto esperado e a opinião dos *stakeholders* regionais, assegurando um elevado escrutínio das decisões estratégicas e dos seus resultados. Complementarmente à análise qualitativa, importa estruturar mecanismos de reporte periódico e de cariz quantitativo. Estes, suportados na monitorização já empreendida pelo Observatório Regional das Dinâmicas Territoriais, compilarão e sintetizarão informação relativa aos indicadores de resultado de realização mais relevantes para acompanhamento e avaliação da implementação da RIS3. Esta análise quantitativa deve assentar na definição de uma bateria de indicadores de desempenho e de comparação com as metas.

Atendendo às limitações de recursos e de informação, a bateria de indicadores a monitorizar deve ser um subconjunto dos indicadores de realização e de resultado que já serão produzidos no âmbito da monitorização do Portugal 2020, concentrando-se nos programas operacionais e nas respetivas prioridades de investimento mais relevantes para a implementação da RIS3.

Assim, os instrumentos de monitorização a adotar para a RIS3 do Algarve serão, no caso do suporte por via do PO Algarve os que respondem às Prioridades de Investimento (PI's) mobilizadas no Programa Operacional Regional para suportar a RIS3 (não invalidando a definição de uma lista limitada de indicadores de segundo nível para suportar a decisão), no que respeita ao suporte por via de outros Programas previstos no *Policy mix*, os que respondam ao respetivo quadro de monitorização.

Desta forma, a monitorização e avaliação da RIS3 do Algarve, está substancialmente ligada à monitorização e avaliação do CRESC ALGARVE, pelo que parte dos indicadores de realização e de resultado serão necessariamente comuns.

De seguida listamos um conjunto de indicadores de realização e de resultado mais relevantes para a monitorização e avaliação da RIS3, estruturados por Prioridade de Investimento (PI), bem como as respetivas metas, apresentadas a título indicativo uma vez que estão dependentes de outras interações com outros fundos e outras regiões (nomeadamente por via da cooperação no âmbito da EuroRegião Algarve – Alentejo – Andaluzia).

Tabela 5.14 – Quadro Resumo Provisório dos Indicadores de Resultado e Realização para as Prioridades Centrais da RIS3 do Algarve (em consolidação com a proposta final do PO entretanto aprovada)

Prioridade de Investimento	Indicadores de Resultado		Indicadores de Realização	
	Indicador	Meta (2023)	Indicador	Meta (2023)
PI 1.1 OE 1.1.1	1.1.1A. Participações no Programa Quadro de I&D da UE, em volume de financiamento	22 M€	1.1A. Investigadores em projetos apoiados (nº)	50T (24H e 26M)
	1.1.1B. Fundos estrangeiros no financiamento das atividades de I&D (excluindo setor empresas)	8%	1.1B. Infraestruturas de investigação apoiadas (nº)	4
PI 1.1 OE 1.1.2	1.1.2A. Investimento público em I&D em % do PIB regional	0,79%	1.1C. Projetos de transferência e utilização de conhecimento (nº)	3
PI 1.2 OE 1.2.1	1.2.1A. Despesa das empresas em I&D em relação ao VAB	0,224%	1.2A. Empresas que beneficiam de apoio em I&I (ICC) (nº)	54
PI 1.2 OE 1.2.2	1.2.2A. Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3 B a H, J, K, M e Q) com cooperação para a inovação no total de empresas	11,9%	1.2B. Empresas que cooperam com instituições de investigação (ICC) (nº)	15
			1.2C. Empresas apoiadas para introduzirem produtos novos no mercado (ICC) (nº)	2
PI 3.1	3.1.1A. Nascimentos de empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia e serviços intensivos em conhecimento	2,91%	3.1A. Novas empresas apoiadas (ICC) (nº)	34
PI 3.2	3.2.1A. Valor de exportações / VVN nas PME	9,1%	3.2A. PME que beneficiam de apoio em ações de internacionalização (ICC) (nº)	54
PI 3.3	3.3.1A. Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3 B a H, J, K, M e Q) com atividades de Inovação (PME) no total de empresas com 10 ou mais pessoas	61,56%	3.3A. PME que beneficiam de apoio para a qualificação e inovação (ICC) (nº)	70
PI 4.2	4.2.1A. Consumo de energia final nas empresas	2,888 tep	4.2A. Empresas com consumo de energia melhorado (nº)	185
PI 4.3	4.3.1A. Consumo de energia primária na administração regional e local	173.14 7.829 Kwh	4.3A. Decréscimo anual do consumo de energia nos edifícios públicos (ICC)	636.364 Kwh
			4.3B. Decréscimo anual do consumo de energia na iluminação pública	272.727 Kwh
PI 4.5	4.5.1A Diminuição estimada dos gases com efeito estufa nas áreas urbanas (potencialmente abrangidas por estas intervenções)	101.94 6 t de CO2	4.5A Estudos/Planos Produzidos (nº)	10
PI 6.3	6.3.1A. Dormidas em estabelecimentos hoteleiros (nº)	16 M	6.3A. Aumento esperado de visitantes nos sítios e atrações culturais ou naturais apoiados (ICC) (nº)	24.750

Tabela 5.14 (continuação) – Quadro Resumo Provisório dos Indicadores de Resultado e Realização para as Prioridades Centrais da RIS3 do Algarve

Prioridade de Investimento	Indicadores de Resultado		Indicadores de Realização	
	Indicador	Meta (2023)		Indicador
PI 8.5	8.5 Doutorados contratados por empresas que se encontram empregados em empresas 6 meses após o apoio (%)	60 T (30H e 30M)	8.5A. Participantes que beneficiam dos apoios à contratação (nº)	2.000 T (1.100H e 900 M)
			8.5B. Doutorados e pós-doutorados contratados por empresas apoiadas (nº)	110 T (55H e 55M)
PI 2.3	2.3.1A. Proporção de indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que interagiram com organismos da administração pública através da Internet para fins privados nos últimos 12 meses	30%	2.3.A. Projetos de disponibilização online de serviços públicos apoiados (nº)	15
PI 11.1	11.1.1A. Trabalhadores em funções públicas que concluíram acções de formação	n.d.	11.1A. Trabalhadores da administração pública envolvidos em ações de formação direcionadas para a reorganização e modernização	n.d.
PI 11.2	11.2.1A. Instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados	n.d.	11.2A. Projetos de promoção e capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados (nº)	10
PO SEUR PI 4.1	Energias renováveis no consumo de energia nacional	31%	Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis	10 MW
			Diminuição anual estimada dos gases com efeito estufa por efeito dos projetos apoiados	5.625 tCO2/ano
PO SEUR PI 4.3	Redução do consumo de energia primária nos edifícios públicos	30%	Decréscimo anual do consumo de energia nos edifícios públicos	200.000
	Redução do consumo de energia primária na habitação (particulares)	14%	Nº de agregados familiares com consumo de energia renovado	16.000 fogos

Tabela 5.15 – Articulação com outros programas (a completar após aprovação do texto final dos respetivos Programas)

Articulação com outros Programas - Prioridades Centrais com Indicadores por definir	
PDR (P1)	<ul style="list-style-type: none"> - P1A. Incremento da inovação, cooperação e desenvolvimento da base de conhecimentos nas zonas - P1B. Reforço das ligações entre a agricultura, a produção alimentar e a silvicultura e a investigação e a inovação, inclusive na perspetiva de uma melhor gestão e desempenho ambientais
PDR (P2)	<ul style="list-style-type: none"> - P2A. Melhoria do desempenho económico de todas as explorações agrícolas e facilitação da reestruturação e modernização das explorações agrícolas, tendo em vista nomeadamente aumentar a participação no mercado e a orientação para esse mesmo mercado, assim como a diversificação agrícola - P2B Facilitação da entrada de agricultores com qualificações adequadas no setor agrícola e, particularmente, da renovação geracional
PDR (P3)	<ul style="list-style-type: none"> - P3A. Aumento da competitividade dos produtores primários mediante a sua melhor integração na cadeia agroalimentar através de regimes de qualidade, do acrescento de valor aos produtos agrícolas, da promoção em mercados locais e circuitos de abastecimento curtos, dos agrupamentos e organizações de produtores e das organizações interprofissionais - P3B. Apoio à prevenção e gestão de riscos das explorações agrícolas
PIs FEAMP (por definir)	<ul style="list-style-type: none"> - Investimentos estruturantes e de grande dimensão e transferência de tecnologia e serviços tecnológicos na Economia do Mar - Investimento produtivo e inovador na Economia do Mar

Página propositadamente em branco

6. OBSERVAÇÕES FINAIS

6.1. NOTAS FINAIS

Este é um documento de trabalho, sujeito a ajustamentos e aberto a todos quantos pretenderem enriquecer com os seus contributos e comentários esta estratégia. A sua disponibilização pública nesta fase pretende garantir a transparência necessária ao processo de construção estratégico do documento e antecede a fase de discussão pública que queremos lançar nos próximos meses.

O trabalho de diagnóstico e preparação da Estratégia Regional de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente do Algarve (RIS3 Regional), cuja versão provisória aqui se apresenta, seguiu as recomendações metodológicas da Comissão Europeia, designadamente as que foram definidas pela Plataforma de apoio à Especialização Inteligente (S3), no seu guia intitulado “*Guide to Research and Innovation Strategies for Smart Specialisation (RIS 3)*”⁵⁰, que estabelece 6 etapas para a sua concretização:

- **Etapas 1 - Diagnóstico** do contexto regional incluindo a avaliação comparativa internacional sobre possíveis vantagens competitivas e potencial de inovação;
- **Etapas 2 - Assegurar a participação e apropriação regional** ampla dentro de um **modelo de governança** adequado;
- **Etapas 3 - Elaboração de uma "nova visão"** global para o futuro da região que seja partilhada e apropriada por ela;
- **Etapas 4 - Seleção inteligente de prioridades;**
- **Etapas 5 - Definição de um conjunto de instrumentos de política** e planos de ação coerentes, com a seleção de prioridades;
- **Etapas 6 - Integração de mecanismos de monitorização e avaliação.**

Desta forma, a definição de prioridades no Algarve, resultou do debate com um alargado leque de atores regionais (ver ponto 5.1.2 supra), correspondendo a uma combinação adequada de iniciativas “*bottom-up*” com coordenação “*top-down*”, liderado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve e que incluiu parceiros de todos os setores e de todo o tipo de atores.

A metodologia proposta pela Estratégia Europeia 2020, com base na Plataforma (S3) pressupõe três mecanismos de validação e garantia de coerência à escala do conjunto das Regiões dos 28 Estados Membros:

- Um primeiro momento, o **Registo na Plataforma S3**. Conforme se pode verificar na lista de Regiões integradas, o Algarve foi aceite como membro desta plataforma a 7/11/2012⁵¹;
- Um segundo momento, a **avaliação independente de um perito nomeado pela DG REGIO**. Na sequência deste registo, foi em Janeiro de 2013, nomeado pela DG REGIO e comunicada à CCDR Algarve o Prof. Phillip Cooke, da Universidade de Cardiff, como perito independente, tendo-se deslocado à região por duas vezes entre Abril e Maio e produzido o relatório de *Assessment* da nossa estratégia para a DG REGIO em Junho de 2013;
- Um terceiro momento, a submissão da estratégia a um **Peer Review** de acordo com a metodologia da Plataforma, confrontado a estratégia da Região com outras 3 Regiões. O Algarve submeteu a RIS3 regional a apresentação e discussão pública através de um *Peer Review* da sua estratégia, realizado a 4 e 5 de Julho de 2013⁵², tendo na ocasião, realizado também (em organização conjunta com a DG REGIO), um seminário temático, centrado no

⁵⁰ Para mais informações ver: <http://s3platform.jrc.ec.europa.eu/wikis3pguide>

⁵¹ <http://s3platform.jrc.ec.europa.eu/s3-platform-registered-regions>

⁵² <http://s3platform.jrc.ec.europa.eu/9th-peer-review-4-5-july-2013>

conceito de Variedade Relacionada e a sua aplicação a Regiões Europeias com especialização no Turismo.

- Já em 2014 realizaram-se 71 **reuniões bilaterais** entre a equipa que tem trabalhado na RIS3 do Algarve (incluindo consultores externos) e empresas da região, associações empresariais e centros de investigação da Universidade do Algarve (ver Tabela 6.2), as quais foram extremamente importantes na discussão e validação das propostas apresentadas pelo Algarve.
- Neste âmbito, têm também sido dinamizadas “**Comunidades de Inovação**”, que nesta primeira fase estão estruturadas sectorialmente (uma para cada tema identificado como prioritário na região) e incluem representantes das empresas mais dinâmicas em cada setor, bem como representantes da comunidade científica e de outras organizações da comunidade civil. No futuro, pretende-se que estas “Comunidades de Inovação” sejam dinamizadas para apoiarem na implementação da RIS3, enquanto atores que estão diariamente no terreno, com elevado conhecimento das necessidades e potencialidades mais relevantes em cada setor, e ainda para potenciar uma fertilização cruzada entre os setores prioritários para o Algarve, servindo assim como elementos determinantes no suporte à decisão.

Neste sentido, a estratégia do Algarve, cumpriu todas as etapas de validação da sua legitimidade e coerência com a metodologia da Comissão Europeia.

No entanto, este processo é um mecanismo dinâmico de ajustamento entre as necessidades e as potencialidades identificadas e não pode estar desligado da cadeia de programação do Programa Operacional. Neste sentido, à medida que se vão estabilizando os mecanismos e montantes de financiamento por objetivo temático, a equipa de trabalho vai afinando as interações com os *stakeholders* e ajustando os instrumentos de implementação que melhor sirvam os desígnios da estratégia regional e da relação entre setores.

Neste contexto, a atual proposta deve ser considerada como um processo em consolidação, ainda sujeita a ajustes pontuais da estratégia, adequação dos montantes financeiros e à revisão dos instrumentos de *Policy Mix*.

Tabela 6.2 - Parceiros relevantes envolvidos ou consultados na preparação da RIS3 do Algarve

Tipologia de organização	Entidade
Associações de Desenvolvimento Local/Agências de Desenvolvimento Regional	Agência de Desenvolvimento do Barlavento Associação In Loco Associação Odiana Associação Vicentina GLOBALGARVE – Agência de Desenvolvimento Regional do Algarve
Agências Regionais de Energia	AREAL – Agência Regional de Energia e Ambiente do Algarve
Federações, Clubes, Associações Empresariais/ Setoriais	ACRAL – Associação de Comerciantes da Região do Algarve AECOPS - Associação de Empresas de Construção, Obras Públicas e Serviços AHETA - Associação de Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve AIDA – Associação Interprofissional Desenvolvimento da Produção e Valorização da Alfarroba AIHSA - Associação dos Industriais Hoteleiros e Similares do Algarve ANJE - Associação Nacional de Jovens Empresários APFSC – Associação de Produtores Florestais da Serra do Caldeirão Associação Casas Brancas ATA - Associação de Turismo do Algarve CEAL - Confederação dos Empresários do Algarve CVA – Comissão Vitivinícola do Algarve ENERCOUTIM - Associação Empresarial de Energia Solar de Alcoutim MADREFRUTA NERA - Associação Empresarial da Região do Algarve Plataforma Mar do Algarve - Associação para a Dinamização do Conhecimento e da Economia do Mar no Algarve
Autarquias, associações de municípios, comunidades intermunicipais e empresas municipais	ALGAR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA Algarve Central - Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação (RUCI) AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve EMPET - Parques Empresariais de Tavira, E.M. Município de Albufeira Município da Alcoutim Município de Aljezur Município de Castro Marim Município de Faro Município de Lagoa Município de Lagos Município de Loulé Município de Monchique Município de Olhão Município de Portimão Município de São Brás de Alportel Município de Silves Município de Tavira Município de Vila do Bispo Município de Vila Real de Santo António

Direções Regionais ou equiparados	<p>APA / ARH - Administração da Região Hidrográfica do Algarve ARS Algarve – Administração Regional de Saúde do Algarve CDOS Faro - Comando Distrital de Operações de Socorro Comando da Zona Marítima do Sul DRAP Algarve - Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve DRC – Direção Regional de Cultura do Algarve DRE - Algarve - Direção Regional da Economia do Algarve DREALG – Direção Regional de Educação do Algarve CCDR Algarve – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas – Algarve GNR - Guarda Nacional Republicana ERTA - Entidade Regional de Turismo do Algarve IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional - Delegação Regional do Algarve Instituto da Segurança Social – Centro Distrital de Faro IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação IPDJ - Instituto Português do Desporto e Juventude – Algarve IPMA - Instituto Português do Mar e da Atmosfera IPTM - Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P (Delegação do Algarve) PNRF – Parque Natural da Ria Formosa</p>
Empresas	<p>A Industrial Fareense, Lda. A4F- Algafuel, SA Aldeia da Pedralva ALGARDATA - Sistemas Informáticos SA ALGARFRESCO – Indústria Transformadora da Pesca, SA ÂMAGO – Energia Inteligente, Consultores para a Energia ANIMARIS AQUATESTES AquaExam, Lda. ATLANTIK FISH - Pescado de Mar Lda. ALL DOMOTICS, SA. A Prova – Azinhal, Castro Marim Apolónia Supermercados, SA AQUALGAR AVILUDO – Indústria e Comércio de Produtos Alimentares, SA BÖER & SIEBERT, Lda. CACIAL – Coop. Agric. de Citric. do Algarve CRL CASAS BRANCAS – Associação de Turismo de Qualidade do Litoral Alentejano e Costa Vicentina CACIAL CAVIAR Portugal Centro de Medicina Física de Reabilitação do Sul CERTITERM Companhia de Pescarias do Algarve, SA CONCEPTEK - Sistemas de Informação, S.A. Confraria dos Enófilos e Gastronómica do Algarve Conservas de Peixe Dâmaso Unipessoal, Lda. CONSERVEIRA do SUL, Lda CONSTANTINO JORDAN - Property & Tourism Investment Advisory CORTICAPE - Sociedade de Cápsulas para Cortiça, Lda. Dandlen & Vasques, Lda. DECENTRALIZED PHOTOVOLTAICS DEVIR – Atividades Culturais ECLAT - Espaço de saúde e bem-estar ECOCEANUS - Ciência e Turismo Lda. EDP – Eletricidade de Portugal (EDP Distribuição - Faro) ENERGYIN - Pólo de Competitividade e Tecnologia da Energia Engenho com Alma, Lda. ETIC Algarve EVA -Transportes, SA FLAVOUR PRODUCTIONS – Laboratórios Audiovisuais e Multimédia, Lda. FLESK TELECOM – Produções Digitais, Lda. FRUSOAL - Frutas Sotavento Algarve Lda FRUTALGOZ – Sociedade Agrícola do Algoz, Lda. FF Solar - Energias Renováveis, Lda.</p>

Empresas (cont.)	<p>GENOGLA - Research and diagnostics GRUPO GARVETUR GRUPO HUBEL GRUPO OCEANICO GRUPO PESTANA GRUPO ROLEAR Gyrad – Controlo de Qualidade e Proteção Radiológica, Lda. Hospital Particular do Algarve Hospitais Privados de Portugal Hotel Alísios (Alísios II - Imob. e Turismo, SA) Ideias Frescas – Design e Multimédia ITELMATIS - Control Systems Lda INESTING - Marketing Tecnológico, S.A. INOFORMAT - Soluções para a Gestão IRRADIARE - Investigação Desenvolvimento em Engenharia e Ambiente, Lda LUÍS SABOO - Frutas do Algarve LUZ DOC - Serviço Médico Internacional MAGPOWER MARALGARVE Marina de Vilamoura, SA Marinas do Barlavento - Empreendimentos Turísticos, S.A. Martinhal Beach Resort & Hotel MARSENSING, Lda. MEMMO BALEEIRA HOTEL - Sagres MUDSECRETS – Lama & Sal Multi Triagem – Valorização de Resíduos, Lda. NAUTIBER – Estaleiros Navais do Guadiana, Lda. NECTON - Companhia Portuguesa de Culturas Marinhas, S.A. NOVACORTIÇA - Indústria Corticeira, S.A. PARKALGAR - Autódromo Internacional do Algarve PICTURE PORTUGAL - Parque de Feiras e Exposições Caldeira do Moinho PORTITOURS – Agências de Viagens e Turismo, Lda. PREVIDENTE – Clínica Dentária ProactiveTur – Turismo Responsável PUBLIRADIO - Publicidade Exterior, SA Quarternaire Portugal - Consultoria para o Desenvolvimento SA Quinta da Ombria Quinta do Barranco Longo Quinta do Freixo Real Marina Hotel & SPA REFRISUN - Refrigeração e Energias Renováveis, Lda. RELEVE - Recursos Energéticos, Lda. RENASCIMENTO - Gestão e Reciclagem de Resíduos, Lda. RIAFARO SALMARIM SOPROMAR – Estaleiros Navais SOLAR ONE SPAROS, Lda SPIC - Sonha, Pensa, Imagina, Comunica, Lda. TERRAFORMA - Sociedade de Estudos e Projetos TERTÚLIA ALGARVIA VIDRALGAR - Indústria e Transformação de Vidro, Lda. Vidreira Algarvia, Lda. Villa Termal das Caldas de Monchique Spa & Resort VINILCONSTA - Publicidade e Serviços Lda. VISUALFORMA - Tecnologias de Informação, S.A. Viveiros Monterosa, Lda.</p>
Empresas Públicas	<p>Águas do Algarve, SA ALGAR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA ANA - Aeroportos de Portugal SA – Aeroporto de Faro CP – Comboios de Portugal CHA - Centro Hospitalar do Algarve EP – Estradas de Portugal REFER, EPE - Rede Ferroviária Nacional REN – Rede Energética Nacional, SGPS SA</p>

Entidades e Programas de âmbito Nacional	AMA – Agência para a Modernização Administrativa Comissão Nacional de Coordenação do Combate à Desertificação TURISMO de PORTUGAL PANCD – Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação
Entidades de Investigação e/ou Transferência de Tecnologia	CBME – Centro de Biomedicina Molecular e Estrutural CCMAR - Centro de Ciências do Mar CIAC – Centro de Investigação em Artes e Comunicação CIITT - Centro Internacional de Investigação em Território e Turismo CINTAL - Centro de Investigação Tecnológica do Algarve CIMA – CIEO - Centro de Investigação Marinha sobre Espaço e Ambiental Organizações CRIA - Divisão de Empreendedorismo e Transferência de Tecnologia ICS - Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Algarve FCT - Faculdade de Ciências e Tecnologia ISE – Instituto Superior de Engenharia IESE - Instituto Superior de Estudos Sociais e Económicos APGICO - Associação Portuguesa de Engenharia MEDITBIO - Center for Mediterranean Bioresources and Food
Escolas e Centros de Formação Profissional	Academia de Música de Lagos Centro de Formação Profissional de Faro Centro de Formação Profissional de Portimão Centro de Formação Profissional de Vila Real de Santo António Centro de Formação Profissional do Setor Alimentar de Albufeira EHTA – Escola de Hotelaria e Turismo de Faro FOR-MAR - Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar - Unidade de Olhão
Instituições de Ensino Superior	UALG - Universidade do Algarve Centro de Investigação em Ciências da Comunicação e Artes (UALG) Centro de Biomedicina Molecular e Estrutural (UALG) Escola Superior de Gestão Hoteleira e Turismo (UALG) Escola Superior de Saúde (UALG) Faculdade de Ciências e Tecnologia (UALG) Faculdade de Economia (UALG) INUAF - Instituto Superior Dom Afonso III Instituto Superior de Engenharia (UALG)
Organizações Não Governamentais (ONG)	EAPN Portugal (Rede Europeia Anti-Pobreza) - Núcleo Distrital de Faro LPN - Liga Portuguesa de Proteção da Natureza – Delegação do Algarve
Parques de ciência e Tecnologia e Incubadoras	CACE – Centro de Apoio à Criação de Empresas CRIA – Centro Regional de Inovação para o Algarve
Sindicatos	CGTP-IN – União de Sindicatos do Algarve UGT – União Geral de Trabalhadores - Algarve

Fonte: CCDR Algarve.

6.2. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

Plano Regional de Inovação do Algarve (PRIA Algarve):

http://www.cria.pt/cria/admin/app/CRIA/uploads/prialgarve_1mai08.pdf

Agenda Regional do Mar:

http://www.ccdr-alg.pt/site/sites/ccdr-alg.pt/files/publicacoes/agenda_mar.pdf

Diagnóstico Regional:

http://poalgarve21.ccdr-alg.pt/site/sites/poalgarve21.ccdr-alg.pt/files/2014-2020/ficheiro_1_diagnostico_algarve.pdf

Documentos RIS3 (Europa):

<http://s3platform.jrc.ec.europa.eu/resources>

RIS3 DGREGIO

http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/informat/2014/smart_specialisation_pt.pdf

Guia Metodológico RIS3

http://s3platform.jrc.ec.europa.eu/c/document_library/get_file?uuid=a39fd20b-9fbc-402b-be8c-b51d03450946&groupId=10157

Ligar Inteligência e Sustentabilidade

<http://s3platform.jrc.ec.europa.eu/documents/10157/0/greengrowth.pdf>

Ligar Universidades

http://ipts.jrc.ec.europa.eu/activities/research-and-innovation/documents/connecting_universities2011_en.pdf

Guia para a Inteligência – Inovação com Base na Incubação

http://ipts.jrc.ec.europa.eu/activities/research-and-innovation/documents/innovation_incubator.pdf

Guia para Serviços de Inovação

<http://s3platform.jrc.ec.europa.eu/documents/10157/0/Smart%20Guide%20to%20Service%20Innovation.pdf>

Inteligência e Industrias Criativas e Inovadoras

[http://s3platform.jrc.ec.europa.eu/documents/10157/0/120420%20CCI%20Policy%20Handbook%20\(FINAL\).pdf](http://s3platform.jrc.ec.europa.eu/documents/10157/0/120420%20CCI%20Policy%20Handbook%20(FINAL).pdf)

Investimento de Banda Larga

http://ipts.jrc.ec.europa.eu/activities/research-and-innovation/documents/broadband2011_en.pdf

Cobertura Banda Larga

<http://ec.europa.eu/digital-agenda/sites/digital-agenda/files/BCE%202011%20Research%20Report%20Final%20-%20Format%20No%20Image%2020121001.pdf>

Ranking de Inovação Regional

http://ec.europa.eu/enterprise/policies/innovation/files/ris-2012_en.pdf

Guia para a Inovação Social

<http://s3platform.jrc.ec.europa.eu/documents/10157/47822/Guide%20to%20Social%20Innovation.pdf>